



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

**A WIKILEAKS NA IMPRENSA PORTUGUESA EM 2010
DEFESA DO PARADIGMA DO JORNALISMO E MANUTENÇÃO
DE FRONTEIRAS NO PÚBLICO E NO EXPRESSO**

ANTÓNIO RIBEIRO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM JORNALISMO

Orientadora: Professora Doutora Maria Inácia Rezola

Co-orientador: Professor João Manuel Rocha

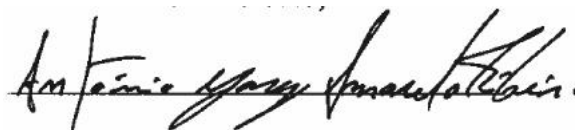
Setembro de 2019

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro ser o autor deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para obtenção de grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para a obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho a consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, setembro de 2019

O candidato,

A handwritten signature in black ink, which appears to read "António José Amaral". The signature is written in a cursive style and is positioned below the text "O candidato,".

ÍNDICE

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
Introdução.....	10
I. Enquadramentos.....	12
1.1. A <i>WikiLeaks</i>	12
1.2. Julian Assange.....	12
1.3. De modelo <i>wiki</i> a editor de último recurso.....	13
1.4. Divulgações de 2010: Do <i>Collateral Murder</i> ao <i>Cablegate</i>	14
1.4.1. O <i>whistleblower</i> responsável pelas fugas de informação.....	16
1.4.2. Assange: As alegações suecas e a detenção.....	17
1.4.3. Desenvolvimentos posteriores.....	18
1.5. Os parceiros da <i>WikiLeaks</i> em 2010.....	20
1.5.1. <i>The Guardian</i>	21
1.5.2. <i>Der Spiegel</i>	22
1.5.3. <i>The New York Times</i>	24
1.5.4. <i>Le Monde</i>	25
1.5.5. <i>El País</i>	26
II. Os dois jornais portugueses.....	28
2.1. O diário: <i>Público</i>	29
2.2. O semanário: <i>Expresso</i>	30
III. <i>WikiLeaks</i> e jornalismo na sociedade em rede.....	33
3.1. Sociedade em Rede e o potencial emancipador das TIC.....	35
3.2. As diferentes fases da <i>WikiLeaks</i> e a aproximação ao jornalismo.....	36
3.2.1. Período alternativo (2006 – 2009).....	37
3.2.2. Período de adaptação (2010 – 2012).....	37
3.2.3 Período de abstenção e ataque (2012 – Presente).....	42
IV. Defesa do paradigma e manutenção de fronteiras.....	43
4.1. Responsabilidades.....	47
4.1.1. Dizer a verdade.....	47
4.1.2. Não causar danos.....	47

4.1.3. Profissionalismo, competência e responsabilidade.....	49
4.1.4. Denunciar abusos de poder.....	50
4.2. O valor institucional.....	52
4.3. Objectividade.....	55
4.4. <i>Gatekeeping</i>	55
4.5. Relação com as Fontes e rotinas de trabalho.....	55
4.5.1. Verificação.....	57
V. Metodologia.....	59
VI. O caso <i>WikiLeaks</i> no <i>Público</i> e no <i>Expresso</i> em 2010.....	65
6.1. Artigos por trimestre/caderno.....	65
6.2. Temas dos artigos.....	67
6.3. Temas dos artigos por mês.....	69
6.4. Temas dos artigos por dimensão.....	71
6.5. Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por temas.....	72
6.6. Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por género dos artigos.....	75
6.7. Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por tipo de autor.....	83
6.8. Fontes de Informação.....	85
6.9. Capas por tema e posição sobre o fenómeno <i>WikiLeaks</i>	87
VII. Defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras na cobertura do <i>Público</i> e do <i>Expresso</i> sobre a <i>WikiLeaks</i> em 2010.....	92
7.1. <i>Collateral Murder</i> : Uma revelação com pouco destaque.....	93
7.2. Diários do Afeganistão: Propaganda contra a guerra sem novidade.....	95
7.2.1. As divulgações colocam as operações e os operacionais em risco.....	97
7.3. Diários do Iraque: <i>WikiLeaks</i> atinge os EUA.....	99
7.4. <i>Cablegate</i> : A crise diplomática global e as fugas de informação assimétricas.....	101
7.5. A fragmentação da cobertura do fenómeno <i>WikiLeaks</i>	103
7.5.1. A cobertura das Revelações Portugal.....	104
7.5.2. Voos da CIA: “verdade toda só se sabe agora através do <i>WikiLeaks</i> ”.....	104
7.5.3. Caso BCP e outras revelações: “quererá alguém saber mais sobre isto?”.....	105
7.6. Pressões sobre a <i>WikiLeaks</i> ; alegações suecas e a prisão de Julian Assange.....	106
7.7. A <i>WikiLeaks</i> não é jornalismo.....	109

7.7.1. Julian Assange não é jornalista.....	114
7.8. O caso <i>WikiLeaks</i> nas Colunas de Opinião.....	116
7.8.1. Transparência: a ameaça às democracias.....	116
7.8.2. A relevância nas fugas de informação.....	121
7.8.3. O papel do jornalismo.....	122
Conclusão.....	127
Bibliografia.....	131
Anexos.....	134

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 — <i>Público</i> , 2010 — Edições/Capas por caderno sobre a <i>WikiLeaks</i>	65
Quadro n.º 2 — <i>Expresso</i> , 2010 — Edições/Capas por caderno sobre a <i>WikiLeaks</i> ..	65
Quadro n.º 3 — <i>Público</i> , 2010 — Temas dos artigos por mês.....	69
Quadro n.º 4 — <i>Expresso</i> , 2010 — Temas dos Artigos por mês.....	70
Quadro n.º 5 — <i>Público</i> , 2010 — Fontes de Informação.....	86
Quadro n.º 6 — <i>Expresso</i> , 2010 — Fontes de Informação.....	86
Quadro n.º 7 — <i>Público</i> , 2010 — Capas por tema.....	88
Quadro n.º 8 — <i>Expresso</i> , 2010 — Capas por tema.....	88

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 — <i>Público</i> , 2010 — Artigos por trimestre/caderno.....	66
Figura n.º 2 — <i>Expresso</i> , 2010 — Artigos por trimestre/caderno.....	66
Figura n.º 3 — <i>Público</i> , 2010 — Temas dos artigos.....	67
Figura n.º 4 — <i>Expresso</i> , 2010 — Temas dos artigos.....	68
Figura n.º 5 — <i>Público</i> , 2010 — Temas dos artigos por dimensão.....	71
Figura n.º 6 — <i>Expresso</i> , 2010 — Temas dos artigos por dimensão.....	72
Figura n.º 7 — <i>Público</i> , 2010 — Temas por posição sobre a <i>WikiLeaks</i>	73
Figura n.º 8 — <i>Expresso</i> , 2010 — Temas por posição sobre a <i>WikiLeaks</i>	74
Figura n.º 9 — <i>Público</i> , 2010 — Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por género dos artigos.....	77
Figura n.º 10 — <i>Expresso</i> , 2010 — Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por género dos artigos.....	77
Figura n.º 11 — <i>Público</i> , 2010 — Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por tipo de autor.....	84
Figura n.º 12 — <i>Expresso</i> , 2010 — Posição sobre a <i>WikiLeaks</i> por tipo de autor.....	84

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo verificar se através da sua cobertura dos acontecimentos em 2010, o *Público* e o *Expresso* exerceram uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras face ao fenómeno *WikiLeaks*. Por meio de uma análise de conteúdo das edições em papel dos dois jornais portugueses, baseada no estudo de Mark Coddington (2012), verificámos que tanto o *Público* como o *Expresso* enquadraram a *WikiLeaks* como um caso anómalo, exterior ao paradigma do jornalismo, sobre o qual mantiveram distâncias. Para isso, efectuaram uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras. Ainda segundo os resultados, o paradigma defendido pelo *Público* e pelo *Expresso* é semelhante ao defendido pelo *New York Times*. Pelo que os valores relativos às normas do jornalismo profissional, como o valor institucional — organizações que se definem como instituições, cujos integrantes exibem uma identidade profissional, e que se baseiam em valores éticos, e funções sociais comuns; as rotinas de trabalho e relação com as fontes; assim como a objectividade, se apresentaram, com base nesta análise, como valores jornalísticos supranacionais.

Palavras-chave: *WikiLeaks; Jornalismo; quarto-poder; Julian Assange; fugas de informação.*

ABSTRACT

The main goal of the present study is to verify if through their coverage of the 2010 events, *Público* and *Expresso*, defended the paradigm of journalism and carried out a boundary work against *WikiLeaks*. By conducting a content analysis of the paper editions of both Portuguese newspapers, based on Mark Conddington's (2012) study, we argue that *Público* and *Expresso*, portrayed *WikiLeaks* as an anomalous case, outside the paradigm of journalism, distancing themselves from it throughout 2010. To accomplish it, they defended the paradigm of journalism and performed boundary work. According to the results, the paradigm defended by both *Público* and *Expresso*, is similar the one defended by *The New York Times*. Whereby based on this analysis, the values relating to the journalism professional norms, such as institucionality — organizations that define themselves as institutions, whose members exhibit a professional identity, and base themselves upon common ethical values and social roles; source-based reporting routines; and objectivity, emerged, as supranational journalistic values.

Keywords: *WikiLeaks; Journalism; fourth estate; Julian Assange; leaks.*

Introdução

Há cerca de 30 anos nasceu a *world wide web*. Nos anos seguintes, indivíduos de todo o mundo começaram a utilizá-la. As empresas, que perceberam a importância de tal meio para prosperarem, iniciaram os seus processos de digitalização. Não era um processo simples, pois não só significava pisar território desconhecido, como era necessário investir consideráveis recursos para levar a cabo a aposta. Os órgãos de comunicação social, em todo o mundo, iniciaram também a sua migração para o mundo digital. No caso dos jornais, algumas das dificuldades passaram por descobrir como adaptar os procedimentos e as lógicas de produção e distribuição de informação ao novo meio, que poderia passar por alterá-los completamente. Era preciso vender a ideia aos profissionais, que poderiam rejeitar a mudança. E, para além disso, descobrir como rentabilizar o investimento.

Em paralelo, as vendas em papel, e a comercialização de espaço aos anunciantes — a principal fonte de receita dos jornais — entraram em declínio. Novas empresas, como as redes sociais, e os motores de busca, criaturas do mundo digital, ocuparam o espaço de mercado dos *media* tradicionais, competindo pelos anúncios. Ao mesmo tempo, utilizavam os conteúdos produzidos pelos *media* tradicionais, sem qualquer contrapartida. Duas delas, a *Google* e o *Facebook*, tornaram-se um duopólio, no qual os anunciantes encontraram as melhores ofertas de negócio. Por sua vez, a credibilidade dos *media*, neste caso dos jornais, também se viu afectada. Com a erosão do seu monopólio enquanto agentes mediadores da informação, vêem-se agora constantemente criticados, num mundo que mudou de um modelo fechado e linear, para um modelo aberto e não-linear (Beckett & Ball, 2012, p.3). As audiências, as fontes, todos podem trazer as suas versões dos factos a público, sem necessitar dos *media*. E umas das críticas mais contundentes e sistematicamente reproduzidas, é a de que os *media* estão comprometidos com o poder político e económico. Não obstante, os *media* tradicionais permanecem como os meios mais eficientes de difusão de informação, e, apesar das críticas, continuam a ser uma das fontes, se não a fonte, de informação mais confiável.

Neste contexto, em 2006, surge a *WikiLeaks*, também uma criatura do mundo digital. Comprometendo-se a informar, a dizer a verdade, e a denunciar abusos de poder. Em 2010 entrou numa parceria com os *media* tradicionais, mais concretamente quatro jornais e uma revista, todos publicações históricas e de referência, para divulgar

fugas de informação dos EUA, denunciando abusos de poder cometidos pelo país e tornando público os meandros da política ocidental e mundial. Desde então, o caso *WikiLeaks* desenvolveu-se numa história que está prestes a completar uma década.

Com este trabalho propomo-nos entender como é que a imprensa portuguesa cobriu o fenómeno *WikiLeaks* e a sua parceria com os *media* tradicionais, para revelar aquela que em tempos foi conhecida como a maior fuga de informação da história. Assim, tem como objecto de estudo a cobertura do fenómeno *WikiLeaks* pelo *Expresso* e pelo *Público*, dois jornais portugueses de referência, na linha da frente do paradigma digital no seu sector. O *corpus* de análise é composto por todos os artigos produzidos sobre o caso *WikiLeaks*, entre janeiro e dezembro de 2010. Para trabalhá-lo, recorreremos à análise de conteúdo, e baseámo-nos nos conceitos de defesa do jornalismo e manutenção de fronteiras, de forma a verificar a seguinte hipótese: O *Público* e o *Expresso* empenharam-se na defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras face à *WikiLeaks* na sua cobertura do fenómeno em 2010? A confirmação, ou não, desta hipótese, é o objectivo deste trabalho.

O trabalho divide-se em sete capítulos. No primeiro capítulo apresentamos algumas informações de enquadramento, explicando o que é a *WikiLeaks*. Para além disso, procurámos recuperar alguns acontecimentos relativos aos desenvolvimentos posteriores do caso. O segundo capítulo é dedicado à apresentação do *Público* e do *Expresso*, os dois jornais portugueses de referência, que integram o nosso objecto de estudo. O terceiro debate a relação entre a *WikiLeaks*, o jornalismo e a sociedade em rede, através das visões de múltiplos autores. O quarto capítulo explora conceitos do paradigma do jornalismo, a sua defesa, e a manutenção de fronteiras servindo de base para a análise de conteúdo apresentada nos capítulos seguintes. O quinto capítulo explica a metodologia seguida. O sexto capítulo expõe resultados da análise quantitativa, traçando um quadro geral da cobertura do *Público* e do *Expresso* sobre a *WikiLeaks*. O sétimo capítulo aprofunda o escrutínio sobre a cobertura dos dois jornais, apresentando vários artigos, onde se procura verificar a hipótese que orientou este estudo. Por fim, apresentamos as considerações finais, retiradas desta investigação, propondo também outras investigações, de forma a aprofundar o conhecimento sobre o jornalismo na sociedade em rede.

I. Enquadramentos

1.1. A *WikiLeaks*

A *WikiLeaks* iniciou oficialmente a sua actividade em 2006 com o objectivo de obter e divulgar documentos secretos, de instituições públicas e privadas, que revelem abusos de poder ou práticas ilegais. Concebida para funcionar principalmente no ciberespaço, através do *website wikileaks.org*, recebe, analisa e divulga informação restrita ou censurada que considera ser do interesse público. A maioria da informação já divulgada diz respeito a questões relacionadas com guerras, espionagem e corrupção. Devido à natureza da informação com que trabalha, a organização aplica uma série de soluções a nível tecnológico e jurídico, que implementa com um elevado grau de redundância e de descentralização para garantir a segurança dos colaboradores, das fontes e da informação. Por exemplo, conta com servidores em diferentes países, o seu registo de actividade na Islândia, e o registo do *website* nos Estados Unidos. Estas diferentes localizações, permitem à organização tirar melhor partido das diferentes legislações em vigor. Na base das suas operações estão tecnologias relacionadas com a criptografia digital, também utilizadas por organizações bancárias ou militares, que permitem comunicar com fontes, receber e enviar informações anonimamente e também armazenar informação com maior segurança (Greenberg, 2012).

1.2. Julian Assange

Julian Assange nasceu em Queensland na Austrália, em 1971. Nos anos 80 adoptou o pseudónimo *Mendax* e tornou-se numa figura de referência na cena *hacker* australiana. Em 1996 foi condenado por cibercrimes, mas permaneceu em liberdade condicional porque, para o juiz, não agiu com dolo nem motivado por ganhos financeiros, mas sim por uma crença na liberdade de informação. Subsequentemente, destacaram-se no seu percurso, a passagem pela operadora australiana sem fins lucrativos *Suburbia*, onde foi administrador de sistemas, e as colaborações com a polícia australiana para desmantelar grupos criminosos (*Ibidem*).

O domínio *wikileaks.org* foi registado a 4 de outubro de 2006. No mesmo ano Assange partilhou dois ensaios da sua autoria com colaboradores. No primeiro, intitulado “State and Terrorist Conspiracies”, descreveu como os regimes autoritários dependem de redes de comunicação para existir e manter a ordem, argumentando ser

possível interferir com essas redes de comunicação através da tecnologia disponível e comprometer o funcionamento autoritário desses regimes¹. No segundo ensaio, “Conspiracy as Governance”, Assange especifica que a chave para comprometer os regimes corruptos são as fugas de informação, que, se difundidas pelos cidadãos desses regimes, desestabilizam as lideranças e obrigam-nas a funcionar de forma mais justa².

1.3. De modelo *wiki* a editor de último recurso

Para testar as suas teorias, Julian Assange fundou a *WikiLeaks* e organizou-a em torno de um modelo *wiki* entre 2006 e 2009. Neste modelo, a organização publicou informação em bruto, juntamente com contextualização ou análises, e encorajou os leitores a contribuir e acrescentar ao que era divulgado (Beckett & Ball, 2012, p.2). Destacaram-se duas histórias sobre o Quênia que alcançaram alguma visibilidade internacional: um relatório governamental divulgado em 2007, que relatava casos de corrupção na elite política; e documentos divulgados em 2008, que descreviam o envolvimento da polícia em assassinatos extrajudiciais com a conivência do governo. A organização abandonou o modelo *wiki* por não causar o impacto esperado ao nível dos efeitos das revelações, e também porque o aspecto interactivo não motivou os leitores a participarem nas divulgações (Leigh & Harding, 2011).

Os membros da *WikiLeaks* decidiram então organizar-se como editor de último recurso, e aqui começou efectivamente a sua aproximação aos órgãos de comunicação social. Por editor de último recurso, entenda-se que a *WikiLeaks* deixou de permitir a participação dos leitores, e passou a concentrar-se em obter e divulgar informação, que organizações jornalísticas, por exemplo, estavam impedidas de divulgar por ordem dos tribunais. Por outro lado, no caso de um *whistleblower* não confiar nos órgãos de comunicação social, por temer que estes não publicassem as suas fugas de informação, ou que o denunciassem às autoridades, poderia entregar as fugas à *WikiLeaks*. A organização reinventou-se como solução para contornar este tipo de problemas e tornar públicas as informações que, de outro modo, poderiam permanecer em segredo (*Ibidem*).

¹Julian Assange (2006) "State and Terrorist Conspiracies" *Cryptome* [Internet] Disponível em <<https://cryptome.org/0002/ja-conspiracies.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

²Julian Assange (2006) "Conspiracy as Governance" *Cryptome*. [Internet] Disponível em <<https://cryptome.org/0002/ja-conspiracies.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

A primeira publicação neste modelo de editor de último recurso, que atingiu visibilidade global, ocorreu depois de um ex-funcionário do banco suíço *Julius Baer* entregar à *WikiLeaks* informação interna do banco sobre clientes que incorriam, alegadamente, em esquemas de evasão fiscal de quantias elevadas. O banco tentou, através dos tribunais dos Estados Unidos, obrigar a *WikiLeaks* a retirar os documentos do seu *website* e forçou os servidores norte-americanos a desactivá-lo. Em resposta à retaliação do banco suíço por via judicial, movimentos pró-liberdade de expressão envolveram-se no caso, e o banco *Julius Baer* desistiu do processo contra a *WikiLeaks*, voltando ao activo o endereço *wikileaks.org* (*Ibidem*).

No Reino Unido, a imprensa foi proibida pelos tribunais de noticiar os alegados esquemas de evasão fiscal do banco *Barclays*. Ou de noticiar despejos de substâncias tóxicas que levaram a uma crise de saúde pública na Costa do Marfim e cuja presumível responsável seria a petrolífera *Trafigura*. Documentos relativos a estes dois casos foram publicados na *wikileaks.org* e as proibições dos tribunais aplicadas à imprensa perderam o efeito jurídico (*Ibidem*).

Na Islândia, o *pivot* de um jornal da noite recebeu informação em directo de que estava impedido pelos tribunais de passar uma reportagem sobre os maiores devedores do banco islandês *Kaupthing*, e direccionou os telespectadores para o *website* da *WikiLeaks*, onde estavam disponíveis os documentos que deram origem à peça e onde eram mencionadas as alegadas práticas ilícitas que levaram à falência do banco (Greenberg, 2012). Depois das *leaks* do banco *Kaupthing*, os membros da *WikiLeaks* mudaram-se para a Islândia e, com a deputada islandesa Birgitta Jónsdóttir, iniciaram o desenvolvimento da *Icelandic Modern Media Initiative* (IMMI): um projecto de lei que combinava as leis de vários países mais favoráveis à imprensa, para tornar a Islândia numa espécie de *offshore* da liberdade de imprensa (Domscheit-Berg, 2011).

1.4. Divulgações de 2010: Do *Collateral Murder* ao *Cablegate*

A 5 de abril de 2010, a *WikiLeaks* publicou o vídeo *Collateral Murder*, que consistia em imagens aéreas captadas em 2007 por um helicóptero militar norte-americano, com áudio da tripulação, a sobrevoar as ruas de Bagdad, disparando contra pessoas. Mataram doze, incluindo dois repórteres da *Reuters*, e deixaram duas crianças feridas. A *WikiLeaks* enviou dois jornalistas da organização ao Iraque para entrevistarem os dois sobreviventes e as suas famílias (Leigh & Harding, 2011).

Após a publicação do *Collateral Murder*, Nick Davies e Ian Traynor, jornalistas do diário britânico *The Guardian*, reuniram-se com Assange em Bruxelas, onde a *WikiLeaks* procurava promover a IMMI no Parlamento Europeu. Assim iniciou-se a parceria entre a *WikiLeaks* e o *The Guardian* para publicar os Diários do Afeganistão, a que juntaram a revista alemã *Der Spiegel* e o diário norte-americano *The New York Times*. Num acordo de cavalheiros ficou estabelecido que a *WikiLeaks* fornecia as bases de dados militares e diplomáticas dos Estados Unidos, para depois os quatro parceiros levarem a cabo o tratamento da informação. A *WikiLeaks* publicou a informação original dos documentos com algumas edições, juntamente com uma contextualização no *wikileaks.org*. Os parceiros publicaram em simultâneo as histórias que extraíram dos documentos originais nos respectivos *websites* e edições em papel (*Ibidem*).

A 25 de Julho de 2010 publicaram os Diários do Afeganistão. Ao contrário da *Spiegel* e do *Guardian*, o *New York Times* recusou-se a inserir no seu *website* um *link* directo para a *wikileaks.org*. Para o diário norte-americano apresentar no seu *site* uma ligação para o *site* da *WikiLeaks* comprometia o carácter imparcial do jornal. Dos 91 mil documentos correspondentes aos Diários do Afeganistão, a *WikiLeaks* publicou cerca de 75 mil, deixando de fora documentos que eram considerados altamente perigosos para a segurança dos visados. A cobertura dos parceiros sobre as fugas de informação foi diferente. A *Spiegel* e o *Guardian* focaram-se no sofrimento dos civis no conflito afegão. O *New York Times* focou-se no aparente jogo duplo do Paquistão, que estava alegadamente a sabotar os esforços dos EUA para expulsar os talibãs do Afeganistão. A 29 de julho, o almirante norte-americano Mike Mullen disse que a *WikiLeaks* tinha sangue nas mãos, por divulgar informações que colocavam operações e operacionais em risco. De acordo com o *Guardian*, até ao final de 2010 nenhum visado fora ferido ou necessitava de protecção (*Ibidem*).

Os Diários do Iraque foram divulgados a 22 de outubro de 2010. Eram cerca de 392 mil documentos sobre a ocupação do Iraque pelas forças da coligação internacional. Os regimes ocidentais negavam a existência de uma lista oficial de mortes, até dezembro de 2010 apenas tinham reconhecido 4.784 mortes das tropas aliadas. A *WikiLeaks* e os seus parceiros colaboraram com a *Iraq Body Count*, uma organização não-governamental na posse de dados recolhidos no terreno, para cruzar a informação com os Diários do Iraque. No final de 2010, a *Iraq Body Count* estimou que desde 2003 tinham morrido no Iraque entre 99.383 e 108.501 civis. A par disso, segundo as peças

retiradas dos Diários do Iraque, as autoridades norte-americanas ignoraram comportamentos sistemáticos das forças iraquianas aliadas, que incluíam tortura, violações e assassinato de prisioneiros no Iraque (*Ibidem*).

Numa reunião dos parceiros na sede do *Guardian* realizada em Londres a 1 de novembro de 2010, Assange propôs publicar o *Cablegate* — uma base de dados composta por 251.287 ficheiros de comunicações diplomáticas norte-americano entre 1966 e 2010 — a partir de dezembro. Contudo, ao contrário das divulgações anteriores, os telegramas seriam divulgados diariamente ao longo dos meses seguintes. Para além disso, Assange propôs também associar o diário espanhol *El País* e o diário francês *Le Monde* na parceria, de forma a aumentar o impacto da divulgação. Os representantes do *Guardian*, da *Spiegel* e do *New York Times* concordaram. Uma semana antes das publicações, o departamento de Estado dos EUA preveniu os aliados para o embaraço que os conteúdos dos telegramas iriam causar. A administração Obama condenou a *WikiLeaks* por divulgar os documentos, mas não os outros membros da parceria. Os seis parceiros contactaram o governo dos EUA antes de iniciarem as divulgações, para minimizar o risco de perigo para os visados. No dia 28 de novembro foram divulgados os primeiros telegramas diplomáticos, questões geopolíticas e alegados casos de corrupção, que envolviam corporações multinacionais, Estados e governantes de vários países foram os temas dominantes do *Cablegate* (*Ibidem*).

1.4.1. O *whistleblower* responsável pelas fugas de informação

No seguimento da publicação do *Collateral Murder*, Bradley Manning, um militar norte-americano colocado no Iraque, foi detido e transferido para uma prisão nos Estados Unidos, sob suspeita de fornecer à *WikiLeaks* os documentos militares e diplomáticos (*Ibidem*). Depois de passar três anos detido, Manning foi condenado em tribunal militar a 35 anos de prisão. A sentença baseou-se no *Espionage Act*, lei norte-americana utilizada em casos de traição. O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, disse que o caso do *whistleblower* Bradley Manning era diferente do caso de Daniel Ellsberg, o *whistleblower* protagonista dos Documentos do Pentágono nos anos 70. Para o presidente Obama, os documentos classificados entregues por Daniel Ellsberg ao *New York Times* há cerca de 50 anos, não tinham o mesmo grau de confidencialidade, nem a mesma relevância que os documentos entregues por Manning à *WikiLeaks*. Obama não quis ser comparado ao presidente Richard Nixon, que tentou

processar Ellsberg por causa dos Documentos do Pentágono. Contudo o grau de confidencialidade dos documentos que Manning entregou à *WikiLeaks* era menor do que o atribuído aos documentos revelados por Ellsberg, que nunca foi condenado³. Em 2017, já no final do mandato, o presidente Obama amnistiou Manning, que saiu em liberdade⁴.

1.4.2. Assange: As alegações suecas e a detenção

Entre a publicação dos Diários do Afeganistão, em julho, e a publicação dos Diários do Iraque, em outubro, as autoridades suecas emitiram um mandado de captura contra Assange, depois de duas mulheres apresentarem queixa contra ele à polícia. Nas acusações da procuradoria sueca estavam um caso de coerção, dois de abuso sexual e um de violação, alegadamente cometidos por Assange em agosto de 2010 na Suécia contra as duas mulheres. No decorrer das divulgações do *Cablegate*, o procurador-geral dos Estados Unidos informou a imprensa que estava a decorrer uma investigação criminal às fugas de informação que não seria comprometida pela cidadania ou local de residência dos envolvidos (Leigh & Harding, 2011). A 7 de dezembro, Assange foi detido pela unidade de extradição da polícia metropolitana de Londres (*Ibidem*).

A 14 de dezembro o Departamento da Justiça norte-americano intimou secretamente a rede social *Twitter* para aceder às contas do soldado Manning, de Assange e outros colaboradores da *WikiLeaks*, mas o *Twitter* travou a ordem judicial em tribunal. No mesmo dia em que as intimações foram dirigidas ao *Twitter*, em Londres deu-se a segunda audiência de Julian Assange. O editor-chefe da *WikiLeaks* deixou a prisão mediante pagamento de fiança, mas permaneceu em prisão domiciliária na casa de um simpatizante da *WikiLeaks*. A acusação recorreu e o caso foi ao Supremo Tribunal no dia 16 de dezembro. No supremo, o juiz lembrou que o primeiro procurador responsável pelas alegações suecas encerrou o caso por considerar que não tinha fundamentos suficientes para prosseguir, até que um segundo procurador decidiu reabri-lo. Para além disso, o juiz levantou a questão de haver a possibilidade do caso das alegações suecas se misturar com o das publicações da *WikiLeaks*, podendo os apoiantes

³Paul Lewis (2013) "Bradley Manning trial: six things we learned" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2013/aug/21/bradley-manning-trial-six-things>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴Ed Pilkington (2017) "Chelsea Manning released from military prison" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/may/17/chelsea-manning-released-from-prison>> [Consult. 6 de junho 2019].

da organização misturar os dois assuntos. O juiz informou também que Assange seria provavelmente extraditado para a Suécia depois da audiência marcada para 7 e 8 de fevereiro de 2011. Assange voltou para a prisão domiciliária e continuou a temer que a extradição para a Suécia fosse um pretexto para uma consequente extradição para os Estados Unidos, para responder a uma possível investigação às fugas de informação naquele país (*Ibidem*). A investigação, que Assange temera, tornou-se pública em maio de 2011⁵.

1.4.3. Desenvolvimentos posteriores

Em 2012, Assange decidiu pedir asilo à embaixada do Equador em Londres, por acreditar que podia ser julgado nos EUA segundo o *Espionage Act*. Com o pedido de asilo aceite, e violando as medidas de coacção impostas pela justiça britânica, mudou-se para a embaixada, de onde continuou a exercer as funções de editor-chefe da *WikiLeaks*⁶.

Em 2016, uma comissão das Nações Unidas publicou um relatório em que qualificava a detenção de Assange como arbitrária. O editor-chefe da *WikiLeaks* continuou a alegar que corria o risco de ser extraditado para os EUA⁷. O então primeiro-ministro britânico, David Cameron, minimizou o parecer da comissão das Nações Unidas dizendo que Assange podia sair quando quisesse, e, caso o fizesse, teria de responder às autoridades britânicas por fuga⁸. Depois de algumas complicações para realizar um inquérito sobre as alegações suecas na embaixada do Equador ao longo de 2015 e 2016, a procuradoria sueca desistiu da investigação às queixas de abusos sexuais em 2017⁹. No ano seguinte, uma fuga de *emails* trocados entre autoridades suecas e

⁵Ed Pilkington (2011) "WikiLeaks: US opens grand jury hearing" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2011/may/11/us-opens-wikileaks-grand-jury-hearing>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁶Jo Adetunji & Lizzy Davies (2012) "Julian Assange granted asylum by Ecuador – as it happened" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2012/aug/16/julian-assange-ecuador-embassy-asylum-live>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷Esther Addley et al. (2016) "Julian Assange is in arbitrary detention, UN panel finds" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2016/feb/04/julian-assange-wikileaks-arrest-friday-un-investigation>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁸Nicholas Watt & Rowena Mason (2016) "Julian Assange should submit to Swedish warrant, says David Cameron" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2016/feb/10/julian-assange-submit-swedish-arrest-warrant-david-cameron>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁹Esther Addley & Alan Travis (2017) "Swedish prosecutors drop Julian Assange rape investigation" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2017/may/19/swedish-prosecutors-drop-julian-assange-investigation>> [Consult. 6 de junho 2019].

britânicas em 2013 mostrou que as autoridades suecas pretendiam cessar o pedido de extradição nesse mesmo ano. No entanto a procuradoria britânica dissuadiu os suecos¹⁰. Apesar da investigação sueca aos alegados abusos sexuais terminar, um juiz britânico decidiu que o mandado de captura para Julian Assange não seria cancelado, por considerar que o editor-chefe da *WikiLeaks* fugira às autoridades¹¹.

O ano de 2016 foi particularmente produtivo para a *WikiLeaks*. A organização divulgou *emails* da conta da ex-secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, então candidata do partido Democrata às presidenciais norte-americanas (Tran, 2016)¹². Com o aproximar do dia das eleições, a *WikiLeaks* publicou *emails* da Convenção Nacional Democrata em que estava descrita a intenção dos responsáveis da Convenção em sabotar as primárias Democratas para eleger, como candidata, Hillary Clinton em detrimento do seu principal adversário, Bernie Sanders. O partido Democrata tinha apresentado queixa às autoridades dos EUA, acusando a Rússia de estar envolvida na obtenção ilegal de documentos digitais da Convenção Democrata, com o objectivo de interferir nos resultados das eleições, havendo suspeitas de terem entregado os documentos à *WikiLeaks*¹³.

Já em 2018, o Equador restringiu o direito a visitas e cortou o acesso à *Internet* de Julian Assange, depois de este não ter anuído ao pedido do governo do Equador para parar de publicar informação considerada simpatizante para a causa independentista durante o referendo da independência da Catalunha¹⁴. Em novembro, procuradores norte-americanos revelaram por engano uma acusação selada contra Assange. Em abril

¹⁰Owen Bowcott & Ewen MacAskill (2018) "Sweden tried to drop Assange extradition in 2013, CPS emails show" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2018/feb/11/sweden-tried-to-drop-assange-extradition-in-2013-cps-emails-show>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹¹Nadia Khomami (2018) "Julian Assange still faces arrest after judge rules warrant valid" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2018/feb/06/julian-assange-still-faces-arrest-after-judge-rules-warrant-valid>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹²Mark Tran (2016) "WikiLeaks to publish more Hillary Clinton emails – Julian Assange" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2016/jun/12/wikileaks-to-publish-more-hillary-clinton-emails-julian-assange>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹³Associated Press (2016) "Leaked DNC emails reveal details of anti-Sanders sentiment" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/jul/23/dnc-emails-wikileaks-hillary-bernie-sanders>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹⁴Jon Henley (2018) "Ecuador cuts off Julian Assange's internet access at London embassy" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2018/mar/28/julian-assange-internet-connection-ecuador-embassy-cut-off-wikileaks>> [Consult. 6 de junho 2019].

de 2019 a polícia londrina deteve Assange na embaixada do Equador, com base numa acusação do governo federal dos EUA por *hacking* de computadores do governo norte-americano. Em maio, os EUA iniciaram formalmente um pedido de extradição e procuradores suecos reabriram a investigação às alegações suecas contra Assange¹⁵.

Com base nas acusações norte-americanas, o ex-editor-chefe da *WikiLeaks* enfrenta uma pena máxima de 175 anos de prisão¹⁶. Também em 2019 Chelsea Manning (anteriormente conhecida como Bradley Manning), recusou-se a testemunhar novamente sobre o caso *WikiLeaks* e foi detida. Após 62 dias sob custódia (28 dos quais em solitária), recusou-se a prestar declarações numa segunda audição, ficando detida por tempo indeterminado, com o acréscimo de uma multa diária no valor de 500 dólares — 1000\$ diários, caso ultrapasse 60 dias de cárcere¹⁷.

1.5. Os parceiros da *WikiLeaks* em 2010

Os parceiros da *WikiLeaks* partilham várias características em comum. Todos, pertencem a democracias liberais do mundo ocidental, são a favor das causas democráticas e reconhecem-se como publicações referência — jornais cujas marcas "rigor, exactidão, sobriedade gráfica e de conteúdos, análise e opinião, independência e culto da objectividade (até aos anos setenta) foram e ainda são as marcas do jornalismo de referência" (Sousa, 2001, p.26). Ainda sobre o conceito de jornal de referência segundo Mário Mesquita:

"Podemos dizer que os jornais de referência visam, preferencialmente, a 'opinião pública dirigente' (aquela que está associada à tomada de decisões a nível político, económico e cultural), enquanto os jornais populares têm por alvo a 'opinião pública generalizada'. Sob o ponto de vista do conteúdo, a Imprensa de referência privilegiaria temas políticos (aos níveis nacional e internacional), sociais, económicos ou culturais, enquanto a Imprensa popular se interessa sobretudo pelo 'fait divers' e pelo desporto. No que concerne aos géneros jornalísticos, os 'qualities' privilegiam a reflexão ou seja, os comentários e os estudos. No plano do estilo, quer ao nível do grafismo quer ao nível da escrita, os

¹⁵Matthew Weaver & Owen Bowcott (2019) "Julian Assange to appear in court after Javid signs US extradition request" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2019/jun/13/julian-assange-sajid-javid-signs-us-extradition-order>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹⁶Jon Swaine (2019) "New US charges against Julian Assange could spell decades behind bars" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2019/may/23/wikileaks-founder-julian-assange-with-violating-the-espionage-act-in-18-count-indictment>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹⁷Ed Pilkington (2019) "Chelsea Manning jailed again as she refuses to testify before grand jury" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/us-news/2019/may/16/chelsea-manning-jailed-again-as-she-refuses-to-testify-before-grand-jury>> [Consult. 6 de junho 2019].

critérios distintivos dos jornais de referência são a sobriedade e o distanciamento" (Mesquita, 1994, p. 15).

Os cinco jornais da parceria, reportam sobre assuntos que julgam ser do interesse público. Os seus passados estão ligados à denúncia de corrupção e abusos de poder. Os cinco poder-se-ão considerar publicações liberais. Sediados nas economias mais desenvolvidas do mundo, pertencem a grandes grupos multinacionais e, nos seus sectores, são negócios robustos com alcance mundial. Não será de espantar que todos sejam globalistas, pois se vivessem apenas dos mercados domésticos estariam numa situação financeira mais delicada. Estas serão algumas razões que explicam a escolha destes órgãos de comunicação social, e não outros, para trabalhar em equipa com a *WikiLeaks*.

1.5.1. *The Guardian*

John Edward Taylor fundou o *The Manchester Guardian* em 1821, na cidade de Manchester. Foi concebido com o objectivo de promover ideais liberais. Sob liderança do editor Charles Prestwich Scott entre 1872 e 1929, o jornal alcançou reconhecimento internacional. Scott foi responsável pela sedimentação dos princípios liberais e independência do jornal, que ainda hoje fazem parte da sua linha editorial. Comprou o jornal em 1907, e os seus descendentes fundaram o Scott Trust em 1936, de forma a perpetuar a segurança financeira e a independência editorial do *The Manchester Guardian*, que em 1959 passou a ser conhecido por *The Guardian*¹⁸. Em 1948, membros da família Scott tornaram a administração do *Scott Trust* num acto colectivo. Em 2008 passou a uma sociedade limitada¹⁹. Actualmente o jornal *Guardian* pertence ao *Guardian Media Group*, propriedade do *Scott Trust Endowment Fund*, que gere investimentos diversificados a longo prazo, destinados a financiar o jornal e outras empresas do grupo, como o semanário *The Observer*²⁰.

Os jornalistas do *Guardian* elegeram o director através do voto pela primeira vez em 1995 — na altura, um processo descrito como único entre os jornais britânicos.

¹⁸Guardian (2017a) "History of the Guardian and the Observer" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/gnm-archive/2014/dec/18/histories-of-the-newspapers>> [Consult. 6 de junho 2019].

¹⁹Guardian (2015a) "The Scott Trust: a timeline" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/jul/26/a-history-of-the-scott-trust#timelineWrap>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁰Guardian (2018) "About the Guardian Media Group" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/gmg/2018/jul/24/about-guardian-media-group>> [Consult. 6 de junho 2019].

Contudo o voto é meramente indicativo, pois cabe ao *Trust* a decisão final²¹. Em 2010, durante a parceria com a *WikiLeaks*, o director do jornal britânico era Alan Rusbridger que desempenhou essas funções entre 1995-2015. O lugar é ocupado desde 2015 por Katherine Viner²². O jornal chega a cerca de três milhões de leitores diários. E conta com uma circulação paga de cerca de 204.839 cópias por dia²³. Os leitores do *Guardian* são progressistas, têm rendimentos acima da média e um nível de escolaridade elevado²⁴. Alguns das revelações mais famosas do jornal foram o Massacre de Peterloo (1819), o Caso Aitken (1995), as Escutas *News of the World* (2009) e as Revelações Snowden (2013) (Rusbridger, 2018).

1.5.2. *Der Spiegel*

Na Alemanha, a *Der Spiegel* é reconhecida como sinónimo de jornalismo de investigação. Uma revista semanal, dedicada à actualidade política, económica e cultural. Possui um dos maiores arquivos de *media* do mundo, cerca de seis milhões de leitores semanais e mais de 470 mil assinantes. Inspirada nas revistas de notícias norte-americanas e britânicas, foi criada pelas forças britânicas após a 2.ª Guerra Mundial, em Hanover (Alemanha), com o nome *Diese Woche*, para fornecer ao povo alemão “notícias objectivas”. Um grupo de jornalistas alemães que participava na revista não poupou as forças aliadas nas suas reportagens. Tendo despertado as atenções dos governos britânico, soviético, francês e norte-americano, a revista foi fortemente criticada, e entregue aos jornalistas alemães após cinco edições. Foi renomeada *Der Spiegel*, e a sua primeira edição saiu em janeiro de 1947. Nas décadas seguintes, a revista desvendou escândalos políticos e empresariais. Nos anos 60, a polícia alemã ocupou a redacção da revista e deteve o director, vários editores e jornalistas, que passaram 103 dias na prisão. Foram acusados de traição, por reportarem as condições

²¹Maggie Brown (1995) "Guardian' names its new editor" *Independent*. [Internet] Disponível em <<https://www.independent.co.uk/news/uk/guardian-names-its-new-editor-1569476.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

²² Guardian (2015b) "Guardian appoints Katharine Viner as editor-in-chief" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/media/2015/mar/20/guardian-appoints-katharine-viner-new-editor-in-chief>> [Consult. 6 de junho 2019].

²³Guardian (2013) "Our audience story" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://image.guardian.co.uk/sys-files/Guardian/documents/2013/01/25/GuardianKeyAudienceStats.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁴Guardian (2012) "The Guardian and Observer reader profile" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://image.guardian.co.uk/sys-files/Guardian/documents/2012/08/22/Printreaderprofile.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

degradantes das forças militares alemãs durante um exercício da NATO. O caso que ficou conhecido como *Spiegel Affair*, levou a protestos na Alemanha, culminando na demissão do ministro da Defesa por mentir sobre a sua responsabilidade na perseguição dos jornalistas da *Spiegel*²⁵.

Em 2010, durante a sua parceria com a *WikiLeaks*, a chefia da revista era partilhada por Georg Mascolo e Mathias Müller von Blumencron, directores entre 2008 e 2013²⁶. Desde abril de 2019, o director é Clemens Höges²⁷.

A revista é propriedade do Spiegel Gruppe desde 1947. Após várias reestruturações, em 1969, parte dos fundadores e investidores originais venderam as suas acções a Rudolf Augstein, co-fundador e o primeiro director da revista, passando este a único proprietário. Em 1974 Augstein permitiu a entrada dos empregados na estrutura accionista da empresa. Actualmente, os proprietários são o grupo Rudolf Augstein GmbH & Co. KG, constituído pelos herdeiros de Augstein, a editora Gruner+Jahr GmbH & Co. KG, e a KG Beteiligungsgesellschaft für SPIEGEL-Mitarbeiter mbH & Co — sociedade dos funcionários da *Spiegel*²⁸.

A revista semanal possui uma circulação paga de cerca de 704.656 exemplares, e chega a cerca de 5.900.000 leitores por semana. O público-alvo é descrito como tendo níveis de escolaridade e qualificação profissional elevados, e um poder de compra que lhe permite consumo selectivo²⁹.

²⁵Der Spiegel (2011) "The History of DER SPIEGEL" *Der Spiegel*. [Internet] Disponível em <<https://www.spiegel.de/international/six-decades-of-quality-journalism-the-history-of-der-spiegel-a-789853.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁶Spiegel Gruppe (2013) "Georg Mascolo und Mathias Müller von Blumencron als SPIEGEL-Chefredakteure abberufen" *Spiegel Gruppe*. [Internet] Disponível em <<http://www.spiegelgruppe.de/spiegelgruppe/home.nsf/pmwebaktuell/B3609906A9591A70C1257B4800378621>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁷Anna Altman (2019) "Changes at Der Spiegel, soul-searching in German media" *Columbia Journalism Review*. [Internet] Disponível em <<https://www.cjr.org/analysis/der-spiegel-claas-relotius-reporting.php>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁸Spiegel Gruppe (2018) "Geschichte der SPIEGEL-Gruppe" *Spiegel Gruppe*. [Internet] Disponível em <<http://www.spiegelgruppe.de/spiegelgruppe/home.nsf/Navigation/6CE8D16B87C4BD0AC1256F5F00350C5A?OpenDocument>> [Consult. 6 de junho 2019].

²⁹G+J i|MS (s.d.) "DER SPIEGEL: The largest German news magazine" *G+J i|MS INTERNATIONAL MEDIA SALES*. [Internet] Disponível em <<https://www.internationalmediasales.net/international/portfolio/detail/der-spiegel/>> [Consult. 6 de junho 2019].

1.5.3. *The New York Times*

O *The New York Times* é um jornal norte-americano fundado em 1851 como *The New-York Daily Times*, por George Jones, Henry Jarvis Raymond e E.B. Morgan, fundador do banco *Wells Fargo*. Jones passou a editor após a morte de Raymond, em 1868. Jornal político alinhado com o Partido Republicano, notabilizou-se pela cobertura da Guerra Cível e da Reconstrução dos EUA. Em 1871 denunciou casos de corrupção envolvendo a elite nova-iorquina e o partido Democrata, num escândalo que ficou conhecido como *Tweed Ring*. Em 1884 rompeu ligações com o Partido Republicano estabelecendo-se como meio independente. George Jones faleceu em 1891, deixando uma reputação de incorruptível, mas o seu jornal afundado em dívidas. Em 1896 foi adquirido por Adolph S. Ochs (Davis, 1921).

Em 1971, 100 anos depois da denúncia do *Tweed Ring*, o *New York Times* obteve decisão favorável do Supremo Tribunal dos EUA para publicar excertos dos Documentos do Pentágono entregues ao jornal pelo *whistleblower* Daniel Ellsberg. A New York Times Company, empresa cotada em bolsa desde 1967, detém o jornal. A família Ochs-Sulzberger mantém-se como proprietária e gestora. Tendo os Sulzberger, descendentes de Adolph S. Ochs, ocupado lugares como editores e jornalistas no jornal desde 1896 (Diamond, 1993). O presidente da New York Times Company é Arthur O. Sulzberger, Jr, que foi gestor do jornal entre 1992 e 2017³⁰. A empresa declara ter 150 milhões de leitores mensais em todo o mundo, e 4.3 milhões de assinantes³¹. O director executivo actual é Dean Baquet, desde 2014³². Em 2010, o jornal participou nas divulgações com a *WikiLeaks* sob a direcção de Bill Keller, director executivo entre 2003 e 2011³³.

³⁰The New York Times Company (s.d.) "Board of Directors" *The New York Times Company*. [Internet] Disponível em <<https://www.nytco.com/board-of-directors/>> [Consult. 6 de junho 2019].

³¹The New York Times Company (s.d.) "Company" *The New York Times Company*. [Internet] Disponível em <<https://www.nytco.com/company/>> [Consult. 6 de junho 2019].

³²The New York Times Company (s.d.) "Dean Baquet: Executive director" *The New York Times Company*. [Internet] Disponível em <<https://www.nytco.com/person/dean-baquet/>> [Consult. 6 de junho 2019].

³³The New York Times (2019) "Bill Keller" *The New York Times*. [Internet] Disponível em <<https://www.nytimes.com/by/bill-keller>> [Consult. 6 de junho 2019].

1.5.4. *Le Monde*

O *Le Monde*, foi fundado em Paris no ano de 1944 para substituir o *Le Temps*, um jornal banido pelas forças do movimento de Libertação da França, após o fim da ocupação nazi. Segundo a visão do fundador, Hubert Beuve-Méry, o *Le Monde* seria um jornal independente dos poderes políticos, económicos e religiosos, dirigido às elites. Após finais dos anos 60, os sucessores de Hubert Beuve-Méry alinharam o jornal à esquerda política (Eveno, 2010).

Eric Fottorino, director do *Le Monde* durante a parceria com a *WikiLeaks* em 2010³⁴, descreveu-o como um jornal de referência, com aspirações globais, que tenta manter-se afastado das disputas ideológicas e partidárias, para informar os leitores da melhor forma possível. Ainda de acordo o texto de apresentação no *website* do jornal, assinado por Fottorino, o jornal nunca se absteve de "comentar, analisar e até desafiar" a vida política e social a partir de 1968³⁵. Um dos seus casos mais famosos de denúncia foi o *Rainbow Warrior Affair* (1985); o jornal revelou que membros das forças militares francesas afundaram um barco da *Green Peace* na Nova Zelândia, cumprindo ordens do governo francês³⁶.

O *Le Monde* conta com um público de cerca de 2.720 milhões de leitores diários, e uma circulação paga a rondar os 288.435 exemplares diários³⁷. É propriedade do Groupe Le Monde. Em 2015 a redacção foi acusada de populismo por accionistas do jornal, ao investigar as *Swissleaks*³⁸. O director actual é Jérôme Fenoglio³⁹.

³⁴ Le Monde (2010) "Eric Fottorino révoqué de la présidence du directoire du groupe Le Monde" *Le Monde*. [Internet] Disponível em <https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/12/15/eric-fottorino-revoque-de-la-presidence-du-directoire-du-monde_1453926_3236.html> [Consult. 6 de junho 2019].

³⁵ Eric Fottorino (2009) "Le Monde: Portrait d'un quotiens" *Le Monde*. [Internet] Disponível em <http://medias.lemonde.fr/medias/pdf_obj/200912.pdf> [Consult. 6 de junho 2019].

³⁶ Véronique Laroche-Signorile (2015) "Le 10 juillet 1985, le sabotage du Rainbow Warrior" *Le Figaro*. [Internet] Disponível em <<http://www.lefigaro.fr/histoire/archives/2015/07/09/26010-20150709ARTFIG00240-le-10-juillet-1985-le-sabotage-du-rainbow-warrior.php>> [Consult. 6 de junho 2019].

³⁷ ACPM. (s.d.) "LE MONDE" *Alliance Pour Les Chiffres de la Presse et des Médias*. [Internet] Disponível em <<https://www.acpm.fr/Support/le-monde>> [Consult. 6 de junho 2019].

³⁸ Le Monde (2015) "La direction du « Monde » et ses journalistes protestent contre les propos de Pierre Bergé" *Le Monde*. [Internet] Disponível em <https://www.lemonde.fr/evasion-fiscale/article/2015/02/11/la-direction-du-monde-et-ses-journalistes-protestent-contre-les-propos-de-pierre-berge_4574622_4862750.html> [Consult. 6 de junho 2019].

1.5.5. *El País*

O *El País* foi fundado em 1976, durante a transição espanhola para a democracia. Define-se como um jornal independente de qualidade e defensor da democracia. Para além da redacção principal em Madrid, conta com delegações em Barcelona, na Cidade do México e em São Paulo, tendo correspondentes em mais de 40 países⁴⁰. É propriedade do grupo Prisa, um grupo de *media* multinacional com investimentos em mais de 20 países⁴¹.

Um dos casos mais famosos envolvendo o *El País* deu-se em 1981 quando publicou uma edição a defender a Constituição de 1978 durante a tentativa de golpe de Estado conduzida por forças franquistas em Madrid e Valência. Nas décadas seguintes, apoiou abertamente o Partido Socialista Operário Espanhol. No entanto as ligações do Grupo Prisa à direita espanhola acomodaram-se gradualmente no perfil ideológico do jornal, fazendo com que se deslocasse para o centro político, tendo inclusivamente adoptado posições conservadoras sobre temas económicos e assuntos relacionados com a América Latina (Almiron & Segovia, 2012).

Soledad Gallego-Díaz é a directora desde 2018, tendo feito parte do jornal desde os anos 70⁴². O cargo era ocupado por Javier Moreno (2006-2014) durante a parceria com a *WikiLeaks* em 2010⁴³. A circulação da edição em papel ronda os 200.000 exemplares diários, enquanto a edição digital ronda os 13 milhões de leitores⁴⁴. O leitor

³⁹Jérôme Fenoglio & Louis Dreyfus (2019) "Groupe Le Monde: a net profit and progress" *Le Monde*. [Internet] Disponível em <https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2019/04/18/groupe-le-monde-un-resultat-net-beneficiaire-et-en-progression_5452079_3236.html> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴⁰EdP (s.d.) "Historia de El País" *La Escuela de Periodismo UAM – El País*. [Internet] Disponível em <<https://escuela.elpais.com/historia-de-el-pais/>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴¹PRISA (s.d.) "Um grupo global" *PRISA*. [Internet] Disponível em <<https://www.prisa.com/pt/info/um-grupo-global>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴²Sam Jones (2018) "Spain's El País newspaper appoints first female editor" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/08/spain-el-pais-newspaper-appoints-first-female-editor>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴³El País (2018) "EL PAÍS welcomes new management team" *El País*. [Internet] Disponível em <https://elpais.com/elpais/2018/06/14/inenglish/1528966483_833175.html> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴⁴Robert Hetz et al. (2016) "El Pais, Spain's best-selling newspaper may end print edition" *Reuters*. [Internet] Disponível em <<https://uk.reuters.com/article/us-spain-media-elpais-idUKKCN0W61PD>> [Consult. 6 de junho 2019].

do *El País* é caracterizado como tendo menos de 35 anos, lê maioritariamente através do *mobile*, 53% em Espanha e 47% no estrangeiro⁴⁵.

⁴⁵El País (2017) "Una audiencia joven, móvil y global" *El País*. [Internet] Disponível em <https://elpais.com/elpais/2017/06/03/el_pais_que_hacemos/1496525146_634980.html> [Consult. 6 de junho 2019].

II. Os dois jornais portugueses

O *Público* e o *Expresso* são dois órgãos de comunicação semelhantes aos que integraram a parceria com a *WikiLeaks*. Ambos afirmam a sua posição a favor da democracia, declaram-se independentes e pluralistas, partilhando valores fundamentais em comum. Para além disso, são dois dos jornais portugueses de referência e parte integrante dos *media* tradicionais e *mainstream*. Também por isso, não se encontravam imunes à crise de vendas da imprensa já em 2010. Entre 2008 e 2015, o *Público* perdeu mais de metade da sua circulação impressa paga, cerca de 21.875 exemplares (51,7%). Entre 2008 e 2010 perdeu 8.283 exemplares (19,6%)⁴⁶. As vendas do *Expresso* também caíram entre 2008 e 2015, embora de forma menos acentuada (35,1%, o que corresponde a menos 42.063 exemplares). Entre 2008 e 2010 perderam vendas de 10.952 exemplares (9,1%)⁴⁷.

Estas duas publicações dos *media* tradicionais foram das que mais se destacaram em Portugal na adaptação à nova realidade do paradigma digital. O *Público* lançou o seu *website* em 1995, cinco anos após o lançamento da sua edição impressa. Juntamente com o *Jornal de Notícias* foram os primeiros órgãos da imprensa portuguesa a fazê-lo (Canavilhas, 2012). Já o *Expresso* lançou o seu *website* dois anos depois, em 1997⁴⁸.

Os dados apresentados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) relativos ao *Público* e ao *Expresso* nos subcapítulos seguintes, dizem respeito a 2010, ano do caso *WikiLeaks* analisado neste estudo, e a 2016. Apesar de os dados de 2016 não serem os mais recentes, são os mais completos a que tivemos acesso no *site* da APCT. E através destes, é possível vislumbrar a evolução de vendas na primeira metade desta década de forma mais completa, uma vez que não foi possível aceder aos dados mais recentes de 2018 nos mesmos moldes⁴⁹.

⁴⁶Cardoso et al (2016) "A Imprensa em Portugal. Performances e indicadores de gestão: consumo, procura e distribuição" *Obercom*. [Internet] Disponível em <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/07/2016_OBERCOM_A_Imprensa_em_Portugal.pdf> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴⁷*Idem, ibidem*.

⁴⁸José Pedro Castanheira (2013) "A História de 2080 semanas" *Expresso*. [Internet] Disponível em <https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795#gs.dif2py> [Consult. 6 de junho 2019].

⁴⁹Os dados completos referentes às publicações, só estão disponíveis aos associados da APCT. Não-associados têm acesso ao número de tiragens e de circulação totais. Tendo o *Público* terminado 2018, a

2.1. O diário: *Público*

O *Público* foi fundado à imagem dos jornais de referência internacionais em 1990. Assume-se como independente, na tradição europeia do jornalismo de referência, reponsável apenas perante os leitores. Jornal generalista dedicado em reportar informação de interesse público, assenta em valores democráticos, é globalista e europeísta⁵⁰.

A primeira edição saiu a 5 de março de 1990. O diário é fruto de um acordo entre jornalistas e o Grupo Sonae com o objectivo de romper com o conservadorismo dos jornais portugueses dos anos 80⁵¹. A direcção editorial do jornal começou por ser chefiada por Vicente Jorge Silva até 1996, sob a administração do grupo Sonae⁵². O grupo de jornalistas fundadores classificava o jornal como um projecto independente e moderno, transparente e público. Um jornal consciente da necessidade da inovação tecnológica, desde a sua fundação⁵³.

O *Público* é detido pela Sonaecom – SGPS, S.A., *holding* do grupo Sonae para a gestão de ativos nas áreas da tecnologia, *media* e telecomunicações⁵⁴. O presidente do Conselho de Administração do *Público* é Ângelo Paupério. O director do jornal é Manuel Carvalho desde 2018⁵⁵. Em 2010 era Bárbara Reis, directora entre 2009 e 2016⁵⁶.

Cerca de 69% da audiência do *Público* tem entre 15 e 44 anos, e 72% são quadros médios superiores, trabalhadores especializados e das áreas dos serviços

rondar 30.000 exemplares mensais em tiragens e circulação, e o *Expresso* a rondar os 80.000 exemplares, também em tiragens e circulação.

⁵⁰Público (2019a) "Estatuto Editorial" *Público*. [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵¹Público (2017) "O pacto de Belmiro de Azevedo com o PÚBLICO" *Público*. [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/2017/11/29/economia/noticia/o-pacto-de-belmiro-com-publico-de-marco-de-1990-1794366>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵²Ana Sá Lopes (2017) "Vicente Jorge Silva: 'Gostava de ter podido ter uma última conversa com Belmiro'" *Sol*. [Internet] Disponível em <<https://sol.sapo.pt/artigo/590658/vicente-jorge-silva-gostava-de-ter-podido-ter-uma-ltima-conversa-com-belmiro->>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵³Nuno Pacheco (2018) "No princípio eram zeros. E assim nasceu um jornal" *Público*. [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/2018/03/05/sociedade/noticia/no-principio-eram-zeros-e-assim-nasceu-um-jornal-1805157>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵⁴Público (2019b) "Principais Fluxos Financeiros" *Público*. [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/nos/estrutura-accionista>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵⁵Público (2019c) "Ficha Técnica" *Público* [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/nos/ficha-tecnica>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵⁶Bárbara Reis (2019) "Bárbara Reis" *Público* [Internet] Disponível em <<https://www.publico.pt/autor/barbara-reis>> [Consult. 6 de junho 2019].

administrativos e do comércio, pertencentes às classes sociais AB⁵⁷. De acordo com dados da APCT, em 2016 a média da circulação impressa paga foi de 18.512 exemplares diários (descida de 12% face a 2015), e a circulação digital paga obteve uma média mensal de 11.616 (subida de 3% face a 2015)⁵⁸. Em 2010, o Público contou com uma circulação paga mensal (circulação digital agregada) de 34.061, mas no período homólogo em 2009 a circulação paga mensal era de 37.276⁵⁹. Essencialmente, os dados referentes a 2009 e 2010 demonstram uma quebra de vendas. Já os dados de 2015 e 2016, demonstram que a subida das vendas digitais não está a compensar a descida das vendas em papel.

2.2. O semanário: *Expresso*

Segundo o seu estatuto editorial, o *Expresso* é um jornal generalista que recusa o sensacionalismo, e tem como único objectivo informar. O jornal declara-se defensor da democracia, da liberdade de expressão, assim como de outras liberdades fundamentais. Opõe-se à censura e a pressões oriundas de qualquer tipo de poder. Afirma-se como independente, pluralista e europeísta. Os limites do *Expresso* são os limites contemplados pela deontologia dos jornalistas, a ética profissional, e também um código de conduta interno⁶⁰.

O *Expresso*, fundado por Francisco Pinto de Balsemão em 1973, foi concebido sob influência dos semanários ingleses *The Sunday Times* e o *The Observer*. A redacção começou com dez jornalistas, chefiada por Augusto de Carvalho, que chegou a estagiar nos dois jornais ingleses supracitados, antes do lançamento do *Expresso*. Juan Luis Cebrián, que fundaria o *El País*, quatro anos mais tarde, foi correspondente do *Expresso* em Madrid. O semanário trouxe inovações ao jornalismo português: um conselho de redacção eleito pelos jornalistas e um conselho editorial para discutir e criticar os conteúdos.

⁵⁷Público (2019d) "A verdade é um bem público: MEDIA KIT 2019" *Público*. [Internet] Disponível em <https://comunique.publico.pt/publicidade/mediakit_2019_final.pdf> [Consult. 6 de junho 2019].

⁵⁸APCT (2017) "Boletim Informativo: Jan/Dez 2016" *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação*. [Internet] Disponível em <<http://www.apct.pt/>> [Consult. 1 de maio 2017].

⁵⁹APCT (2011) "Boletim Informativo: Jan/Dez 2010" *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação*. [Internet] Disponível em <<http://www.apct.pt/>> [Consult. 1 de maio 2017].

⁶⁰Impresa (2017) "Expresso: Estatuto Editorial" *Impresa*. [Internet] Disponível em <<http://binaries.cdn.impresa.pt/2e9/60d/10304175/ESTATUTOS-EDITORIAIS-EXPRESSO-2017.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

A primeira edição saiu em 1973, ainda sob o regime de censura. Após a Revolução de Abril de 1974, o *Expresso* esteve ligado à fundação do Partido Popular Democrático (PPD), actualmente Partido Social Democrata (PSD), do qual Francisco Pinto Balsemão também foi um dos fundadores. No decurso da revolução, o jornal adoptou uma postura combativa com vista à consolidação de um regime democrático em Portugal. Consolidada a democracia, Balsemão chegou a primeiro-ministro em 1981, mas o jornal não poupou críticas ao seu governo. Em 1983, Balsemão terminou o mandato e regressou ao jornal, onde ainda é administrador. Marcelo Rebelo de Sousa, actual Presidente da República Portuguesa, presidente do Partido Social Democrata nos anos 90, e Ministro dos Assuntos Parlamentares no governo de Balsemão entre 1982 e 1983, foi um dos primeiros jornalistas do jornal⁶¹.

O *Expresso* pretence à Impresa Publishing S.A., subsidiária do Grupo Impresa, *holding* cotada em bolsa desde 2000. O Conselho de Administração conta com o seu fundador, Francisco Pinto de Balsemão, na presidência. Permaneceu como semanário mas, em 2014, lançou o *Expresso Diário*, uma edição digital diária⁶². Actualmente, o director do *Expresso* é João Vieira Pereira. Ricardo Costa é o director geral de informação do grupo Impresa⁶³. Em 2010, o director do jornal era Henrique Monteiro, que ocupou o cargo entre 2005 e 2011⁶⁴.

Os leitores do *Expresso* têm entre 25 e 64 anos, pertencem às classes ABC1, são quadros médios e superiores, e residentes em regiões urbanas. Questões ambientais e sociais são as suas maiores preocupações⁶⁵. Segundo os dados da APCT, em 2016, o *Expresso* registou em média uma circulação impressa paga mensal de 73.658 (descida de 5% face a 2015), e uma circulação digital paga mensal de 21.706 (subida de 28%

⁶¹José Pedro Castanheira (2013) "A História de 2080 semanas" *Expresso*. [Internet] Disponível em <https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795#gs.dif2py> [Consult. 6 de junho 2019].

⁶²Impresa (2013) *Expresso. Impresa*. [Internet] Disponível em <<https://www.impresa.pt/pt/apresentacao-do-grupo/as-nossas-marcas/2013-07-05-Expresso>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁶³Impresa (2019) "A Nossa História" *Impresa*. [Internet] Disponível em <<https://www.impresa.pt/pt/apresentacao-do-grupo>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁶⁴Expresso (s.d.) "Henrique Monteiro" *Expresso*. [Internet] Disponível em <<https://expresso.pt/autores/2015-01-08-Henrique-Monteiro-1>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁶⁵Impresa (s.d.) "Perfil de Leitor" *Impresa*. [Internet] Disponível em <<http://binaries.cdn.impresa.pt/9f7/e80/5942013/Perfil-de-Leitor--Readers-Profile--Expresso.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

face a 2015)⁶⁶. Em 2010 registou uma circulação paga mensal de 108.923 mil (circulação digital agregada), sendo que em 2009 era de 111.668⁶⁷. Portanto entre 2009 e 2010, houve uma quebra de vendas semelhante à do *Público*.

⁶⁶APCT (2017) "Boletim Informativo: Jan/Dez 2016" *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação*. [Internet] Disponível em <<http://www.apct.pt/>> [Consult. 1 de maio 2017].

⁶⁷APCT (2011) "Boletim Informativo: Jan/Dez 2010" *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação*. [Internet] Disponível em <<http://www.apct.pt/>> [Consult. 1 de maio 2017].

III. *WikiLeaks* e jornalismo na sociedade em rede

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação não é em si uma novidade. A grande novidade encontra-se no ritmo, cada vez mais rápido, da sua inovação. O seu processo de desenvolvimento torna-se mais eficiente, a tecnologia é implementada e melhorada sucessivamente. Uma das ramificações deste processo foi a disseminação do *know how* relativo às tecnologias. As ferramentas electrónicas e digitais, com dimensões cada vez mais reduzidas, não só permitiram uma utilização mais ágil, como também reduzir os custos associados à sua produção e distribuição massificando-as. Qualquer indivíduo pode, teoricamente, ter acesso a funcionalidades de armazenamento, manipulação e transmissão de informação, simultaneamente num único dispositivo de alta qualidade, por um preço relativamente baixo. As transmissões de informação tornaram-se instantâneas independentemente da distância, localização ou do número de participantes no processo comunicação, algo que, há pouco menos de 50 anos, seria considerado pura ficção científica. Pelo seu potencial, baixo custo e utilidade, estas novas tecnologias da informação e da comunicação integraram-se nas várias dimensões da sociedade. Qualquer sector, grupo ou indivíduo, têm a sua vida afectada por estas tecnologias, directa ou indirectamente.

Os *media* em geral, ou o jornalismo em particular, actividades cujo modelo de negócio se desenvolve em torno do comércio de informação, não escapam à influência das novas tecnologias. Uma das maiores fontes de receita dos *media*, os anunciantes, podem agora recorrer a serviços fornecidos na *web* que lhes permitem chegar ao público-alvo, estabelecer perfis, saber tudo o que é possível sobre os hábitos dos seus alvos, e adaptar a estratégia de comunicação dos seus produtos ou serviços. Tudo isto através da rede, de forma mais eficiente. Com um número incomensurável de alternativas, os anunciantes não precisam de depender exclusivamente do espaço disponível nas páginas dos jornais (físicos ou digitais), ou nas grelhas de programação de um canal de televisão. Estes meios de comunicação, por sua vez, têm de baixar preços, e adaptar-se a um novo panorama, onde a concorrência não é exclusiva ao seu ramo de actividade, nem à sua localização geográfica (por exemplo redes sociais norte-americanas *versus* jornal local português) (Rusbridger, 2018).

É por isso que Brevini et al (2013, p.1) referem que as transformações tecnológicas trazem possibilidades que poderão romper com formas mais tradicionais de

organização e funcionamento das sociedades. Nesse sentido, o fenómeno *WikiLeaks* é um exemplo, de um novo tipo de organização, que rompeu com modelos tradicionais. A *WikiLeaks*, com todos os seus defeitos ou virtudes, é, segundo Brevini et al (*Ibidem*), uma lente pelo qual podemos observar as transformações que estão a ocorrer nas sociedades, e a direcção que estão a tomar. Pelo que as transformações no jornalismo não são excepção.

As mesmas transformações tecnológicas que trouxeram dificuldades aos *media* tradicionais, potenciaram o surgimento de grupos como a *WikiLeaks*. A entrada de novos agentes no espaço mediático, trazendo consigo novos modelos de actividade, fizeram com que os *media* tradicionais os recebessem com cepticismo e desconfiança. O impacto alcançado pela *WikiLeaks* em 2010 levou os *media* tradicionais a encará-la como uma ameaça (Benkler, 2013, pp.11-12). Enquanto os *media* tradicionais se encontravam numa fase difícil, alguns dos novos *media* como a *WikiLeaks* afirmaram-se como parte de uma espécie de quarto-poder em rede, e actuaram como um novo tipo de *watchdog*, que combina elementos tradicionais e novos elementos em rede (*Ibidem*, pp.16, 29). Este quadro de transformações desencadeadas pelo poder disruptivo das redes, que Beckett e Ball identificaram como um fenómeno de reformulação do quarto-poder, traduz-se numa transição de uma estrutura linear e fechada, para uma estrutura não-linear e aberta. O modelo tradicional de relações entre a autoridade, os *media* e os cidadãos, para os dois autores, já não é sustentável devido à influência das redes (Beckett & Ball, 2012, p.3).

Dobson & Hunsinger observaram que a influência exercida por poderes económicos e políticos condiciona a acção dos *media* tradicionais. Confinados às regras do Estado-nação, estão sujeitos a pressões que dificultam tarefas elementares do jornalismo como promover transparência e a prestação de contas das instituições públicas e privadas. Estes autores acreditam, que organizações do género da *WikiLeaks* podem compensar as dificuldades e constrangimentos enfrentados pelos *media* tradicionais. Recorrendo ao exemplo da publicação do vídeo *Collateral Murder*, constataram que os novos *media* conseguem disseminar informação na rede que vise denunciar abusos de poder, evitando os condicionamentos interpostos por poderes centralizados, a que os *media* tradicionais estão sujeitos (Dobson & Hunsinger, 2016, p.225). Por isso os jornalistas, e até o público, poderão recorrer aos novos *media* para obter e publicar informação e, assim, por exemplo, contornar acções de censura prévia

por parte das autoridades — procedimento que os autores definem como “uberização” dos *media* (*Ibidem*, p.230). A “uberização” é, em suma, uma forma de tentar descrever o modelo adoptado pela *WikiLeaks*, e a que Beckett e Ball chamaram um modelo de “editor de último recurso” (Beckett & Ball, 2012, p.3).

Uma ideia semelhante encontra-se desenvolvida por Brevini & Murdock: os novos meios em rede, baseados nos ideais do serviço público, poderão, a longo prazo, estabelecer uma espécie de redes de “contra-instituições” para contrabalançar a influência crescente dos poderes políticos e económicos sobre as sociedades (Brevini & Murdock, 2013, p.52).

A entrada de novas organizações como a *WikiLeaks* no panorama mediático, graças às novas tecnologias, segundo Dunn, trouxe novo vigor, ousadia, profundidade, e novos fluxos de informação para estimular os *media* e fortalecer o discurso público. Enquanto isso, os *media* tradicionais mantêm a credibilidade e confiança dos públicos, graças a séculos de existência. Para Dunn, interessa a todos que as formas tradicionais de produção noticiosa se associem a novos *media*, com o intuito de criar um jornalismo híbrido e mais potente, para servir o interesse público. Para o autor, através da conexão do “velho” e do “novo”, o discurso público sai enriquecido, e apesar dos problemas que os *media*, tradicionais e os novos, possam encontrar nas tentativas de integração, a união é possível (Dunn, 2013, pp.97-98).

3.1. Sociedade em Rede e o potencial emancipador das TIC

A *WikiLeaks* surge num contexto em que o cidadão comum tem à disposição meios capazes de interferir com a hegemonia informativa. Neste cenário em que qualquer um pode ter um papel preponderante, ou atingir algum impacto com publicações, o papel do jornalista como elemento que recebe, trabalha e publica informação, perdeu a sua exclusividade (Pacheco, 2011, p.35). Os novos *media* e a *Internet* estão a diluir o carácter centralizado do poder dos *media*. Ou seja, a ampliar os pontos de origem e de disseminação da informação. Como exemplo, Dunn afirma que os blogues contribuíram para uma “reconfiguração notável” da agenda mediática, ao serem citados pelos *media* tradicionais. Estes novos fenómenos em rede podem mesmo, na perspectiva do autor, redefinir o que é considerado notícia, e até ter influência determinante na agenda *mainstream*. Nesse sentido, a colaboração da *WikiLeaks* com

órgãos de comunicação social em 2010 poderá ter sido um indicador de um futuro de coabitação estável entre os meios novos e os meios tradicionais (Dunn, 2013, p.90).

Os receptores, ou consumidores de informação jornalística, passaram também a ser produtores e fontes de informação, fenómeno que contribuiu para o desenvolvimento do conceito de jornalismo-cidadão. No entanto, para Pacheco, acreditar que todas as vezes se fazem ou farão ouvir é irrealista. A autora aponta duas razões para que esta capacidade emancipadora das redes não se materialize facilmente. Desde logo, o acesso ainda reduzido da população mundial à *Internet*. Depois, a literacia digital, ou seja, a competência de cada um para atingir o máximo das capacidades que a rede e a tecnologia permitem, que ainda está longe de ser generalizada. Em suma, Pacheco chama a atenção para que grandes ideias associadas à sociedade em rede, tais como o seu poder emancipador, devam ser problematizadas. Há nuances nos fenómenos, nos processos, e também nas concepções dos novos *media*. Embora tenham surgido no paradigma da sociedade em rede, os novos *media* não são todos iguais (Pacheco, 2011, p.35). Mas apesar de o discurso sobre qualidade emancipadora das tecnologias exigir alguma prudência, deve notar-se aquilo que Brooke referiu sobre as tecnologias: “estão a quebrar barreiras sociais de *status*, classe, poder, riqueza e geografia”⁶⁸. As fugas de informação reveladas pela *WikiLeaks* e parceiros foram um exemplo concreto disso mesmo e provavelmente significaram apenas um começo.

3.2. As diferentes fases da *WikiLeaks* e a aproximação ao jornalismo

É difícil definir a *WikiLeaks*. A organização transformou-se constantemente. Beckett e Ball dizem-nos que combina características de “rede hacktivista, organização pró-transparência, facção política, grupo apátrida, e de um veículo de informação incensurável” (Beckett & Ball, 2012 p.32).

De acordo com a periodização proposta por Christensen é possível identificar três fases na história da *WikiLeaks*: “período alternativo” entre 2006 e 2009; “período de adaptação” entre 2010 e 2012; e o “período de abstenção e ataque” que se inicia em 2012 e prossegue até à actualidade. Apesar do autor apontar alguma ambivalência em relação a esta periodização, por si considerada simplista, não deixa de ser útil, para

⁶⁸Heather Brooke (2010) "WikiLeaks: the revolution has begun – and it will be digitised" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/nov/29/the-revolution-will-be-digitised>> [Consult. 6 de junho 2019].

situar no tempo, as diferentes configurações da *WikiLeaks* e a sua aproximação ao jornalismo (Christensen, 2014a, pp.274-277)

3.2.1. Período alternativo (2006 – 2009)

No “período alternativo”, enquanto a *WikiLeaks* permaneceu desconhecida do grande público, divulgou fugas de informação no seu *website* que os *media* tradicionais não conseguiram obter ou publicar. É neste sentido que Christensen a define como um meio alternativo (*Ibidem*, p.275).

Para Beckett e Ball, entre 2006 e 2009, a *WikiLeaks* também se enquadra na definição de um meio alternativo em termos de “estilo, organização, processos de produção, métodos de distribuição e na sua relação com o público” (Beckett & Ball, 2012, p.27).

Embora no seu início de actividade a organização tenha implementado um modelo *wiki* — modelo que encorajava a participação dos leitores na produção dos conteúdos — (*Ibidem*, pp.2 e 27), passou a funcionar num modelo híbrido, como uma “organização jornalística em rede” cumprindo uma função de “editor de último recurso” (*Ibidem*, pp.16, 27 e 130). Neste modelo, Beckett e Ball referiram que a *WikiLeaks* estava num processo de transformação, para deixar de ser um meio alternativo e tornar-se um meio *mainstream*. Enquanto isso, os *media* tradicionais estavam a incorporar, nas suas organizações, formas de jornalismo em rede mais interactivas, como por exemplo o *crowd-sourcing*, *blogging* e a participação pública (*Ibidem*, p.26).

3.2.2. Período de Adaptação (2010 – 2012)

Christensen assinala que o maior volume de trabalho produzido sobre a *WikiLeaks*, tanto por jornalistas como por académicos, ocorreu no “período de adaptação”. Este período, marcado pela publicação do *Collateral Murder* e pela parceria com os *media* tradicionais para divulgar os Diários do Afeganistão, Diários do Iraque e o *Cablegate*, é também o momento em que a *WikiLeaks* mais se aproxima de um estatuto jornalístico. Muitas das questões levantadas passaram pela sua colaboração com os *media* tradicionais; o trabalho dos *media* tradicionais nas fugas; e pela discussão sobre se a *WikiLeaks* devia ou não ser considerada uma organização jornalística, e por

consequência, se o editor-chefe Julian Assange também deveria, ou não, ser considerado jornalista (Christensen, 2014a, pp. 275-277).

Bell argumentou que neste período a *WikiLeaks* acordou o jornalismo, afirmando também que o jornalismo não fora um intermediário, mas sim parte da acção que divulgou a informação. O caso das revelações em 2010, segundo a autora, deveria levar os jornalistas a questionar-se sobre a missão da *WikiLeaks* e sobre qual a sua posição caso recebessem informação semelhante nas redacções, e o governo os pressionasse a manter o silêncio⁶⁹. Segundo Brooke, com a *WikiLeaks* iniciou-se uma revolução digital, as tecnologias digitais permitiram quebrar barreiras tradicionais e interferir com o *status quo*⁷⁰.

Esta nova realidade colocou um desafio aos Estados: como controlar os fluxos de informação e impedir as possibilidades de interferência externa nas suas redes de comunicação. Nas palavras de Naughton, ocorreu um conflito entre a ordem estabelecida e a cultura da *Internet*⁷¹. Por um lado, os governos tentam controlar a rede e os fluxos de informação; por outro, indivíduos e/ou grupos, defendem a liberdade de informação, e lutam por uma *Internet* livre e aberta, com o mínimo ou nenhum tipo de controlo governamental (Beckett & Ball, 2012, pp.92-114). Neste aspecto, o governo dos Estados Unidos vive um grande dilema: promove uma *Internet* livre e aclamam o seu papel fundamental no derrume de regimes autoritários e na libertação dos povos, como se sucedeu na Primavera Árabe (2010-2012), mas age de forma contrária quando afectado pela mesma tecnologia, restringindo, censurando e perseguindo aqueles que a utilizam livremente, não podendo esperar ser levado a sério quando critica o governo chinês por fazer o mesmo.

Este dilema trazido pela sociedade em rede pode ser descrito tal como Thomas Jefferson descreveu as questões da Emancipação e da Colonização no século XIX: os

⁶⁹Emily Bell (2010) How WikiLeaks has woken up journalism. *Emily Bell*. [Internet] Disponível em <<https://emilybellwether.wordpress.com/2010/12/07/how-wikileaks-has-woken-up-journalism/>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷⁰Heather Brooke (2010) "WikiLeaks: the revolution has begun – and it will be digitised" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/nov/29/the-revolution-will-be-digitised>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷¹John Naughton (2010) "Live with the WikiLeakable world or shut down the net. It's your choice." *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2010/dec/06/western-democracies-must-live-with-leaks>> [Consult. 6 de junho 2019].

EUA “seguram o lobo pelas orelhas”. Não podiam continuar a segurar o “lobo”, nem largá-lo com segurança. Para o ex-presidente, aquela situação perigosa significava decidir entre a justiça, por um lado, e a autopreservação, por outro (Jefferson, 1899, pp.157-158). Não era uma observação trivial, era a identificação de um problema causado por uma mudança de paradigma na sociedade. Num certo sentido, Jefferson estava a prever a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865).

Em todo o caso, 145 anos depois, no conflito entre a ordem estabelecida e a cultura da *Internet*, o *establishment* prevaleceu, embora se tenha tornado evidente que uma nova realidade vinha para ficar. Aprendam a viver com um “mundo *WikiLeakable* ou fechem a *net*. A escolha é vossa”, escreveu Naughton⁷².

Sobre as reacções às revelações de 2010, Brooke assinalou que não se focaram tanto no conteúdo, mas sim na insolência dos autores, por interferirem com os mecanismos das sociedades, que até ali se reconheciam como invioláveis⁷³.

Christensen admitiu que o vídeo *Collateral Murder* — editado e publicado pela WikiLeaks —, representou um acto simbólico de dissidência face aos Estados Unidos. Mas tal como as divulgações que se seguiram, apesar de o conteúdo do *Collateral Murder* consistir na prova de um crime, esse aspecto foi ignorado. Ao invés disso, a entrega do vídeo a pessoal não autorizado e a sua divulgação é que foram considerados actos criminosos pelas autoridades norte-americanas e também por determinados grupos da imprensa internacional (Christensen, 2014b, p. 2597).

Naughton notou que as elites políticas ocidentais “encobrem, mentem e exibem a sua fanfarronice”. Contudo, “quando o véu do segredo é levantado, tentam matar o mensageiro”⁷⁴.

⁷²John Naughton (2010) "Live with the WikiLeakable world or shut down the net. It's your choice." *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2010/dec/06/western-democracies-must-live-with-leaks>>[Consult. 6 de junho 2019].

⁷³Heather Brooke (2010) "WikiLeaks: the revolution has begun – and it will be digitised" *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/nov/29/the-revolution-will-be-digitised>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷⁴John Naughton (2010) "Live with the WikiLeakable world or shut down the net. It's your choice." *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2010/dec/06/western-democracies-must-live-with-leaks>>[Consult. 6 de junho 2019].

Castells também comparou o caso a um confronto: entre aqueles que construíram de forma voluntária meios para que *whistleblowers* possam em anonimato armazenar e transmitir os segredos “de um mundo apodrecido”; e aqueles que não têm vergonha das atrocidades que cometem, mas que se alarmam quando os seus delitos são conhecidos por quem os elegeu e lhes paga. O autor foi mais longe ao considerar que “alguns *media* colaboraram com um ataque dos serviços secretos dirigido a Julian Assange”. A estratégia do ataque: esquecer a mensagem e atacar o mensageiro. Quando se tornou impossível negar a credibilidade das fugas, a crítica voltou-se para a irresponsabilidade dos autores das divulgações, e para o perigo que isso representava para as operações e para os envolvidos⁷⁵.

Segundo Žižek o grande impacto das revelações não foi ao nível do conteúdo, mas sim ao nível das aparências: “já não é possível fingir que não sabemos aquilo que todos sabem que sabemos”. Na opinião do autor, o objectivo da *WikiLeaks* foi incitar a sociedade a mobilizar-se, para alterar o funcionamento do poder, e até, ir para além dos limites da democracia representativa⁷⁶.

De acordo com Beckett e Ball, as revelações dos Diários do Afeganistão/Iraque/*Cablegate*, demonstraram “o quão pouco somos informados sobre o funcionamento interno dos sistemas militares e diplomáticos”; “demonstraram o grau de condescendência com que a autoridade trata o público e também procura controlar o discurso público”. Dada a resposta das autoridades após as publicações de 2010, em que o conteúdo das bases de dados é descrito como “inofensivo”, os autores perguntam “porquê escondê-los” (Beckett & Ball, 2012, p.80).

Lynch observou que a *WikiLeaks* revelou as possibilidades da tecnologia, ao constituir um repositório *online* de fugas de informação. Para a autora, o campo do jornalismo de investigação, fragilizado, tinha na *WikiLeaks* uma forma de reafirmação. A *WikiLeaks*, representaria segundo a autora, não um anexo do jornalismo de investigação, ou um agente periférico, mas sim um integrante do *continuum* jornalístico (Lynch, 2010, p.1).

⁷⁵Manuel Castells (2010) "La ciberguerra de Wikileaks" *La Vanguardia*. [Internet] Disponível em <<https://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-wikileaks.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷⁶Slavoj Žižek (2011) Good Manners in the Age of WikiLeaks. *London Review of Books*. [Internet] Disponível em <<https://www.lrb.co.uk/v33/n02/slavoj-zizek/good-manners-in-the-age-of-wikileaks>> [Consult. 6 de junho 2019].

Segundo Beckett e Ball, o impacto alcançado pela colaboração entre os jornais internacionais e a *WikiLeaks* sugeriu que o público ainda prefere aceder à informação nos moldes apresentados pelos *media* tradicionais (Beckett & Ball, 2012, p.83). Na visão de Pacheco, a parceria demonstrou que o jornalismo tradicional recuperou a sua importância (Pacheco, 2011, p.32). Azeredo Lopes, então presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social portuguesa, disse que o jornalismo foi descredibilizado pela parceria, porque os jornalistas foram instrumentalizados (*Ibidem*, p.34).

Quantos aos danos causados pelas revelações, alguns estudos subsequentes vieram a confirmar que a publicação dos segredos militares e diplomáticos em 2010 não gerou consequências negativas de grande escala. Quanto ao efeito das divulgações na diplomacia, verificou-se que os Estados Unidos reforçaram a segurança e tornaram os seus fluxos de informação mais opacos (Oliveira, 2012, pp.79-82; Møller, 2012, pp.22-24; Antikainen, 2015, pp.39-40).

Beckett e Ball observaram que desde o início da sua actividade, a *WikiLeaks* forneceu análises e interpretações dos factos, juntamente com a sua divulgação. No entanto, a grande distinção entre os *media* tradicionais e a organização permanece precisamente no facto de esta última continuar a divulgar informação em bruto. Essa forma de procedimento terá sido encarada como uma ameaça ao *status quo* e, por consequência, levado à reacção dos *media* tradicionais e do poder político contra a *WikiLeaks* (Beckett & Ball, 2012, p.44). E, nesse sentido, uma das questões amplamente debatidas nos *media* foi a natureza ou identidade da *WikiLeaks* — seria ou não uma organização jornalística e, por extensão, Assange poderia ser considerado um jornalista? Esse debate serviu, de alguma forma, para legitimar o jornalismo e identificar a *WikiLeaks* como *outsider*.

Mas para além de uma discussão teórica sobre o papel do jornalismo, o debate poderá ter repercursões materiais e concretas. O reconhecimento da *WikiLeaks* como jornalismo, poderia colocar a *WikiLeaks* e os seus membros sob a protecção das leis de imprensa, e livrá-los de acusações devido à divulgação das fugas de informação. Caso contrário, sem protecção, poderão ser acusados, e possivelmente condenados. O que, por sua vez, poderá criar precedentes, que permitirão condicionar no futuro a liberdade de imprensa, de informação, e de expressão. Para além de que, o facto de aceitar

qualquer forma de perseguição a organizações que divulgam fugas de informação, poderá encorajar o endurecimento de medidas preventivas (Christensen, 2014a, pp.275-277).

3.2.3 Período de abstenção e ataque (2012 – Presente)

Os desentendimentos na parceria entre os *media* tradicionais e a *WikiLeaks* culminaram na separação das organizações. A *WikiLeaks* foi criticada por carecer de valores e estrutura necessários para ser considerada uma organização jornalística legítima. Christensen assinalou 2012 como o início do “período de abstenção e ataque” da *WikiLeaks*. Nesta fase, a organização e Julian Assange — já na embaixada do Equador em Londres — iniciaram severas críticas a empresas, governos e aos *media* tradicionais, através das redes sociais, mas a sua actividade diminuiu severamente, e a sua capacidade de acção debilitada. As atenções sobre a organização diminuíram. Em paralelo, a perseguição de *whistleblowers*, fontes e jornalistas, por via da lei, escalou. Já os *media* tradicionais, após as revelações da *WikiLeaks* e dos parceiros, continuaram a manter uma posição cuidadosa e a não cobrir assuntos abrangidos pelas fugas de informação. Em suma este período conjugou acções agressivas dos Estados que classificaram a *WikiLeaks*, *whistleblowers* e organizações jornalísticas como ameaças à sua segurança (*Ibidem*).

IV. Defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras

De acordo com Wahl-Jorgensen, o fenómeno *WikiLeaks* reflecte várias questões sobre o papel do jornalismo. De 2010 em diante, a autora verificou que muito trabalho produzido sobre a *WikiLeaks*, tanto por jornalistas como por académicos, mais do que análises sobre o fenómeno e a sua influência no paradigma do jornalismo, se traduziu numa defesa do paradigma e numa manutenção de fronteiras. Nesse sentido, agiram para conservar uma profissão que se encontra num processo de mudança. E, segundo a autora, essa actuação terá sido resultado da relação simbiótica entre a academia e o jornalismo profissional. O debate sobre o fenómeno *WikiLeaks* seguiu uma lógica de reforço e de protecção dos aspectos normativos e tradicionais do jornalismo, desvalorizando o contributo da organização especializada em revelar fugas de informação. A autora sugere que é necessário ir além de uma defesa do paradigma e manutenção de fronteiras para poder entender a situação actual do jornalismo (Wahl-Jorgensen, 2014, pp.2588-2589).

Beckett e Ball dizem-nos que a discussão, de a *WikiLeaks* ser ou não ser jornalismo, é cíclica. Segundo os autores, quem disser que a *WikiLeaks* não é jornalismo, está a excluir os novos *media*, por não lhes querer atribuir um “carimbo oficial”; já os que dizem que a *WikiLeaks* é jornalismo, parecem ignorar que tal afirmação desafia a validade das categorias que suportam a definição de jornalismo. Por isso para estes autores, o debate deveria ser colocado nos seguintes termos: “Que tipo de jornalismo é que a *WikiLeaks* está a criar?” O desafio para o resto do jornalismo é encontrar uma solução igualmente boa, se não melhor” (Beckett & Ball, 2012, p. 26).

Coddington, que verificou uma defesa do paradigma e manutenção de fronteiras face à *WikiLeaks*, argumentou que ou o paradigma do jornalismo se flexibiliza e se abre a novas formas e práticas de funcionamento, ou se mantém fechado e expulsa os novos agentes. A segunda hipótese significa rejeitar práticas possivelmente inovadoras para o paradigma jornalístico (Coddington, 2012, p.390).

Em declarações à *New Yorker* Julian Assange afirmou estar empenhado na implementação de um novo tipo de jornalismo: o “jornalismo científico”. O jornalismo científico proposto por Assange, inspirava-se nos procedimentos da comunidade científica para validação de descobertas. Significa que para além da peça jornalística, os autores deveriam anexar as informações

que a originaram. Assim, o leitor poderia consultar a informação que levou à construção da peça. A proposta visava evitar abusos ou distorções, por parte dos produtores da informação⁷⁷. A publicação do *Collateral Murder*, segundo o acadêmico Scree Screenivasan, foi um caso indicador de uma mudança de paradigma no processo de publicação de notícias que estava a decorrer⁷⁸. Wente enquadrou a *WikiLeaks* como concorrente das organizações jornalísticas tradicionais. Isto porque, com a divulgação dos Diários do Afeganistão, a organização ter-se-ia posicionado entre as organizações noticiosas mais influentes do mundo⁷⁹.

Havia uma semelhança entre os valores da *WikiLeaks* e os valores do jornalismo profissional — liberdade de expressão, de informação e de imprensa — até à divulgação dos Diários do Afeganistão. Depois disso, deu-se o momento de ruptura na narrativa de aproximação entre o jornalismo e a *WikiLeaks*, baseada na semelhança de valores que ambos defendiam. Alguns jornalistas começaram a estabelecer diferenças entre a sua profissão e a *WikiLeaks*, definindo-a como uma fonte (Wahl-Jorgensen, 2014, p.2586). Emergiu também uma corrente que a classificou como um grupo *whistleblower*. Mas considerar a *WikiLeaks* um grupo de *whistleblowers*, é uma forma de dizer que a organização é uma fonte, não participante do processo seguinte à entrega da informação. Um *whistleblower* é um denunciante; a *WikiLeaks* é uma plataforma especializada em obter e divulgar documentos sensíveis, que geralmente têm origem em *whistleblowers*. (*Ibidem*, p.2583)

Wahl-Jorgensen sugere que, na colaboração de 2010, as resistências dos *media* tradicionais face à *WikiLeaks* aconteceram porque a organização tentou impor-se e participar no processo jornalístico como uma parte igual, interferindo com o privilégio profissional que os jornalistas desejam manter para si próprios. Considerar a *WikiLeaks* um grupo de *whistleblowers*, significou colocar a organização de fora do processo que se segue à entrega da informação confidencial, isto é, excluí-la do processo jornalístico.

⁷⁷Raffi Khatchadourian, R. (2010) "No Secrets: Julian Assange's mission for total transparency" *The New Yorker*. [Internet] Disponível em <<https://www.newyorker.com/magazine/2010/06/07/no-secrets>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷⁸Bernard Lagan (2010) "International man of mystery" *The Sydney Morning Herald*. [Internet] Disponível em <<https://www.smh.com.au/technology/international-man-of-mystery-20100409-ryvf.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁷⁹Margaret Wente (2010) "When nothing is secret anymore" *The Globe and Mail*. [Internet] Disponível em <<https://www.theglobeandmail.com/opinion/when-nothing-is-secret-any-more/article1387820/>> [Consult. 6 de junho 2019].

O estabelecimento destes limites terá potenciado o conflito entre a organização e os *media* tradicionais (*Ibidem*).

Centrando-se exclusivamente no discurso produzido sobre a *WikiLeaks* durante a parceria, por dois dos parceiros, o *New York Times* e o *Guardian*, Coddington observou que houve um processo de defesa de paradigma e manutenção de fronteiras do jornalismo. O paradigma, traduzido em normas e padrões de comportamento, adoptadas por membros de um determinado grupo, funciona como um enquadramento e uma orientação a seguir, que facilita as operações colectivas em determinado sentido, mas também pode restringir a autocrítica. Um grupo pode tomar atitudes reservadas e de rejeição, quando confrontado com formas alternativas ao funcionamento do seu paradigma. Em determinados casos, os paradigmas são desafiados por “anomalias”, e o grupo pode ajustar o paradigma, para inserir de alguma forma as chamadas “anomalias”. Já a manutenção de fronteiras é um procedimento pelo qual um grupo estabelece a sua identidade, apresenta as suas características, e traça um limite entre a sua área de actividade e as áreas de actividade contíguas, para deixar clara a sua autoridade, e deixar de fora as “anomalias” (Coddington, 2012, pp.379-380).

A reparação de paradigma e a manutenção de fronteira são, portanto, dois conceitos importantes para proceder a uma análise do fenómeno *WikiLeaks*. Referindo-se à conciliação dos dois conceitos Coddington observa que:

“Podem funcionar juntos — a manutenção de fronteiras distancia a ameaça, e a reparação do paradigma desvia críticas resultantes da intrusão — servindo o mesmo propósito: justificar e reforçar as normas da profissão jornalística face às ameaças observadas” (*Ibidem*, p.380).

Os discursos sobre a *WikiLeaks*, do *New York Times* e *Guardian*, serviram para validar e legitimar a autoridade e credibilidade da profissão e respectivas organizações, ao mesmo tempo que enquadraram a *WikiLeaks* como uma anomalia. Na sua análise, o autor identificou três valores dominantes a que os dois jornais recorreram para identificar o paradigma do jornalismo profissional e estabelecer as suas fronteiras: o valor institucional, a relação com as fontes e as rotinas de trabalho, e a objectividade. Os jornalistas profissionais identificam-se como parte de uma instituição a operar de acordo com valores comuns, a exercer uma função social sujeita a prestar contas diariamente. A organização noticiosa apoia-se no valor institucional, e as rotinas de trabalho dos profissionais propagam a ideologia do jornalista, conferindo legitimidade e autoridade à instituição, para poder empreender o escrutínio de outras instituições. Já a objectividade,

supõe que as reportagens devem compor-se de factos. Quando não é possível apurar os factos completamente, devem reportar-se os testemunhos conflitantes dos visados de forma equilibrada. Este valor protege as organizações e os profissionais de acusações de cobertura tendenciosa (*Ibidem*, pp.380-383).

Segundo Coddington existem diferenças na forma como o *New York Times* e o *Guardian* percebem a *WikiLeaks*. Para o primeiro, a *WikiLeaks* não correspondeu ao valor institucional, ao valor da relação com as fontes e às rotinas de trabalho, e ao valor da objectividade. Para o *Guardian*, a *WikiLeaks* apenas desrespeitou o valor institucional. Isso quer dizer que deve considerar-se que o paradigma do jornalismo tem um significado diferente para os dois jornais no que diz respeito à relação com as fontes, às rotinas de trabalho e à objectividade. De acordo com Coddington, o valor institucional é o valor comum, representando um valor supranacional. A relação com as fontes e as rotinas de trabalho, e a objectividade, dependem dos contextos nacionais em que os jornais se inserem. O *New York Times* caracterizou a estrutura organizacional e os membros da *WikiLeaks* como disfuncionais, dependentes principalmente, de uma figura “errática” e “egocêntrica” que “não devia ser levada a sério” — Julian Assange. De facto, depois da publicação dos Diários do Afeganistão, as principais críticas à *WikiLeaks*, focam-se em Julian Assange e na sua independência de actuação, reforçando-se a ideia de que, mais que colaboradora ou parceira, a *WikiLeaks* era uma fonte de informação (*Ibidem*, pp. 384-389).

O valor institucional a que o *Guardian* e o *New York Times* aludem subentende uma sujeição a direitos e deveres. Estas organizações jornalísticas funcionam com regulamentos internos, em conformidade com as leis dos seus países. Prestam contas a si mesmas em processos de auto-regulação, e também a terceiros — entidades reguladoras ou tribunais. Neste sentido, para o *New York Times* e para o *Guardian*, não bastou que a *WikiLeaks* se guiasse por valores semelhantes aos seus, como a liberdade de expressão, ou que promovesse a prestação de contas, para que a considerassem uma organização jornalística. Para isso seria necessário que esta se sujeitasse também ao escrutínio a que estes dois jornais e outras organizações semelhantes se sujeitam, ao invés de cultivar uma cultura organizacional opaca que a coloca numa posição muito próxima à das instituições que pretende denunciar (Beckett & Ball, 2012, pp.81-83).

4.1. Responsabilidades

A *WikiLeaks* selecciona as revelações em termos de tipo e grau, consoante a entidade do poder que desafia. Ou seja, estabelece como critério para a obtenção e divulgação de informação uma relação de proporcionalidade entre poder e transparência. Segundo esta lógica, quanto mais poder determinado indivíduo ou grupo detiverem, maior a necessidade de serem transparentes. "Um tipo de jornalismo" que é, para Beckett e Ball, "irresponsável" e atrai muitos apoiantes, porque explora um sentimento de desconfiança do público, face aos governos e aos *media* tradicionais (*Ibidem*, p. 146).

4.1.1. Dizer a verdade

Tal como o *Guardian* ou o *New York Times*, a *WikiLeaks* assume a responsabilidade de dizer a verdade. A relação entre o jornalismo e a verdade está profundamente ligada ao ideal de objectividade. Reportar factos, permite ao jornalista assegurar que representou a verdade com precisão. Mas o acto de recolha, selecção e hierarquização dos factos, não está isento de subjectividade e parcialidade, justificando assim a aspiração à objectividade. Uma abordagem parcial, não é um problema se for desde o início assumida pelos seus autores. Para Beckett e Ball, o problema da *WikiLeaks* para com a responsabilidade em dizer a verdade esteve na forma como a organização, alegadamente pretendeu divulgar informação em bruto, sem edições. Uma interpretação extrema da responsabilidade de dizer a verdade, em que o fim último, a verdade, justifica os meios para a alcançar (*Ibidem*, pp.72-75).

4.1.2. Não causar danos

Segundo García, a actuação da *WikiLeaks* foi "deficiente" em termos de evitar causar danos. Mas a autora também nota que a *WikiLeaks* entregou o material aos seus parceiros da imprensa, dando-lhes liberdade para seleccionar, editar e interpretar os dados a publicar (García, 2012).

Durante os trabalhos nos Diários do Afeganistão, o *Guardian* afirmou ter persuadido a *WikiLeaks* a editar os documentos que iria divulgar no seu *website*, para evitar colocar em perigo os visados nos documentos. Segundo o *Guardian*, ainda que inicialmente se mostrasse reticente à ideia, a *WikiLeaks* acabou por anuir. O factor a ter em conta é que, segundo os jornalistas do *The Guardian*, quando confrontado com a

necessidade de cortar nomes dos documentos a divulgar, Assange terá dito que esses mereciam morrer (Beckett & Ball, 2012, pp. 69-72). No entanto deve considerar-se, a possibilidade de esta narrativa ter sido exagerada pelo *Guardian*. Beckett e Ball sustentaram as suas observações, com base num excerto do livro publicado pelo jornal britânico em 2011, recontando os acontecimentos da parceria e escrito por dois dos seus jornalistas envolvidos:

“Disse ao David Leigh que estava preocupado quanto às repercussões de publicar os nomes daqueles que poderiam ser facilmente mortos, pelos Talibã ou outros grupos militantes, se identificados. O David concordou que era uma preocupação, e disse ter levantado a questão com o Julian, mas que ele não parçera preocupado. Nessa noite, fomos ao restaurante mouro *Moro*, com dois reportéres alemães. O David abordou o problema novamente com o Julian. A resposta chocou-me. ‘Bem, eles são informadores’ disse ele. ‘Por isso, se forem mortos, estavam a pedi-las. Merecem-no.’ Houve, por um momento, silêncio na mesa. Penso que todos ficaram pasmados com a insensibilidade de tal afirmação” (Leigh & Harding, 2011, p.111).

Em 2012 a *WikiLeaks* publicou um artigo sobre uma queixa enviada por Julian Assange à *Ofcom* — Entidade Reguladora para a Comunicação Social do Reino Unido — contra a transmissão de um documentário sobre a *WikiLeaks*, intitulado “*True Stories: WikiLeaks Secrets and Lies*”, produzido pelo *Channel 4* e co-produzido pelo *Guardian*, transmitido em novembro de 2011. Assange acusou o *Guardian* de difamação e mentira, num artigo em que refuta várias passagens do documentário, apresentado, para tal, vários documentos. Uma das ideias contestadas por Assange é a de que teria tentado impedir a ocultação dos nomes dos informantes — revelação que considerou caluniosa, e perigosa, num contexto em que disse, encontrar-se a decorrer uma investigação dos EUA contra a organização por espionagem (WikiLeaks, 2012)⁸⁰. Para rebater esta tese, Assange divulga uma declaração assinada por John Goetz, um jornalista da *Der Spiegel*. Este jornalista, que também foi entrevistado para o documentário do *Channel 4*, e que esteve presente no jantar em que o *Guardian* sustenta as suas alegações, disse ter falado com um dos produtores do documentário a respeito da alegada frase de Assange:

“Antes da minha entrevista, tive uma visita do Patrick Forbes no meu escritório, durante a qual ele me perguntou sobre o que tinha acontecido durante um jantar em Londres no início de julho de 2010, algumas semanas antes da publicação dos Diários do Afeganistão. Eu estive no jantar no restaurante *Moro* em Londres juntamente com o Marcel Rosenbach da *Der Spiegel*, o David Leigh e o Declan Walsh do *Guardian*, e o Julian Assange da *WikiLeaks*. O Patrick Forbes perguntou-me especificamente se o Julian Assange proferiu o comentário ‘Eles

⁸⁰WikiLeaks (2012) "Inside the secrets and lies behind 'Secrets and Lies'" *WikiLeaks*. [Internet] Disponível em <<https://wikileaks.org/Inside-the-secrets-and-lies-behind.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

são informadores, merecem morrer’ no jantar, como tem sido alegado pelo David Leigh, e eu disse-lhe que o Julian não disse isso no jantar. Eu disse ao Patrick Forbes que não discutiria reuniões privadas num fórum público” (Goetz, 2012)⁸¹.

Apesar desta intriga se ter desenvolvido após o período abordado pelo nosso estudo, pareceu-nos importante invocá-la dado que nos fornece elementos importantes para compreender os debates em redor da *WikiLeaks*. A par da questão da responsabilidade, outras polémicas emergiram no seio da parceria. No mesmo artigo, a *WikiLeaks* menciona a divulgação da palavra-passe do ficheiro contendo o *Cablegate* — que se encontrava na *web* como medida preventiva — efectuada no livro dos jornalistas do *The Guardian* “*WikiLeaks: Inside Julian Assange’s War on Secrecy*” (Leigh e Harding, 2011), (WikiLeaks, 2012; Greenberg, 2012).

Ainda sobre a responsabilidade de não causar danos, cumpre assinalar que antes da publicação dos Diários do Afeganistão, a *WikiLeaks* deixou de parte 15.000 documentos que continham informação altamente sensível e detalhes que permitiam identificar informadores. Após a divulgação dos Diários do Afeganistão, foi possível reconhecer algumas identidades, assinalam Leigh e Harding. Segundo os dois jornalistas do *The Guardian*, até aos Diários do Iraque a *WikiLeaks* já tinha concebido um *software* para cortar informação sensível dos documentos. No *Cablegate*, limitou-se a publicar uma pequena parte dos telegramas diplomáticos, correspondente apenas ao que os jornais da parceria editaram (Leigh & Harding, 2011).

4.1.3. Profissionalismo, competência e responsabilidade

O jornalista David Carr afirmou que no “episódio” de 2010 “a *WikiLeaks* foi mais do que uma fonte, foi um editor”, mas que os acontecimentos “foram também uma afirmação do jornalismo tradicional”. A *WikiLeaks* podia, segundo Carr, ter “despejado tudo” na *web*, mas escolheu associar-se aos *media mainstream*, para dar sentido à informação (Carr, 2010)⁸².

⁸¹John Goetz (2012) "Statement by John Goetz" *WikiLeaks*. [Internet] Disponível em <<https://wlstorage.net/file/cms/Folder%204/1.%20Signed%20statement%20by%20John%20Goetz.pdf>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁸²David Carr (2010) "Behind ‘War Logs’, a New Kind of Alliance" *The New York Times* [Internet] Disponível em <<https://mediadecoder.blogs.nytimes.com/2010/07/26/behind-war-logs-a-new-kind-of-alliance>> [Consult. 6 de junho 2019].

Se considerarmos uma divisão entre os *media* tradicionais e os novos *media*, podemos encontrar profissionalismo, competência ou responsabilidade, em ambos os lados, assim como o inverso. Por perceberem a *WikiLeaks* e outros novos *media* como uma ameaça, os *media* tradicionais passaram a invocar o profissionalismo ou a responsabilidade, como valores que lhes seriam exclusivos. Concentrando-se no caso específico da cobertura do fenómeno *WikiLeaks* nos EUA em 2010, Benkler observa que o efeito prático desta retórica da imprensa se traduziu na colaboração entre o Governo e os *media* tradicionais, “para pintar a *WikiLeaks* e Julian Assange em termos que os tornassem mais susceptíveis a ataques legais e extralegais” (Benkler, 2013, p.11).

4.1.4. Denunciar abusos de poder

Nas últimas décadas o cepticismo do público face às autoridades aumentou, ao passo que a atitude crítica dos *media* tradicionais não terá acompanhado a sensibilidade do público. Apesar de os jornais participantes na colaboração com a *WikiLeaks* apresentarem uma estrutura capaz de abordar os casos apresentados nas fugas de informação, para Beckett e Ball, a colaboração também indicou que os *media* tradicionais não apresentaram cepticismo suficiente face às autoridades para as investigar (Beckett & Ball, 2012, p.80).

Referindo-se ao caso *WikiLeaks*, John Pilger afirmou que ao estudarem o período actual, os futuros estudantes de jornalismo poderão constatar que a maior “fonte de *fake news*” tem origem nos *media*, que funcionam como um apêndice do poder que alegam desafiar, mas que no fundo “cortejam” e “protegem” (Pilger, 2017)⁸³. Beckett e Ball dizem que, no ano de 2010, a *WikiLeaks* expôs alguns dos limites dos *media* tradicionais para denunciar o poder (Beckett & Ball, 2012, p.9).

A responsabilidade de denunciar abusos de poder é comumente reconhecida como uma responsabilidade do jornalismo, e é associada aos conceitos de quarto-poder e à função *watchdog*. Por um lado, temos o jornalismo enquanto quarto-poder, e, por outro, o jornalismo enquanto contra-poder, onde se enquadra a função *watchdog*.

⁸³John Pilger (2017) "Getting Julian Assange: The Untold Story" *John Pilger*. [Internet] Disponível em <<http://johnpilger.com/articles/getting-julian-assange-the-untold-story>> [Consult. 6 de junho 2019].

Ambos são conceitos problemáticos. A legitimidade do jornalismo no espaço público é debatida há mais de um século, e estes dois conceitos são parte dessa discussão. O debate sobre o papel do jornalismo é fecundo em interpretações. A *WikiLeaks* denunciou abusos de poder ao obter e divulgar informação que determinados grupos quiseram manter em segredo. Nesse sentido, segundo García, a organização cumpriu a função de *watchdog*, uma função que partilha com o jornalismo, e aquela que tornou a organização mais apelativa ao público (García, 2012). Segundo Beckett e Ball, “Assange vê a *WikiLeaks* na tradição do jornalismo como parte do quarto-poder” (2012, p.76).

O debate sobre o quarto-poder, de acordo com Beckett e Ball, sempre se concentrou em torno do “grau de poder” que os *media* detêm em relação aos restantes poderes que é suposto escrutinarem, e onde fica o limite da imprensa, como força desestabilizadora da autoridade (*Ibidem*). Mas segundo Mesquita, enquanto quarto-poder, o jornalismo situa-se “essencialmente ao nível das percepções” (Mesquita, 2004, p.74). O conceito carece de rigor analítico, porque os *media* e o jornalismo não correspondem às definições clássicas de poder constituído (*Ibidem*, p.73). Os órgãos de comunicação social e as práticas jornalísticas, não se articulam:

“(…) num centro decisório unificado e coerente, análogo ao executivo, legislativo e ao judicial (…) o grau de autonomia dos *media* e do jornalismo é reduzido. O poder dos *media* é condicionado e controlado por todos os outros (…) centros de decisão política, económica, tecnológica e militar” (*Ibidem*, p.74).

Para Mesquita, “a fórmula do jornalismo ‘quarto-poder’ só pode ser encarada como uma hipérbole que visa colocar a imprensa a nível das instituições do poder constituído” (*Ibidem*, p.71). A utilização do conceito remonta à Inglaterra no século XIX, e não foi empregue para se referir à imprensa em geral. Em 1821 William Hazlitt chamou quarto-poder a William Cobbett — um jornalista e deputado — para o criticar ironicamente (*Ibidem*, p.72; Hazlitt, 1835, p.3). No século XX, o termo foi adoptado pela imprensa, como forma de legitimar a sua actividade, na tentativa de se colocar ao nível dos poderes das nações. Invocar o jornalismo enquanto poder, diz Mesquita, pode levar a resultados perversos. Ao serem considerados poder, no plano dos poderes republicanos, os *media* teriam de ser encarados de outra forma, “colocando-se inevitavelmente as questões da representatividade e do mandato”. E por essa razão, o

autor nota que o termo, em tempos de crise política, foi utilizado como forma de pressão sobre a imprensa (Mesquita, 2004, p.72).

A legitimidade da presença do jornalismo no espaço público “está em debate quase permanente na nossa sociedade”, embora de forma pouco explícita. Mesquita refere que alguns autores definem como fundamento principal dessa legitimidade “a competência para recolher e tratar informações” (*Ibidem*). Mas embora essa actividade seja a principal razão de ser do jornalismo, não é a única à qual se limita:

“O jornalista analisa, comenta, exprime opiniões. Observa, interpreta e narra. Gere o acesso ao ‘espaço público’ de outras palavras consideradas ‘legítimas’: actores políticos e sociais, intelectuais, cidadãos em geral” (*Ibidem*, p.73).

Em vez de colocar a questão de legitimidade com base no tratamento de informação, Mesquita invoca uma interpretação de Daniel Cornu, que considera preferível, por encontrar a legitimidade do jornalismo “num processo argumentativo aberto à participação dos destinatários do discurso jornalístico”. Ou seja, “o jornalista retira a legitimidade apenas da discussão, sobre a verdade da sua informação, e em como essa informação verdadeira, reflecte as preocupações reais da sociedade” (*Ibidem*).

Mesquita nota que a ideia do jornalismo como contra-poder, associado à função de *watchdog* não corresponde a uma noção mais elaborada do que o conceito do quarto-poder (*Ibidem*, p.74). Terá surgido “com o liberalismo e em conexão com o desenvolvimento das ideias liberais”. Coloca o jornalismo, “como parte integrante do sistema de pesos e contrapesos característico dos regimes democráticos”. De acordo com o autor, a tradição do jornalismo contra-poder abrange episódios da história em que o jornalismo “se destacou enquanto defensor de causas democráticas” (*Ibidem*, p.74). São exemplos do jornalismo contra-poder: o Caso Dreyfus, ainda no século XIX, e os casos dos Documentos do Pentágono (*New York Times*), o *Watergate* (*Washington Post*), e o caso *Rainbow Warrior* (*Le Monde*) no século XX (*Ibidem*, pp.74-75).

4.2. O valor Institucional

A *WikiLeaks* foi caracterizada por Rosen como a primeira organização noticiosa apátrida. Isto porque a sua localização descentralizada, com servidores e colaboradores em vários países, a tornaria imune à acção de “qualquer governo ou sistema legal”. Para o autor, a publicação dos Diários do Afeganistão tinha gerado uma nova dinâmica de

poder: um governo que possui segredos, sem capacidade de impedir a sua publicitação; uma organização noticiosa apátrida que decide como publicar esses segredos; e os jornais nacionais entre as duas forças, a negociar os termos da operação (Rosen, 2010)⁸⁴. Assim, devido à sua ubiquidade, a *WikiLeaks* foi considerada uma organização transnacional e apátrida. A tentativa falhada de fechar o *website* da organização através dos tribunais norte-americanos, protagonizada pelo banco suíço *Julius Baer*, atestava a teoria da sua imunidade. A condição de apátrida foi um elemento basilar da *WikiLeaks* enquanto um editor de último recurso; uma oportunidade que a organização decidiu aproveitar e tornar um elemento distintivo que chamou a atenção para o *website* ainda antes de 2010 (Beckett & Ball, 2012, p.147).

Num editorial sobre o processo judicial movido pelo banco *Julius Baer* contra a *WikiLeaks*, em 2008, o *New York Times* considerou a organização como representante do “jornalismo da Internet”, na frente da batalha pela liberdade de expressão. O editorial que alertou para a importância de conceder “protecção completa ao discurso *online*”, referia que apesar de a legislação referente à *Internet* continuar incerta, “fechar um website jornalístico é tão grave quanto fechar uma publicação impressa” (New York Times, 2008)⁸⁵. No entanto segundo Christensen, a sequência de eventos que rodearam as publicações de 2010 deixou patente, na perspectiva de Christensen, até que ponto os Estados do ocidente estão dispostos a ir, para neutralizar fugas de informação, *whistleblowers*, e órgãos de comunicação social (2014a, p.276). Na mesma linha, García (2012) refere que a grande revelação trazida pelo fenómeno *WikiLeaks*, foi a “dureza” da reacção dos poderes políticos e económicos e a sua resistência à divulgação das fugas de informação.

Um dos argumentos refutados pelo tempo foi o da suposta imunidade da *WikiLeaks* perante a lei. Christensen considerou que os desenvolvimentos do caso, após 2010, significaram uma reafirmação do poder do Estado-nação (Christensen, 2014a, p.278). A capacidade dos novos *media* para contornar constrangimentos e censura não se verificou na prática. O *Cabalegate* - que na perspectiva de Lynch, foi uma tentativa “singular em escala e ambição” de utilizar a infra-estrutura dos *media* para promover

⁸⁴Jay Rosen (2010) The Afghanistan War Logs Released by Wikileaks, the World's First Stateless News Organization. *PressThink*. [Internet] Disponível em <<http://pressthink.org/2010/07/the-afghanistan-war-logs-released-by-wikileaks-the-worlds-first-stateless-news-organization/>> [Consult. 6 de junho 2019].

⁸⁵New York Times (2008) "Stifling Online Speech" The *New York Times*. [Internet] Disponível em <<https://www.nytimes.com/2008/02/21/opinion/21thu3.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

mudanças políticas ao nível internacional, e construir uma esfera pública global-, demonstrou como “desafios legais, comerciais e institucionais conspiraram” para garantir que tal esfera pública global não existe (Lynch, 2013, p. 71). Ainda assim, Lynch nota que este episódio poderá ter sido um momento embrionário de uma prática de jornalismo global, em que uma base de dados partilhada é trabalhada em colaboração, para produzir peças com relevância universal. As pressões dos poderes institucionais a que os órgãos noticiosos estão expostos, poderão, segundo Lynch, ser ultrapassadas através de uma comunidade global de jornalistas (*Ibidem*, pp.71-72).

O jornalismo, enquanto instituição, traduz-se numa realidade organizada em torno de valores e códigos de conduta, sujeita a uma ordem jurídica. Existe em relação com outras instituições, e isso pode condicionar a actividade jornalística. A relação de proximidade dos *media* com os centros de poder, não potencia apenas o controlo ou a manipulação dos primeiros, existem também cumplicidades:

“Os *media mainstream* e os poderosos conhecem-se mutuamente. Partilham escolas e mesas de jantar. Para funcionar, os *mass media* dependem do poder para obter informação regular. Em muitos casos, dependem directa ou indirectamente do poder para obter receita — de subsídios ou publicidade, por exemplo. No jornalismo político a maioria dos *scoops* são o produto de fugas de informação deliberadas e selectivas por parte dos poderosos, em vez de revelações de informação através de *whistleblowers* independentes” (Beckett & Ball, 2012, p.76).

Para além disso, os jornalistas tomam contacto com a memória institucional da organização a que pertencem, e adquirem noção sobre os resultados possíveis, caso pretendam investigar e denunciar abusos dos poderosos. Deste modo, a vinculação do jornalista à instituição, pode afectar individualmente a sua independência e sentido crítico. Mas a instituição também funciona como meio de apoio e defesa do profissional (*Ibidem*, pp.77-78).

No entender de Beckett e Ball, apesar de utilizar a *Internet* para denunciar os abusos de poder e promover a transparência, a *WikiLeaks* não foi responsável e transparente. Este paradoxo sujeita a organização a acusações de conspiração, e a uma perda de credibilidade entre os seus apoiantes, podendo comprometer a sua sustentabilidade a longo-prazo, e também o seu impacto. Nesta perspectiva, os autores sugerem que a *WikiLeaks* é uma organização de *media* poderosa, que deveria ter aceiteado a responsabilidade de prestar contas, em vez de assumir uma postura de vítima,

e difundir uma imagem de grupo político alternativo no desenrolar da colaboração com os media tradicionais e posteriormente (*Ibidem*, pp.82-83).

4.3. Objectividade

O *Guardian* não levantou problemas quanto à eventual parcialidade da *WikiLeaks*, mas para o *New York Times*, a parcialidade foi motivo de críticas. Antes de 2010, o jornal norte-americano não demonstrou incómodo com a tendência da *WikiLeaks* para o activismo, e enquadrou a organização nas proximidades do jornalismo de investigação. Após os Diários do Afeganistão, o editor-executivo do *New York Times* declarou que Julian Assange tinha uma agenda própria contra o governo dos Estados Unidos. O *Guardian* também se referiu à *WikiLeaks* como um grupo activista, mas isso não levantou problemas relativamente ao paradigma jornalístico do jornal (Coddington, 2012, pp. 388-389).

4.4. Gatekeeping

A *WikiLeaks* conseguiu influenciar a agenda mediática através das revelações de 2010 (García, 2012). Ao receber seleccionar e publicar informação que considerou de interesse público, a organização demonstrou a sua capacidade de exercer uma função de *gatekeeper* (*Ibidem*). Para Pacheco, na parceria entre a *Wikileaks* e os *media* tradicionais, os jornalistas foram responsáveis pelo *gatekeeping*, porque foram eles que seleccionaram aquilo que consideraram importante das fugas de informação. Mas o facto de a *WikiLeaks* ter fornecido a informação aos órgãos de imprensa, sublinha Pacheco, não deve ser ignorado, porque ao escolher com quem partilhar as fugas de informação, a organização demonstrou poder de decisão (Pacheco, 2011, p.32).

4.5. Relação com as fontes e rotinas de trabalho

No que diz respeito a rotinas de trabalho, a parceria da *WikiLeaks* com a imprensa tradicional despertou uma discussão sobre a importância e necessidade do jornalismo baseado em análise de base de dados (*Ibidem*, p.33). Segundo Rogers, ex-editor do *Guardian*, a *WikiLeaks* foi decisiva para acelerar a implementação do

jornalismo de dados nas organizações jornalísticas. Não inventou o género, mas deu razões às redacções para implementá-lo (Rogers, 2011)⁸⁶.

Com o decorrer da parceria, várias organizações jornalísticas foram alertadas para a necessidade de se preparem para situações semelhantes — trabalhar sobre uma quantidade massiva de informação — no futuro. No entanto, a probabilidade de fugas de informação da dimensão dos Diários e do *Cablegate* se tornarem regulares é muito reduzida. Mas se as organizações iniciarem movimentos de melhoria para a realização de jornalismo de dados, estarão melhor preparadas no futuro. Além de terem acesso a bases de dados fornecidas pelos governos, graças a iniciativas como o *open government*, poderão também recolher e trabalhar dados mais sensíveis e secretos, por iniciativa própria (Baack, 2011, pp.7-8).

Um dos elementos basilares, deste valor das rotinas de trabalho, é a relação dos repórteres com as fontes. Para o *New York Times*, a *WikiLeaks* não agiu de forma responsável. Não contactou com o governo dos Estados Unidos, e por isso o *New York Times* teve de funcionar como intermediário, gerindo o conflito gerado pelas divulgações da parceria. Ao contrário da retórica do *New York Times*, crente numa relação cordial entre as instituições e na autoridade que estas representam para sociedade, o *Guardian* demonstrou maior cepticismo. Esta diferença de atitudes traduziu-se numa cobertura das revelações, menos preocupada da parte do *Guardian*, com as repercussões que podessem daí advir (Coddington, 2012, pp.386-388).

Um dos problemas encontrados por García centra-se nesta relação fundamental entre os jornalistas e os órgãos de comunicação social com as fontes. As fontes fornecem informação aos jornalistas. No entanto, as fontes variam no que diz respeito ao grau de poder e influência que possuem. Isso significa que nos meios de comunicação poderão existir fontes mais representadas do que outras. Em termos práticos alguma da informação que é seleccionada pelos órgãos noticiosos para integrar na agenda mediática é controlada previamente por algumas fontes que acabam por ser, segundo a autora, “híper-representadas” no espaço mediático. Os jornalistas contam com as fontes de informação ligadas aos “centros de poder”, ou “fontes oficiais”, e estas

⁸⁶Simon Rogers (2011) WikiLeaks data journalism: how we handled the data. *Guardian*. [Internet] Disponível em <<https://www.theguardian.com/news/datablog/2011/jan/31/wikileaks-data-journalism>> [Consult. 6 de junho 2019].

asseguram um lugar no espaço mediático para propagar a sua versão dos factos. García diz-nos, por exemplo, que a presença de fontes oficiais nos órgãos de comunicação social espanhóis é hegemónica.

A maior parte da informação na imprensa provém de fontes institucionais oficiais. Assim, os *media* acabam por ser um espaço em que as fontes dominantes lutam para se impor, e isso empobrece o debate público. Atendendo a este contexto, a *WikiLeaks* surge como um elemento desestabilizador deste sistema. Apresentou ao público a diferença entre os discursos oficiais e a actuação real do poder. Isto significa que não só expôs governos e empresas, mas também os meios de comunicação, pela sua incapacidade de ir além dos discursos oficiais das instituições (García, 2012).

As fontes da *WikiLeaks* podem fornecer informação e permanecer anónimas até para a própria organização, e esta assume a responsabilidade de as proteger. A significância da informação em termos de interesse público, e a verificação da sua autenticidade, sobrepõem-se às motivações da fonte, tal como no jornalismo.

Segundo García, ao contrário dos produtos jornalísticos completos, a *Wikileaks* não constrói um texto sobre a informação que recebe das suas fontes. Foca-se principalmente em verificar se a informação é ou não genuína, e se é ou não relevante. Não recorre a repórteres para acrescentar à informação. Portanto, do ponto de vista da autora, a *WikiLeaks* não é um trabalho jornalístico puro. Mas reúne algumas características elementares do jornalismo (*Ibidem*).

4.5.1. Verificação

Para Azeredo Lopes, a *Wikileaks* deve ser considerada uma fonte, e por isso uma parte interessada. Não emprega as rotinas de trabalho dos jornalistas profissionais. Funciona como um depósito de informação “em bruto”, para fontes anónimas que ali depositam informação conforme os seus interesses, ainda que, como observa Pacheco, a *WikiLeaks* verifique a informação recebida antes de a publicar (Pacheco, 2011, p.34). García (2012), acrescenta que essa verificação impede as fontes anónimas de instrumentalizarem a organização, “plantando informação” falsa por exemplo. Apesar da autenticidade dos documentos publicados pela *WikiLeaks* nunca ter sido contestada, Beckett e Ball mencionam que esse processo de verificação da informação, que configura a rotina de trabalho jornalístico, foi conduzido pela *WikiLeaks* de “forma

muito informal”. Nas fases iniciais do *website*, a organização divulgou alguns documentos com base no critério de autenticidade, mas que os próprios membros consideraram de pouco valor editorial, como documentos internos de fraternidades universitárias norte-americanas. O procedimento de verificação variou de acordo com cada fuga de informação e a sua especificidade. O único caso de colaboradores enviados ao terreno para apurar factos, foi o do *Collateral Murder* (Beckett & Ball, 2012, p.73).

Beckett e Ball dizem-nos que apesar de a *WikiLeaks* afirmar que procederam a análises e a verificações cuidadosas dos documentos, não existem exemplos para confirmar a qualidade dos processos levados a cabo pela organização. Posto isto, os autores questionam a responsabilidade e a capacidade da *WikiLeaks* para analisar os documentos, ou avaliar as implicações que tais podem ter quando publicados (*Ibidem*). As questões levantadas quanto à responsabilidade e qualidade das rotinas de trabalho da *WikiLeaks* foram mitigadas pela parceria com imprensa tradicional. Que, segundo os autores, demonstrou e reforçou a necessidade de profissionais, capazes de tratar a informação:

“(…) a estratégia de Assange passou a reconhecer que, com estas fugas, havia demasiada informação, e que necessitava da plataforma dos *media* tradicionais para amplificar o seu impacto. Na prática, isso também significou adaptar-se aos procedimentos e valores dos *media* tradicionais. Assim que a *WikiLeaks* aceitou a necessidade de edição dos documentos, para evitar danos, por exemplo, comprometeu a pureza da sua missão. Ao colaborar com os *media* tradicionais eles ganharam uma plataforma, mas uma que insistiu em direitos editoriais. Para tornar a informação significativa e acessível, os seus parceiros profissionais transformaram-na em gráficos interactivos e apelativos, seleccionaram as declarações mais relevantes e priorizaram as histórias mais dinâmicas” (*Ibidem*, p.74).

Nesta perspectiva, a *WikiLeaks* conseguiu através desta parceria um selo de qualidade. Ao comprometer-se a incorporar os procedimentos dos *media* tradicionais, fornecendo-lhes a informação, a organização estava a tomar uma atitude responsável. Isto porque os jornais dispunham da credibilidade, estrutura, recursos e conhecimentos necessários para trabalhar sobre a informação e apresentá-la da melhor forma ao público. O que, na prática, é o argumento da competência dos jornalistas para recolher e tratar informações (Mesquita, 2004, pp.72-73).

V. Metodologia

Esta investigação partiu da seguinte questão: como é que o fenómeno *WikiLeaks* foi retratado pela imprensa portuguesa em 2010? Assim estabeleceu-se como objecto de estudo a cobertura da imprensa portuguesa sobre fenómeno *WikiLeaks*. Para delimitar o estudo, optou-se por analisar a imprensa em papel, por representar um meio tradicional e uma era do jornalismo anterior ao paradigma digital.

Para seleccionar os jornais, primeiro decidimos que eram necessários dois títulos de informação geral que abordassem a actualidade nacional e internacional. Optou-se por um diário e um semanário, para observar dois formatos diferentes. A escolha recaiu sobre o *Público* e o *Expresso*, dois jornais portugueses que reivindicam um lugar de importância no cenário jornalístico nacional enquanto publicações de referência. E para além disso, sobre o estatuto de referência do *Público* e do *Expresso*, pode dizer-se, pelo que foi exposto nos capítulos anteriores, que os seus perfis, coincidem com os dos jornais internacionais que constituíram a parceria com a *WikiLeaks* em 2010 para a revelação das fugas de informação. Optámos apenas por dois, para realizar uma análise aprofundada.

O período de análise estabeleceu-se entre janeiro e dezembro de 2010, ano em que o fenómeno *WikiLeaks* alcançou maior visibilidade internacional, através da parceria com o *The Guardian*, *The New York Times*, *Der Spiegel*, *Le Monde* e *El País*. Para constituir o *corpus*, recolhemos artigos que referiram o fenómeno *WikiLeaks*. No que diz respeito ao *Público*, analisámos 364 edições do primeiro caderno, 312 edições do suplemento *P2* e 52 edições da revista *Pública*. Excluimos os suplementos Imobiliário; Ípsilon; Inimigo Público; Fugas; Cidades. Suplementos que incidem sobre o mercado imobiliário, artes, humor, viagens, e assuntos locais, respectivamente. Do *Expresso*, recolheram-se artigos do primeiro caderno (52 edições), do caderno Economia (52 edições) e da revista *Única* (52 edições). Excluimos os suplementos Actual; Espaços & Casas; e Emprego, cadernos que incidem tematicamente sobre as artes, mercado imobiliário e empregos.

Para realizar esta investigação optou-se pela análise de conteúdo, um instrumento das ciências sociais e humanas, que permite investigar as comunicações através de um trabalho exaustivo e sistemático (Bardin, 2016, p.29). Esta metodologia permitiu-nos trabalhar sobre o nosso *corpus* de análise, analisando a cobertura feita

pelos dois jornais portugueses e descortinando a estrutura narrativa nas peças produzidas sobre o fenómeno *WikiLeaks*. Por fim, foi possível inferir sobre o que levou a produzir determinados enunciados, isto é, as causas e também os efeitos, ou seja, as consequências que poderão ser originadas pelos efeitos das mensagens (*Ibidem*, p.41)

Posto isto, recorreremos ao método da análise categorial, com abordagem mista, utilizando procedimentos quantitativos e qualitativos. A abordagem quantitativa, permitiu obter vários dados descritivos do *corpus*, e cruzar as categorias recolhidas para analisar os dados de forma a obter uma visão geral sobre a cobertura de ambos os jornais. Quanto à abordagem qualitativa, ela permitiu-nos aprofundar a análise das mensagens veiculadas pelos artigos (*Ibidem*, pp. 140-141).

A análise foi organizada em três pólos cronológicos, executados de forma circular, para testar a hipótese, e concretizar o objectivo desta investigação: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados (*Ibidem*, p.121). Durante a pré-análise recolheram-se os artigos que constituíram o *corpus*, e formularam-se a hipótese e o objectivo (*Ibidem*). Procedemos a uma leitura flutuante dos documentos a analisar, tendo em conta a literatura coligida no estado de arte e nos enquadramentos. A constituição do *corpus de análise* baseou-se na regra da exaustividade (*Ibidem*, p.122). Estabeleceu-se como critério de recolha, que seriam recenseados todos os artigos de informação ou de opinião, que mencionassem o fenómeno *WikiLeaks*, e todos os seus subtemas, produzidos por jornalistas ou por outro qualquer tipo de autor, assinados ou não. Para além dos artigos, também recolhemos as referências ao fenómeno nas capas dos cadernos dos jornais.

Deste processo resultou uma reformulação da pergunta de partida que originou esta investigação, dando lugar à seguinte hipótese: O *Público* e o *Expresso* efectuaram uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras face à *WikiLeaks*. Em suma, o que nos propomos é confirmar se o *Público* e o *Expresso* exerceram uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras face ao fenómeno *WikiLeaks* na sua cobertura em 2010 (*Ibidem*, pp.124-126).

Tendo-se optado pela análise categorial, foram elaboradas duas grelhas para a reunir os artigos categorizados (*Ibidem*, pp.145,199): uma para o *Público*, outra para o *Expresso*. Nas duas grelhas colocámos categorias iguais, onde agrupámos as unidades de registo recolhidas dos artigos consoante o jornal. As categorias foram as seguintes:

- Caderno

À categoria Caderno corresponderam as seguintes unidades de registo: 1.º CadernoP, P2, Pública (grelha do *Público*); 1.º CadernoE; Economia; Única (grelha do *Expresso*).

- Edição

A categoria Edição, reúne os números das edições identificados nas capas dos cadernos dos jornais em números cardinais. Por exemplo 1990 no caso do *Expresso*, ou 7304 no do *Público*.

- Data

Preenchida com as datas das edições, em escrita abreviada e números cardinais, registando o dia, mês, e o ano, da esquerda para a direita: xx/xx/xxxx.

- Título

Registo do título do artigo.

- Páginas

Registo do número da página ou páginas que o artigo ocupa, em números cardinais. Quando mais do que uma página, optou-se por colocar vírgulas entre os números. Quando um artigo em duas ou mais páginas, foi interrompido por uma ou mais páginas completas de publicidade, as páginas de publicidade foram omitidas da sequência. Por exemplo: 42,43,44,45,46,48.

- Dimensão

A dimensão dos artigos definiu-se pelo número de colunas e espaço que ocupou nas páginas. A categoria foi preenchida com as seguintes unidades de registo: Grande; Média; Pequena. Considerámos artigos grandes, os que ocuparam mais de meia página, podendo ocupar uma página, ou mais páginas completas. À dimensão Média, corresponderam os artigos que ocuparam mais de uma coluna e até meia página. Os artigos que ocuparam uma coluna ou menos, foram registados com dimensão pequena. O critério foi utilizado para os dois jornais, independentemente dos seus formatos. A dimensão dos cadernos do *Público*, é de cerca de 25 x 31 (cm), dimensões referentes ao formato tablóide, ou compacto. A dimensão dos Cadernos do *Expresso* compreende-se por cerca de 30 x 48 (cm), ou seja, formato *berliner*. Contudo, a dimensão da revista

Única, já descontinuada, era equivalente ao formato magazine, portanto mais reduzido do que os outros dois cadernos do *Expresso*.

- Género

Corresponde ao género do artigo recolhido. No *Público* utilizaram-se as seguintes unidades de registo: Notícia; Opinião; Editorial; Reportagem; Carta do Leitor; Análise; *Chat* com os Leitores. No *Expresso*: Notícia; Perfil; Carta do Leitor; Editorial; Investigação; Entrevista.

- Autor

Registo dos nomes dos autores conforme identificados nos artigos. Quando a peça foi assinada por mais do que um autor, registaram-se os nomes em sequência. Quando a autoria não foi identificada pelo jornal, registou-se: Não Identificado.

- Tipo de Autor

O tipo do autor dos artigos foi registado tal como foi identificado no jornal. No *Público* identificamos os seguintes: Jornalistas e Correspondentes; Colunista; Leitor; Provedor do Leitor; Não Identificado. No *Expresso*: Colunista; Jornalista e Correspondente; Leitor; Não Identificado.

- Tema

O tema do artigo foi completado com a identificação das unidades de registo correspondentes aos temas principais dos artigos. Todos os artigos se baseiam num tema principal que pode conter vários subtemas. Identificámos sete temas principais: *Cablegate*; Revelações Portugal; WikiLeaks-Organização; Julian Assange; Diários do Afeganistão; Diários do Iraque; *Collateral Murder*. O *Cablegate* diz respeito às revelações dos telegramas diplomáticos relativos a todos os países menos Portugal. As Revelações Portugal, como o nome indica referem-se às revelações retiradas dos telegramas sobre o país, onde se inserem os subtemas: Voos da CIA ou o Caso BCP. A criação da categoria Revelações Portugal pareceu-nos necessária porque os casos portugueses, foram cobertos pelos próprios jornais com maior destaque das restantes revelações internacionais do *Cablegate*. A WikiLeaks-Organização refere-se a artigos em que o tema principal é a organização WikiLeaks, por exemplo o cancelamento de serviços financeiros prestados à organização, efectuados por empresas norte-americanas. No tema Julian Assange inserem-se as alegações suecas, ou a consequente prisão do editor-chefe em dezembro. A categoria Diários do Iraque refere-se aos artigos

sobre as revelações do Iraque, por exemplo o número de mortes civis, ou as torturas e assassinatos nas prisões iraquianas. A categoria Diários do Afeganistão refere-se às revelações sobre o Afeganistão, onde se encontram subtemas como a *Task Force 373* ou o número de mortes no conflito. O *Collateral Murder* refere-se à revelação do massacre de civis efectuado por um helicóptero militar norte-americano no Iraque.

- Fontes

Foram considerados quatro tipos de fontes: *WikiLeaks*; Outros Órgãos de Informação; Órgãos de Soberania; Outras. A categoria *WikiLeaks* corresponde à organização enquanto fonte do artigo. Outros Órgãos de Informação, corresponde, por exemplo, a organizações como o *The Guardian*, *Al-Jazira*, *Agence France Press*, ou a *Lusa*. Os Órgãos de Soberania dizem respeito a fontes oriundas dos poderes executivos, legislativos ou judiciais, podendo ser ministros, deputados, juizes e procuradores, embaixadas ou embaixadores, membros das forças armadas, ou respectivos porta-vozes. A categoria Outras, refere-se a indivíduos ou grupos não agregados nas categorias anteriores, como professores, ou cientistas políticos, organizações não-governamentais ou partidos políticos. As fontes apenas foram consideradas nos artigos dos géneros: Notícia; Reportagem; Investigação; Entrevista; Perfil.

Quando pelo menos uma fonte foi identificada num artigo, e correspondeu a uma destas categorias, foi inserido um X na categoria respectiva. Os artigos com pelo menos uma categoria registada, foram considerados artigos com fontes identificadas. Quando nenhuma fonte foi identificada num artigo, não foi registado o X. Estes ficaram contabilizados como artigos de fontes não identificadas.

- Posição sobre *WikiLeaks*

A categoria Posição sobre a *WikiLeaks* foi criada para verificar a postura sobre o fenómeno. As posições definiram-se com as seguintes unidades de registo: Positiva; Neutra; Negativa; Não Menciona a *WikiLeaks*. A cada artigo, de todos os géneros, correspondeu uma destas unidades de registo. Verificou-se a posição pelas expressões utilizadas nos textos, que apresentaram claramente posições sobre o fenómeno. A posição neutra, corresponde aos artigos em que não se verificou um posição claramente positiva ou negativa. A unidade de registo Não menciona *WikiLeaks* foi considerada porque no caso do *Expresso*, na primeira notícia do ano, o jornal não referiu a *WikiLeaks* para noticiar a revelação do *Collateral Murder*.

Foram preenchidas duas outras grelhas. Uma para o registo das capas dos cadernos do *Público*, e outra para as capas dos cadernos do *Expresso*. Preenchidas nos mesmos moldes já apresentados para as dos artigos as grelhas incluíram as seguintes categorias: Caderno, Edição, Página, Título, e Posição sobre *WikiLeaks*.

- Capas: Manchete, Chamada de capa

Quando o fenómeno foi identificado numa manchete, ou chamada, foi assinalado um X no campo respectivo. O destaque das chamadas foi também registado, identificando aquelas que, não sendo manchete, ocuparam um espaço significativo na capa, ou seja destacado.

Nesta análise de conteúdo, as imagens não foram consideradas, por razões de escopo.

Após o preenchimento das grelhas, procedemos à análise dos dados recolhidos. Com vista a realizar o objectivo desta investigação, baseando-nos nos conceitos de manutenção de fronteiras e reparação do paradigma, analisámos a informação recolhida para verificar se a nossa hipótese de partida se confirma ou não: o *Público* e o *Expresso* efectuaram uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras face à *WikiLeaks* na sua cobertura do fenómeno em 2010. Nos dois capítulos seguintes apresentamos os resultados.

VI. O caso *WikiLeaks* no *Público* e no *Expresso* em 2010

No *Público*, em 2010, das 364 edições do primeiro caderno o caso foi referido em 60. Nas 312 edições do P2, foi referido em seis, e nas 52 edições da Pública, foi referido numa edição. Nestas edições que se referiram à *WikiLeaks*, encontrámos um total de 204 artigos, e 19 capas com referência (18 do 1.º CadernoP, e uma do P2).

Quadro n.º 1 — *Público*, 2010 — Edições/Capas por caderno sobre a *WikiLeaks*

Cadernos	<i>Público</i>		
	Total de edições	Edições c/ ref.	Capas c/ ref.
1.º CadernoP	364	60	18
P2	312	6	1
Pública	52	1	-

Quadro n.º 2 — *Expresso*, 2010 — Edições/Capas por caderno sobre a *WikiLeaks*

Cadernos	<i>Expresso</i>		
	Total de edições	Edições c/ ref.	Capas c/ ref.
1.º CadernoE	52	11	4
Única	52	3	1
Economia	52	1	-

No semanário *Expresso* saíram 52 edições do primeiro caderno, sendo que o fenómeno foi referido em 11. Das 52 edições da Única, foi abordado em três edições. Das 52 edições do Economia, o fenómeno foi referido numa edição. Encontrámos um total de 68 artigos nestas edições, e cinco capas com referência (quatro do 1.º CadernoE, e uma da Única).

6.1. Artigos por trimestre/caderno

Como já foi referido, registámos 204 artigos no *Público*, e 68 no *Expresso*. Uma parte substancial foi publicada nos primeiros cadernos e no último trimestre do ano. No primeiro caderno do *Público* foram publicados 196 artigos (96,6%), dos quais 169 (86,2%), no quarto trimestre. No primeiro caderno do *Expresso* publicaram-se 60 (88,2%), sendo que 53 (88,3%) também saíram no quarto trimestre. Ambos os jornais começaram a publicar artigos sobre o fenómeno *WikiLeaks* no segundo trimestre e o número de artigos cresceu até ao último trimestre.

Figura n.º 1 — *Público*, 2010 — Artigos por trimestre/caderno⁸⁷

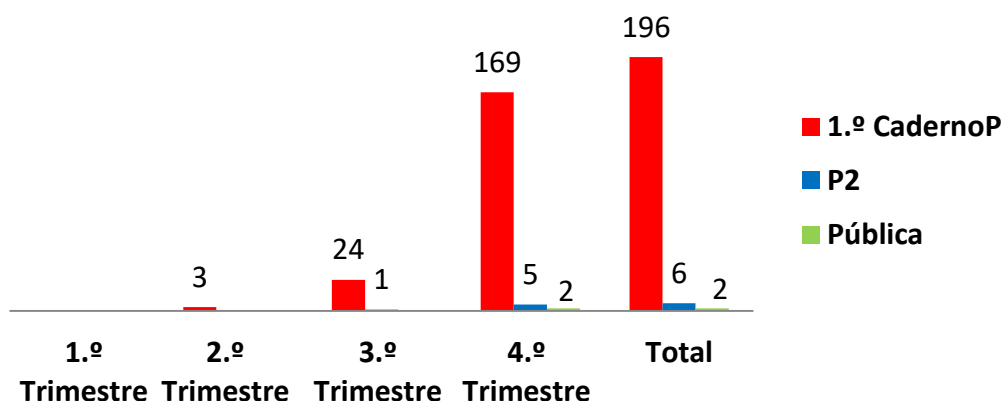
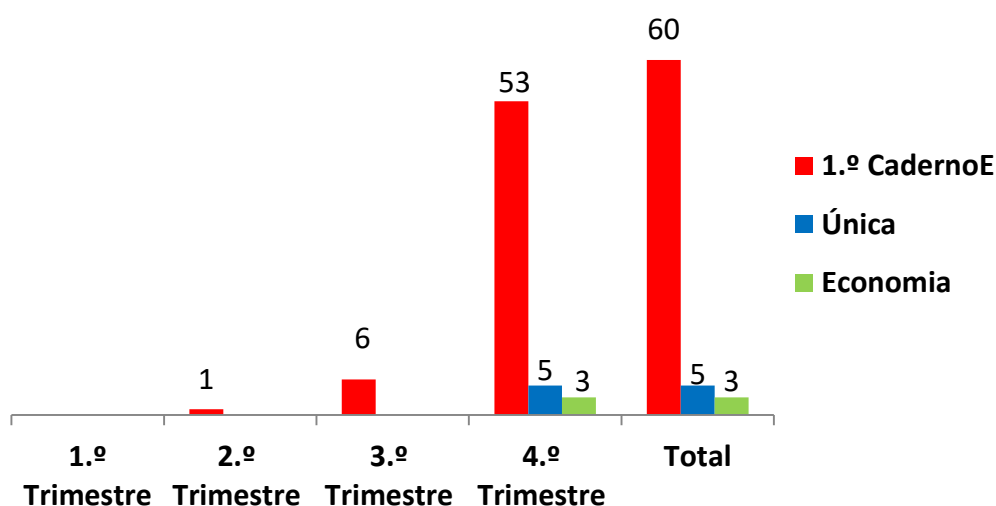


Figura n.º 2 — *Expresso*, 2010 — Artigos por trimestre/caderno⁸⁸



Os suplementos apresentaram um número de artigos muito menos expressivo, e praticamente todos no quarto trimestre. No *Público* temos o P2 com seis artigos, e a Pública com dois. No *Expresso*, a Única com cinco artigos e o Economia com três. Todos foram publicados no quarto trimestre, com exceção de um artigo do P2 (*Público*) no terceiro trimestre.

O espaço mais utilizado para a cobertura do fenómeno foi o dos primeiros cadernos. Os restantes cadernos que veicularam maioritariamente opiniões, serviram como um complemento. À medida que os artigos aumentaram nos primeiros cadernos,

⁸⁷ Ver Anexo 2, p. 143

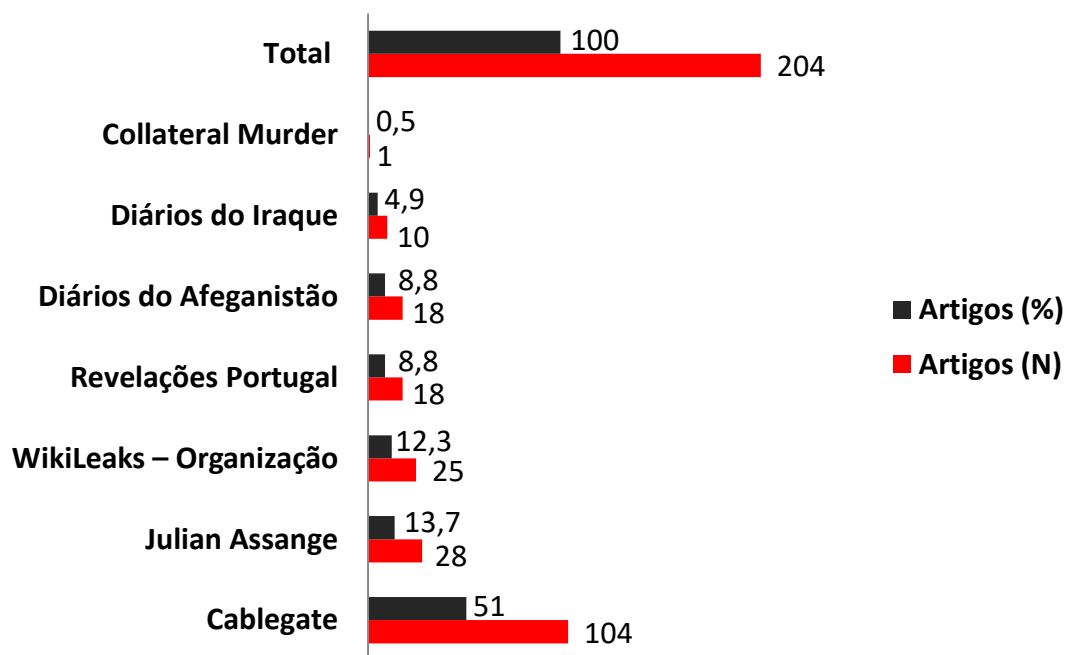
⁸⁸ Ver Anexo 3, p.144

surgiram artigos nos suplementos. Para perceber melhor o aumento do número de artigos ao longo do ano, analisemos os temas.

6.2. Temas dos artigos

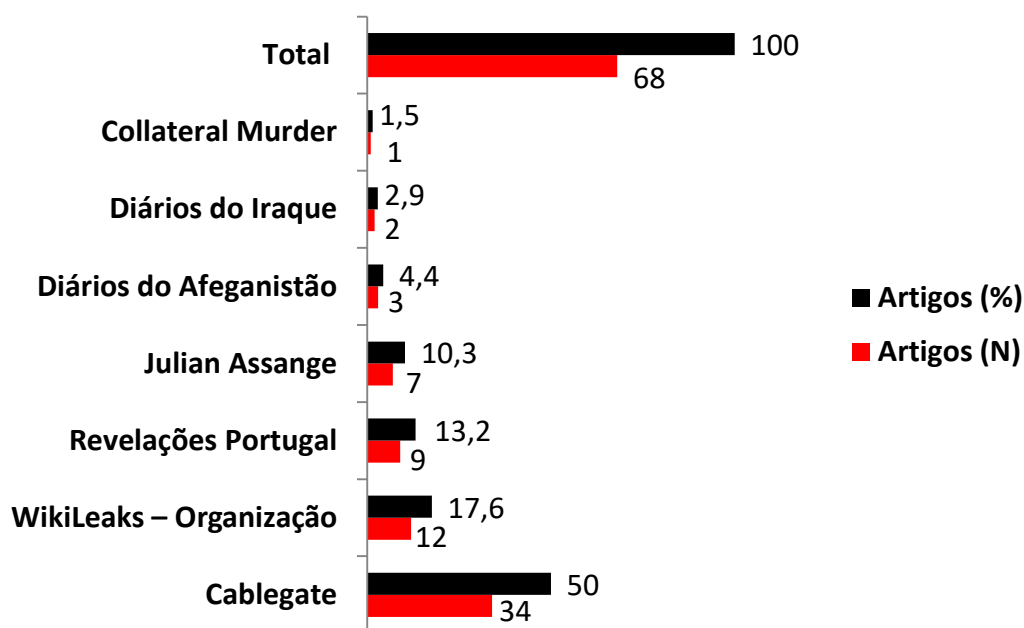
Identificámos sete temas principais nos artigos recolhidos sobre o fenómeno *WikiLeaks*: o *Collateral Murder*; os Diários do Afeganistão; os Diários do Iraque; o *Cablegate* (revelações dos telegramas diplomáticos em geral); as Revelações Portugal (revelações dos telegramas diplomáticos referentes a Portugal); a *WikiLeaks*-Organização (quando a organização é o assunto principal); e Julian Assange (assuntos sobre o editor-chefe da *WikiLeaks*).

Figura n.º 3 — *Público*, 2010 — Temas dos artigos⁸⁹



⁸⁹ Ver Anexo 4, p.145

Figura n.º 4 — *Expresso*, 2010 — Temas dos artigos⁹⁰



O *Cablegate* foi o tema predominante dos artigos recolhidos (51% no *Público*; 50% no *Expresso*). Em menor percentagem, encontramos temas como: Julian Assange (13,7% no *Público*; 10,3% no *Expresso*), *WikiLeaks*-Organização (12,3% no *Público*; 17,6% no *Expresso*), e as Revelações Portugal (8,8% no *Público*; 13,2% no *Expresso*).

Observe-se também que se no *Público* os Diários do Afeganistão tiveram o mesmo número de artigos que as Revelações Portugal (8,8%), já no *Expresso* representaram 4,4% dos artigos. Os restantes temas ocuparam a mesma posição relativa: Diários do Iraque (4,9% no *Público*; 2,9% no *Expresso*) e o *Collateral Murder*, que contou com um artigo em cada um dos jornais.

A fuga que originou mais artigos foi o *Cablegate*. Isso pode explicar-se com a decisão, da *WikiLeaks* e dos parceiros, em publicar os telegramas diplomáticos diariamente, ao longo de meses, ao contrário do que fizeram anteriormente nos Diários (*Collateral Murder*, Diários do Afeganistão e Iraque). Também sobre a *Wikileaks*-Organização e Julian Assange, há mais artigos do que sobre as primeiras fugas, porque esses assuntos se foram desenvolvendo após a publicação dos Diários do Afeganistão, em julho.

⁹⁰ Ver Anexo 5, p.146

Relativamente ao caso dos cortes de serviços financeiros e técnicos prestados à *WikiLeaks* por parte de multinacionais, ou no das alegações suecas sobre Julian Assange, o *Público* focou mais artigos em Julian Assange do que na *WikiLeaks*-Organização, e o *Expresso* fez o inverso. Mas, tendo em conta a diferente periodicidade dos dois jornais, o número de artigos sobre cada um desses temas foi praticamente semelhante.

6.3. Temas dos artigos por mês

Para além do quarto trimestre e do *Cablegate* terem sido predominantes, podemos também verificar que dezembro foi o mês com maior número de artigos sobre o fenómeno *WikiLeaks* no *Público* (140, correspondentes a 68,5% do total de artigos) e também no *Expresso* (59, correspondentes a 86,8%). A diferença destes valores, demonstra que o *Público* apresentou maior distribuição das peças ao longo dos meses do que o *Expresso*. Algo que pode explicar-se, em parte, pela periodicidade diária de um e a periodicidade semanal do outro. Um exemplo disso, encontra-se no mês de novembro, em que se publicaram 20 artigos no *Público*, e nenhum no *Expresso*. A divulgação internacional dos *Cablegate* ocorreu a 28 de novembro — um domingo. Enquanto o *Público* conseguiu iniciar as publicações no dia seguinte, o *Expresso* só o pôde fazer uma semana depois, no dia 4 de dezembro, dado que a sua edição em papel sai aos sábados.

Quadro n.º 3 — *Público*, 2010 — Temas dos artigos por mês

<i>Público</i>													
Temas	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	Ago	set	out	nov	dez	Total
<i>Collateral Murder</i>	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diários do Afeganistão	-	-	-	-	-	-	10	7	-	1	-	-	18
Diários do Iraque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Julian Assange	-	-	-	-	-	1	-	3	1	2	1	20	28
Revelações Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
<i>Cablegate</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	88	104
<i>WikiLeaks</i> -Organização	-	-	-	-	-	1	2	1	1	3	3	14	25
Total	-	-	-	1	-	2	12	11	2	16	20	140	204

Quadro n.º 4 — *Expresso*, 2010 — Temas dos artigos por mês

<i>Expresso</i>													
Temas	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
<i>Collateral Murder</i>	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diários do Afeganistão	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3
Diários do Iraque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Julian Assange	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	7
Revelações Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
<i>Cablegate</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	34
WikiLeaks-Organização	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	10	12
Total	-	-	-	1	-	-	3	3	-	2	-	59	68

Nos temas de dezembro encontrámos ainda as Revelações Portugal, que derivam do *Cablegate*, e também os temas Julian Assange e a WikiLeaks-Organização. Estes dois últimos aumentaram exponencialmente em relação aos meses anteriores. Isso deveu-se ao caso das alegações suecas sobre Julian Assange — iniciado em agosto, culminou na sua detenção em dezembro, mês em que a pressão sobre a *WikiLeaks* se intensificou, com cancelamentos de serviços e ataques informáticos, e também a resposta às pressões que se traduziu nas retaliação *online* de apoiantes da organização.

Nos meses restantes, pode ver-se sobre que temas os jornais mais publicaram: Diários do Afeganistão (julho e agosto) e os Diários do Iraque (outubro). Os primeiros foram divulgados pela *WikiLeaks* e os seus parceiros a 25 de julho e os segundos a 22 de outubro.

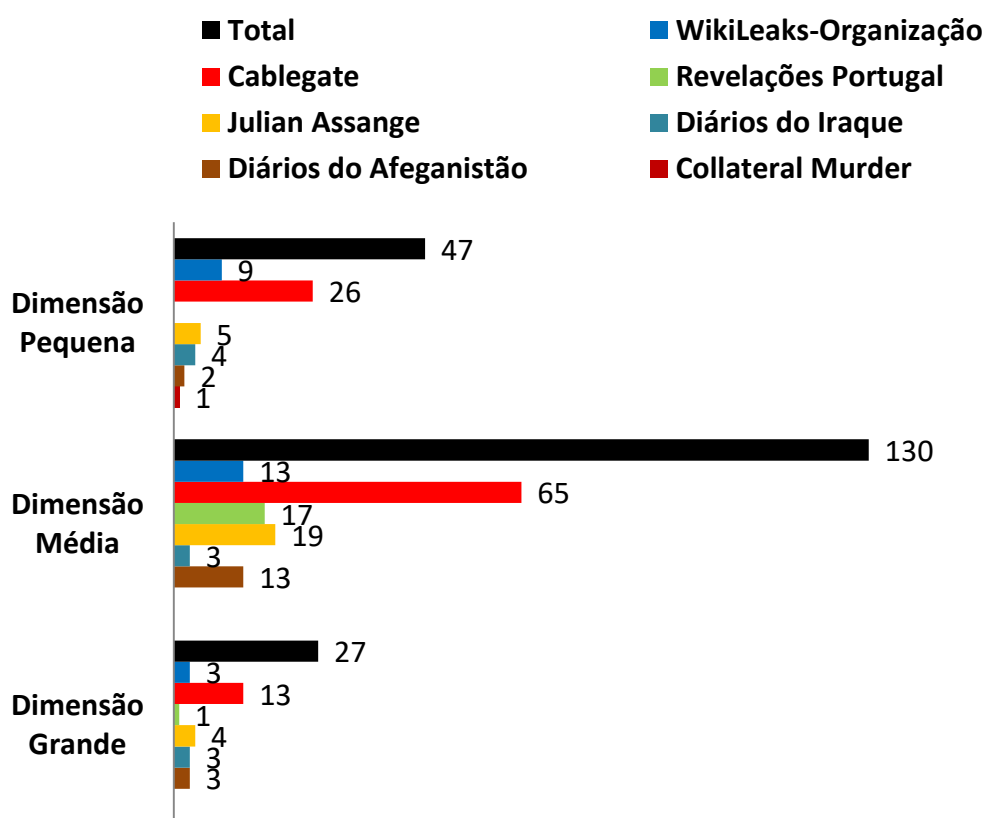
Em termos relativos, vale a pena mencionar uma diferença significativa identificada nos artigos sobre os Diários do Iraque, publicados em outubro: são 16 de 204 artigos no *Público* (7,8%) dos quais, dez, são sobre os Diários do Iraque, e dois de 68 artigos no *Expresso* (2,9%) únicos sobre o mesmo tema, e únicos no mesmo mês. O vídeo *Collateral Murder* foi divulgado pela *WikiLeaks* a 5 de abril e foi tema de um artigo em cada jornal, em abril, dia 7 no *Público* e no dia 10 no *Expresso*, ambos de pequena dimensão.

6.4. Temas dos artigos por dimensão

Como referimos, a dimensão dos artigos foi estabelecida de acordo com o seguinte critério, independentemente do formato dos cadernos do *Público* (Tablóide), e do *Expresso* (*Berliner*): os artigos grandes correspondem aos que ocuparam mais de meia página, uma completa, ou mais. À dimensão média, corresponderam os artigos que ocuparam mais de uma coluna, até meia página. Na categoria de artigos de pequena dimensão registámos aqueles que ocuparam uma coluna ou menos.

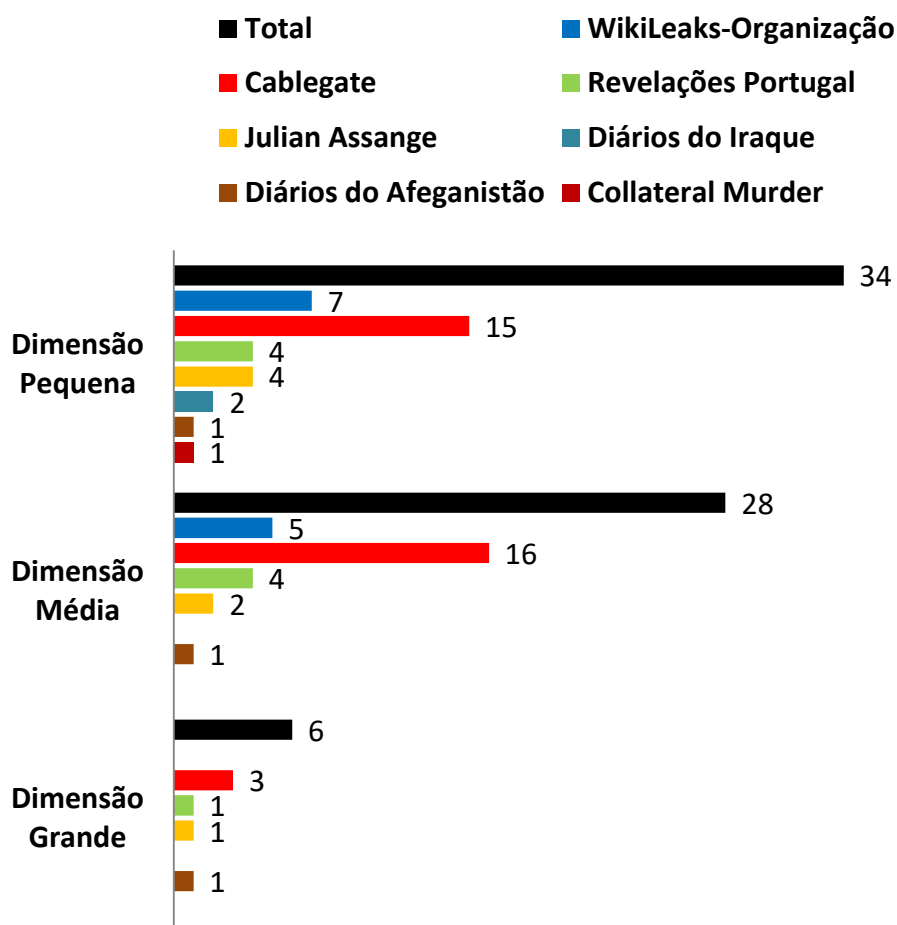
O *Público* produziu a maior parte dos artigos com dimensão média (130 correspondentes a 63,7%). Seguiram-se os de pequena dimensão (23%); e, por fim, os artigos de grande dimensão (13,2%). No *Expresso*, a maioria dos artigos foram de pequena dimensão (50,0%). Os de dimensão média ficaram em segundo lugar (41,2%). Finalmente, os artigos de dimensão grande (8,8%).

Figura n.º 5 — *Público*, 2010 — Temas dos artigos por dimensão ⁹¹



⁹¹ Ver Anexo 6, p.147

Figura n.º 6 — *Expresso*, 2010 — Temas dos artigos por dimensão⁹²



No *Público* os artigos foram de dimensão média na maior parte dos temas, excepto no caso dos *Diários do Iraque* (pequena) e no *Collateral Murder* (pequena). Os artigos do *Expresso* foram de dimensão pequena na maior parte dos temas, sendo excepção o *Cablegate* (16 de dimensão média, apenas mais um artigo do que os 15 de dimensão pequena), ou as *Revelações Portugal* (4 pequenos; 4 médios) e os *Diários do Afeganistão* (1 pequeno; 1 médio; 1 grande). O tema que sugere menos interesse da parte dos dois jornais é o *Collateral Murder*. Ambos, publicaram um único artigo de pequena dimensão.

6.5. Posição sobre a *WikiLeaks* por temas

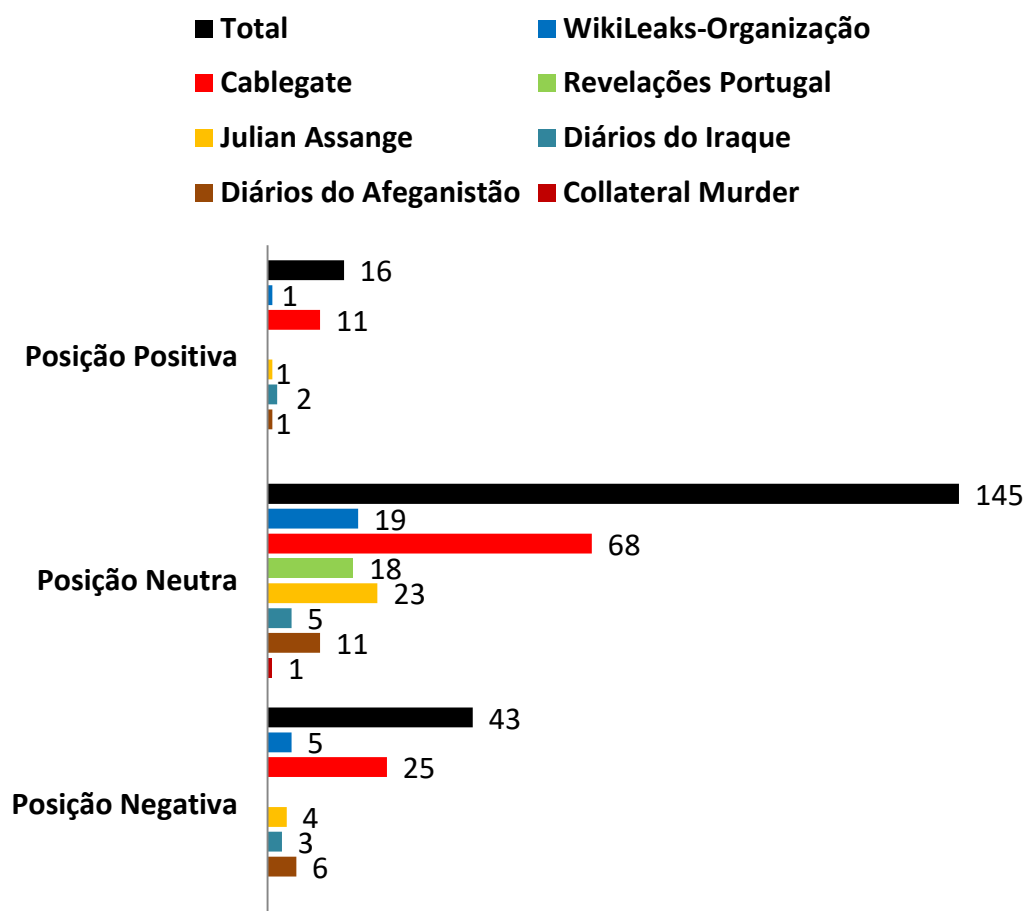
Alguns artigos apresentaram explicitamente posições sobre o fenómeno *WikiLeaks*. Para registar essas posições, utilizámos a categoria Posição sobre a

⁹² Ver Anexo 7, p.148

WikiLeaks, com quatro unidades de registo: Negativa; Neutra; Positiva; Não menciona *WikiLeaks*. Cada unidade corresponde à posição apresentada nos textos.

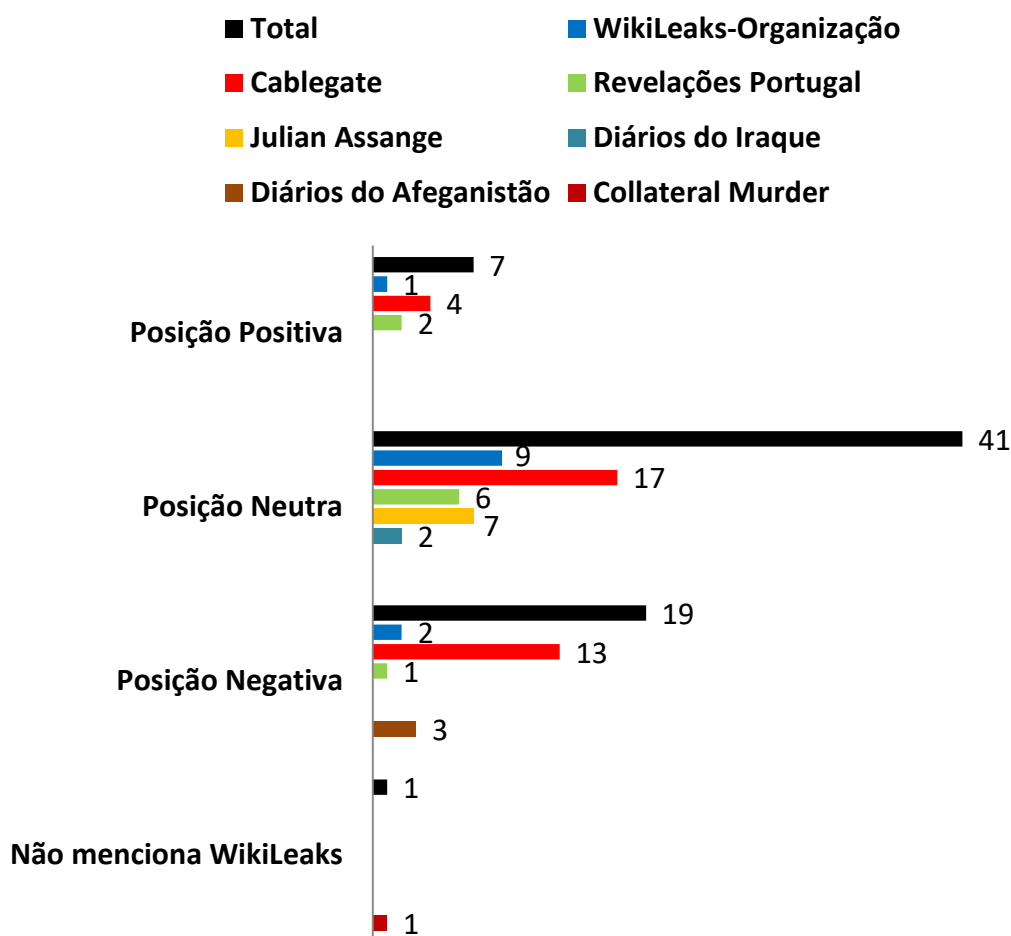
Cumprido, a este respeito, fazer um esclarecimento adicional: a unidade de registo Não menciona *WikiLeaks* foi considerada para os casos em que se verificou a ausência de referência à organização — caso único da notícia do *Collateral Murder* no *Expresso* (*Expresso*, 10-04-2010, p.32) — dado que, em nosso entender, esta ausência demonstra uma posição.

Figura n.º 7 — Público, 2010 — Temas por posição sobre a *WikiLeaks*⁹³



⁹³ Ver anexo 8, p.149

Figura n.º 8 — *Expresso*, 2010 — Temas por posição sobre a *WikiLeaks*⁹⁴



As posições sobre a *WikiLeaks* foram maioritariamente neutras no *Público* (145 artigos correspondentes a 71,1%) e no *Expresso* (41 artigos correspondentes a 60,3%). Em segundo lugar ficaram as posições negativas, no *Público* em 43 artigos (21,1%) e no *Expresso* em 19 artigos (27,9%). Por último, as posições positivas surgem em 16 artigos do *Público* (7,8%) e em sete artigos do *Expresso* (10,3%).

As posições neutras dominaram nos dois jornais, em praticamente todos os temas. As posições positivas acentuaram-se no *Cablegate*, comparativamente com os temas restantes, mas o mesmo aconteceu com as posições negativas e neutras. Há um tema em que as posições positivas sobre a *WikiLeaks* se sobrepõem às negativas, e esta situação verifica-se somente no *Expresso*: Revelações Portugal (duas positivas e uma negativa). No *Público*, o mesmo tema só contou com posições neutras sobre a *WikiLeaks*.

⁹⁴ Ver Anexo 9, p.150

Houve claramente mais posições negativas nos artigos sobre os Diários do Afeganistão do que nos dos Diários do Iraque nos dois jornais. No tema dos Diários do Afeganistão, nota-se que o *Expresso* só apresentou artigos com posições negativas (três); nos Diários do Iraque, as posições foram neutras (duas).

Já os artigos sobre Julian Assange, não apresentaram posições negativas nem positivas no *Expresso* (sete neutras). Por sua vez, no *Público*, o mesmo tema contou com uma maioria de posições neutras (23), quatro posições negativas e uma posição positiva.

Com base nestes dados, podemos verificar que, apesar do predomínio das posições neutras, há uma clara tendência para a posição negativa face ao fenómeno, o que já é um indício que pode sustentar, ainda que parcialmente, a confirmação da hipótese que preside a esta investigação.

6.6. Posição sobre a *WikiLeaks* por género dos artigos

Para continuar a averiguar se houve ou não uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras na cobertura do fenómeno *WikiLeaks*, nos dois jornais portugueses, cruzámos a posição sobre a *WikiLeaks* com o género dos artigos.

Como podemos constatar no gráfico n.º 9, a notícia é o género predominante no *Público* (143 correspondentes a 70,1% dos artigos), destacam-se as posições neutras (126), seguidas pelas negativas (16), e uma com posição positiva. A notícia, que considerámos positiva, foi sobre Julian Assange. Intitulada “Competição renhida” (*Público*, 16-12-2010, p.17) é uma peça de pequena dimensão, de autor não identificado, e refere-se às nomeações para Pessoa do Ano da revista norte-americana *Time*. A peça podia limitar-se a descrever Assange como fundador da *WikiLeaks*, mas enquadra-o de forma quase lisonjeira, por analogia com Mark Zuckerberg, o fundador do *Facebook*, e vencedor da competição:

“Este ano a competição esteve renhida entre Zuckerberg e Julian Assange, outro homem que veio revolucionar a forma como as pessoas se relacionam com a informação e com os media tradicionais através da Internet. O australiano Assange é o fundador do *WikiLeaks*, que nas últimas semanas expôs milhares de mensagens da diplomacia norte-americana, num caso que ficou conhecido em todo o mundo como ‘Cablegate’” (*Ibidem*).

A peça atribui um papel revolucionário à *WikiLeaks* através do fundador. Personifica a organização. E embora se tenha considerado que apresenta uma posição positiva pela forma como o faz, há duas informações que merecem a nossa atenção: segundo a peça do *Público*, a *WikiLeaks* não revolucionou os *media* (não foi influente em termos de métodos ou procedimentos de trabalho); nem divulgou nada de relevante: “expôs milhares de mensagens da diplomacia norte-americana” (*Ibidem*). As revelações anteriores não são mencionadas, nem a parceria com os *media* tradicionais, destacando-se apenas que a WL mudou a “forma como as pessoas se relacionam com a informação e com os *media* tradicionais através da Internet” (*Ibidem*). Este é um caso de defesa do paradigma e manutenção de fronteiras. A peça mantém distâncias entre os *media* tradicionais e a *WikiLeaks*, fazendo uma analogia entre uma rede social (*Facebook*) e a *WikiLeaks* (apresentada como uma organização que, em última análise, partilha mais características em comum com as entidades jornalísticas, do que com redes sociais). Não obstante, pelo reconhecimento do carácter revolucionário, e pelo facto de os restantes concorrentes mencionados não receberem o mesmo tipo de referência, considerou-se que o artigo apresentou uma posição positiva sobre a *WikiLeaks*:

“Para além destes dois homens, estavam igualmente na corrida a Pessoa do Ano o Presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, e os 33 mineiros chilenos que ficaram aprisionados numa mina durante dois meses e que saíram todos com vida em Outubro último. Igualmente a disputar esta distinção da Time estava o Tea Party, o movimento de direita antigoverno norte-americano” (*Ibidem*).

Figura n.º 9 — *Público*, 2010 — Posição sobre a *WikiLeaks* por género dos artigos⁹⁵

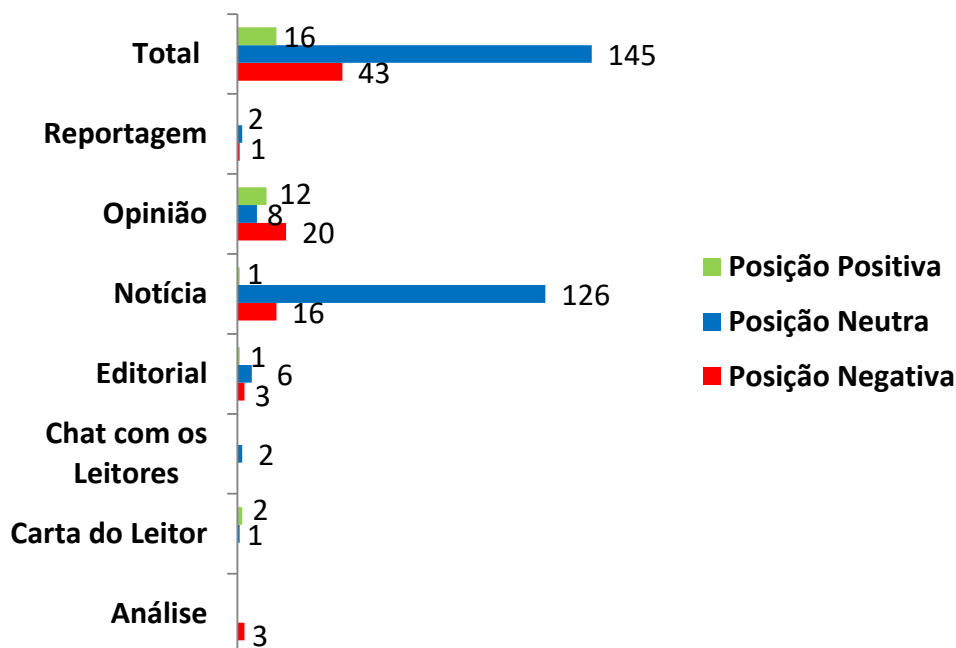
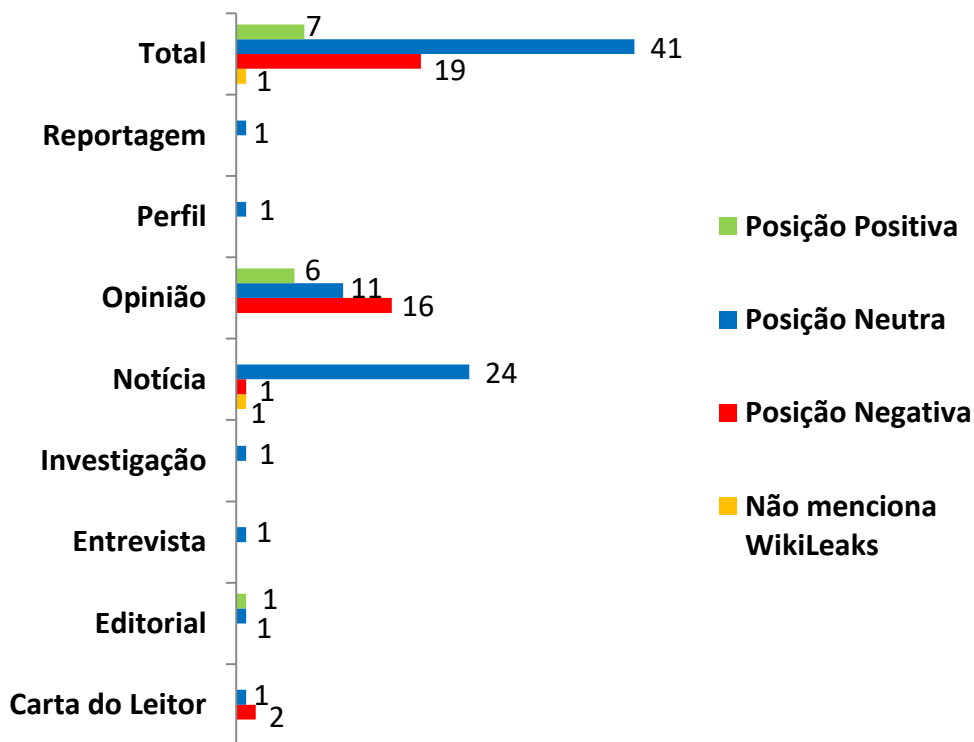


Figura n.º 10 — *Expresso*, 2010 — Posição sobre a *WikiLeaks* por género dos artigos⁹⁶



⁹⁵ Ver Anexo 10, p.151

⁹⁶ Ver Anexo 11, p.152

No *Expresso* as notícias também se destacaram pelas posições neutras (24), embora esse não tenha sido género com maior número de artigos (26 correspondentes a 38,2%). A notícia de posição negativa (uma), intitulada “Podres da guerra revelados na net”, refere-se aos Diários do Afeganistão da seguinte forma: “uma das maiores fugas de informação militar da sua [EUA] história (...) não trouxe dados inesperados. Apenas deu razão ao pessimismo já generalizado, e talvez seja esse o seu aspecto mais relevante” e “Não chocam mas desmoralizam” (*Expresso*, 31-07-2010, p.29). Para além disso, o autor levanta a questão da imparcialidade do fundador da *WikiLeaks*, observando que:

“As revelações mais notáveis dizem respeito à morte de centenas de civis em acções das tropas internacionais, até agora ocultadas (...) A *WikiLeaks* nega estar a favor ou contra a guerra, mas a linguagem do seu fundador, Julian Assange está longe de ser neutra. Acusa o exército americano de ‘milhares de crimes de guerra’ e diz gostar ‘de esmagar filhos da mãe’, referindo-se aos ‘homens perigosos’ que conduzem os combates” (*Ibidem*)

Os parceiros da *WikiLeaks* são enquadrados de uma forma completamente diferente, o que pode dizer-se constituir mais um indício que confirma a nossa hipótese de que os jornais defenderam o paradigma do jornalismo e efectuaram uma manutenção de fronteiras face ao caso da *WikiLeaks*:

“(...) sítio *WikiLeaks* (...) disponibilizou cerca de 75 mil dos 91 731 documentos em seu poder (...) Antes revelara-os aos jornais ‘The New York Times’ (americano), ‘The Guardian’ (britânico) e à revista alemã ‘Der Spiegel’, que deram a notícia com omissões destinadas a proteger os soldados internacionais de vinganças” (*Ibidem*).

É certo que Assange fez declarações pouco contidas como: “*I enjoy crushing bastards*” (“gosto de esmagar sacanas”) em entrevista à *Der Spiegel*. Mas a forma como a afirmação foi enquadrada, distorceu-lhe o sentido. Depois de o questionarem porque preferira criar a *WikiLeaks*, quando podia ter começado uma empresa em Silicon Valley e viver numa casa com piscina, Assange respondeu:

“Só vivemos uma vez. Portanto somos obrigados usar bem o nosso tempo, e temos de fazer algo significativo e gratificante. Esse é o meu temperamento. Gosto de criar sistemas em grande escala, e gosto de ajudar pessoas que estão vulneráveis. E gosto de esmagar sacanas. Por isso é trabalho agradável”.⁹⁷

⁹⁷Goetz, J. & Rosenbach, M. (2010) ‘I Enjoy Crushing Bastards’. *Der Spiegel*. [Internet] Disponível em <<https://www.spiegel.de/international/world/wikileaks-founder-julian-assange-on-the-war-logs-i-enjoy-crushing-bastards-a-708518.html>> [Consult. 6 de junho 2019].

Ainda que esta seja uma situação pouco usual, dispomos de casos em que jornalistas se referiram a grupos ou indivíduos designando-os de “sacanas”. Veja-se, a este respeito, o que Hunter S. Thompson, figura de destaque do jornalismo gonzo, escreveu sobre os Estados Unidos:

“Tornámo-nos um monstro nazi aos olhos do mundo inteiro — uma nação de rufias e sacanas que prefeririam morrer a viver pacificamente. Não somos apenas prostitutas pelo poder e petróleo, mas prostitutas assassinas com ódio e medo nos nossos corações” (Thompson, 2003 p.66).

Da mesma forma, em entrevista ao Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ), Charles Lewis, veterano do jornalismo de investigação e fundador do ICIJ — responsáveis pelas revelações dos *Panama Papers* (2016) e dos *Paradise Papers* (2017) — disse:

“Independência jornalística significa investigar os sacanas, quem quer que eles sejam. É isso que significa para mim. Apartidário, sem obrigações de qualquer tipo para com qualquer facção, organização, partido político, corporação, sindicato, grupo religioso ou outro qualquer interesse especial ou ‘causa’, para além da própria investigação ” (Boland-Rudder, 2018).⁹⁸

Olhando para as restantes categorias, no *Expresso*, a Opinião (48,5% do total) foi o género predominante, onde encontrámos um número superior de posições negativas (16), mais do que as neutras (11), e positivas (6). No *Público*, a Opinião foi o segundo género mais expressivo (40), contando com 20 posições negativas, 12 positivas e oito neutras face ao caso.

Os restantes géneros contam com um número reduzido de peças. No *Público*, na Análise (3 artigos), as posições foram negativas, enquanto a Reportagem (3), foi neutra em dois artigos e negativa num. No *Expresso*, a Entrevista (1), o Perfil (1), a Investigação (1) e a Reportagem (1) foram géneros neutros.

Destaca-se ainda o género Editorial no *Público* (10 peças) do que no *Expresso* (2). O *Público* produziu dez editoriais, dos quais seis foram neutros, três negativos e um positivo. No *Expresso* registaram-se dois, sendo que um foi neutro e o outro positivo.

⁹⁸ Boland-Rudder, H. (2018) ‘Investigating the Bastards’: ICIJ’s. *International Consortium of Investigative Journalists*. [Internet] Disponível em <<https://www.icij.org/blog/2018/05/investigating-bastards-icijs-founder-learned-love-nonprofit-journalism/>> [Consult. 6 de junho 2019].

Quanto às Cartas dos Leitores (3 peças em cada um dos jornais analisados) elas apresentam-se como um género mais positivo no *Público* (1 neutra e 2 positivas) do que no *Expresso* (1 neutra e 2 negativas).

As cartas seleccionadas pelo *Público* foram mais positivas. A carta “WikiLeaks à portuguesa”, de posição neutra, foca-se nas contradições do mundo ocidental e nas “vergonhas portuguesas”, não declarando explicitamente uma posição sobre a *WikiLeaks*. Escreve a leitora:

“Parece que o mundo está em pânico por se estarem a desvendar acordos, ordens, prepotências e outras coisas mais, ordenadas em segredo por Governos e senhores que secretamente, afinal, sempre comandaram a Terra (...) males do Mundo têm uma explicação que eles sabiam mas que escondiam e uns atribuíam a um Deus que nos daria a salvação em troca de uma vida de sacrifícios e outros desconfiavam das grandes potências mas tinham poucas provas. Outros têm-se revoltado, reclamam, não se vergam e lá se ganha um pouco mais de tempo até sermos espezinhadados” (*Público*, 12-12-2010, p.38).

Em “Quem tem ‘medo’ da WikiLeaks?”, o leitor apresenta uma posição positiva e reconhece o valor informativo nas revelações:

“(...) ficámos a conhecer a hipocrisia que existe entre os países nas relações internacionais. A verdade é que independentemente das posições pró ou contra, a divulgação de documentos secretos tem incomodado e causado mal-estar em muitos países e nos cidadãos em geral (...) Os gurus políticos visados têm considerado insignificante o conteúdo informativo publicitado. Essa tentativa de desvalorização só expressa, porém, o mal-estar e o descontentamento face à situação (...) O que temos vindo a conhecer é excessivamente grave. Na realidade continuamos a ter nos vários níveis da vida social demasiados ‘lobos vestidos com pele de cordeiro’ (...) O vazamento dos dados realizados pela WikiLeaks demonstra como o homem na sua relação de comunicação interpessoal, tem propensão para a falsidade e o fingimento (...) quer os homens de Estado, de poder, de sucesso, de responsabilidade, de mérito ou mesmo comuns. Por isso, não é totalmente reprovável este grito de alerta inerente à denúncia da WikiLeaks” (*Público*, 22-12-2010, p.38).

Em “O sintoma”, o leitor também apresentou uma posição positiva sobre o fenómeno, criticando as sociedades ocidentais:

“O ‘caso Assange’ está a deixar atrás de si um rasto de destruição do tecido democrático que poucos conseguiriam imaginar aqui há uns meses. Mas essa destruição não é o que está a degradar a democracia. O que a WikiLeaks tem vindo a destruir com uma eficácia robótica é o véu difuso que cobre aquilo a que chamamos ‘democracias capitalistas’, deixando a céu aberto alguns esgotos fedorentos que nos têm sido apresentados como canalizações seguras de água potável” (*Público*, 15-12-2010, p.38).

A posição do *Expresso* em termos de editoriais contrasta com as posições das cartas dos leitores que publica. Em “Brinca com o fogo”, uma leitora expressa a sua “estupefação” para com o “escândalo do *WikiLeaks*”. Não se foca propriamente na

organização, pelo que não apresenta uma posição explícita, tendo sido considerada neutra. Coloca interrogações sobre a segurança dos sistemas de informação da NATO e sobre a relevância e impacto das revelações — poder-se-á considerar este um caso “Watergate do século XXI, à escala global?” (*Expresso*, 4-12-2010, p.46). Ainda que se pudesse considerar um artigo irónico, são evidentes as dúvidas da leitora, que tenta entender o que se está a passar, mais do que tomar uma posição sobre a *WikiLeaks*.

Duas semanas depois, a carta seguinte é mais clara quanto à posição. Em “A *WikiLeaks* e a ética da informação”, um leitor do *Expresso* apresentou uma posição negativa sobre o fenómeno e, curiosamente, efectuou uma defesa do paradigma do jornalismo e uma manutenção de fronteiras. Apresenta, ao longo do texto, as dicotomias moralidade/imoralidade, ético/não-ético, responsabilidade/irresponsabilidade, legalidade/ilegalidade e jornalismo/voyeurismo. Sendo que o leitor atribui os valores negativos destas dicotomias ao tipo de jornalismo que reprova, e também à *WikiLeaks*. Não é claro se considera a *WikiLeaks* jornalismo, apesar de tudo indicar que a considera “um certo tipo de jornalismo”. “Os jornalistas usam e abusam do termo ‘liberdade de expressão’, mas se queremos continuar a confiar no seu valor será mais aconselhável não desvirtuar o seu conceito pelo uso excessivo e indevido” (*Expresso*, 18-12-2010a, p.44).

Em “*WikiLeaks*: Fim do Mundo?”, de posição negativa, o leitor escreve que as revelações da *WikiLeaks* “têm sido consideradas extremamente importantes” e pergunta: “Será mesmo assim?”. Deixa um enorme cepticismo quanto aos documentos e à *WikiLeaks*, e desconfia da fidedignidade das revelações (que classifica como um “golpe mediático”) e das motivações que poderão estar por detrás do “golpe”. As dicotomias imparcialidade/parcialidade, Ocidente/Oriente, Democracia/Ditadura, são a base fundamental da argumentação do leitor. Para ele, as revelações foram parciais, incidindo apenas no Ocidente e nas sociedades democráticas, deixando de fora outras partes do mundo dominadas por regimes não democráticos. Segundo o leitor, isso informa sobre o objectivo das revelações, que trouxeram “aquilo que já sabíamos”: um ataque às sociedades ocidentais (*Expresso*, 30-12-2010, p.38).

Ainda no *Público*, o *Chat* com os Leitores (duas peças de posição neutra) é um “género” que se distingue pela participação do leitor através dos meios digitais. Adopta o formato de entrevista e permite aos leitores colocarem questões a um entrevistado em

tempo real num *chat* do jornal, neste caso aos candidatos das eleições Presidenciais de 2011. As perguntas e respostas foram publicadas na edição em papel do dia seguinte à entrevista. Este é um exemplo da actuação do *Público* na exploração de oportunidades trazidas pelas TIC, no sentido de se adaptar ao paradigma da sociedade em rede, testando um modelo de participação pública e estabelecendo uma ligação entre a sua edição em papel e o seu *website*. A posição foi verificada na pergunta do entrevistador — que registámos como autor —, e não na resposta do entrevistado. Pareceu importante registar, pelo que representa em termos de interesse dos leitores.

Em “Francisco Lopes acha que Portugal devia ser indemnizado pela entrada no euro”, um leitor pergunta: “Qual é a sua posição relativamente à questão *WikiLeaks*?”. O entrevistado — candidato Francisco Lopes — respondeu que devem respeitar-se os segredos dos Estados, mas referiu a campanha de censura dirigida à *WikiLeaks* como inaceitável. Advertiu ainda para a possibilidade de as informações conterem situações “reais ou forjadas”, sendo por isso necessário ser cuidadoso (*Público*, 17-12-2010, p.8). Em “Alegre diz que mudança das leis laborais não promove o crescimento económico”, a leitora pergunta: “O que pensa da liberdade de informação e da *WikiLeaks*?”. Ao que o entrevistado — Manuel Alegre — respondeu ser “um problema novo, que requer uma séria reflexão entre valores contraditórios como a liberdade de informação e o “segredo de Estado”, sendo que “O problema está em compatibilizá-los” (*Público*, 18-12-2010, p.5).

Podemos constatar, com base nestes dados, que os artigos de informação apresentam naturalmente uma maioria de posições neutras. Os artigos que pela sua própria natureza emitem opiniões ou posições, tendem a apresentar menos neutralidade, e neste caso, as posições negativas representam mais do dobro das positivas. É, no entanto, de ter em conta que nos referimos às posições explícitas, pelo que a posição (neutra, negativa, ou positiva) sobre a *WikiLeaks* não significa que não existe, nos artigos, defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras em relação à *WikiLeaks*. Embora as posições negativas tenham mais propensão para tal, na notícia de posição positiva do *Público* pudémos constatar que houve defesa e manutenção de fronteiras tal como na notícia de posição negativa do *Expresso*. Assim, no capítulo seguinte, debruçar-nos-emos sobre os artigos com maior detalhe. Em todo o caso, sublinhamos mais uma vez que a tendência negativa das posições parece confirmar a

hipótese da investigação. Por isso, para além do género dos artigos, será importante entender como as posições se distribuem consoante o tipo de autor dos artigos.

6.7. Posição sobre a *WikiLeaks* por tipo de autor

Identificámos cinco tipos de autor no diário e quatro no semanário. Esta diferença tem que ver com a participação do Provedor do Leitor do *Público* (uma posição neutra). Os editoriais não foram considerados nesta categoria, porque constituem um género que por vezes traduz uma opinião de grupo, ou do jornal, e em que o tipo de autor não é um factor relevante. Por isso excluámos desta categoria os dez editoriais do *Público* (ficando um total de 194 artigos), e os dois editoriais do *Expresso* (ficando um total de 66 artigos). Não obstante, consideraram-se todos os artigos não assinados, que correspondem à categoria Não Identificado.

Posto isto, os Jornalistas e Correspondentes, foram o tipo de autor com maior número de artigos sobre o fenómeno no *Público* (89, representando 45,9% dos 194 artigos). Embora neste grupo dominem as posições neutras (64), foram os mais negativos (25), e não surgiram posições positivas. No *Expresso*, os jornalistas e correspondentes foram também foi o grupo predominante (37 representando 56,1% dos 66 totais), com o maior número de posições neutras (26) e o único grupo com posições positivas (seis) do jornal, mais uma do que as posições negativas (cinco) nessa categoria.

Figura n.º 11 — *Público*, 2010 — Posição sobre a *WikiLeaks* por tipo de autor⁹⁹

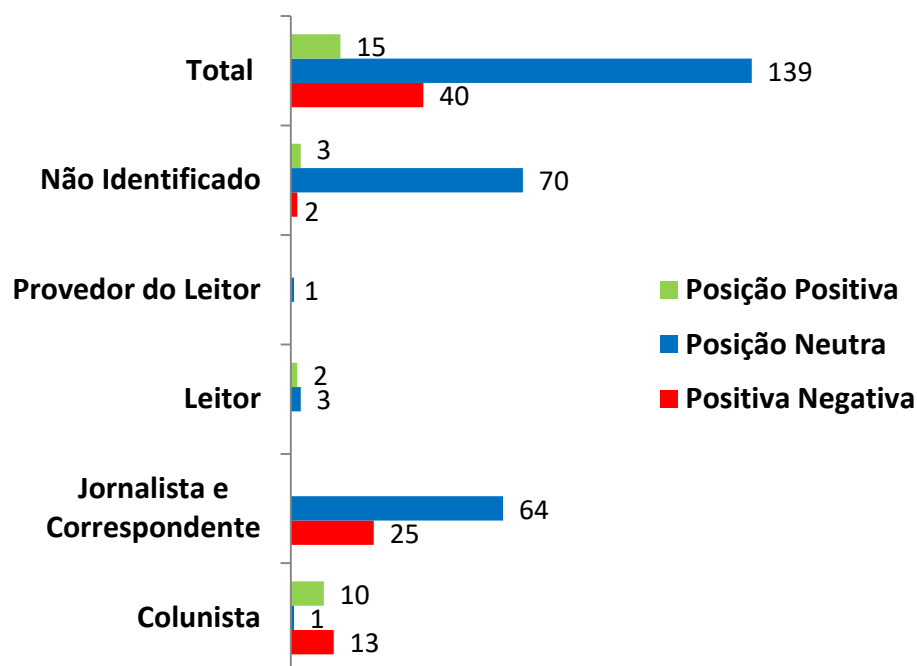
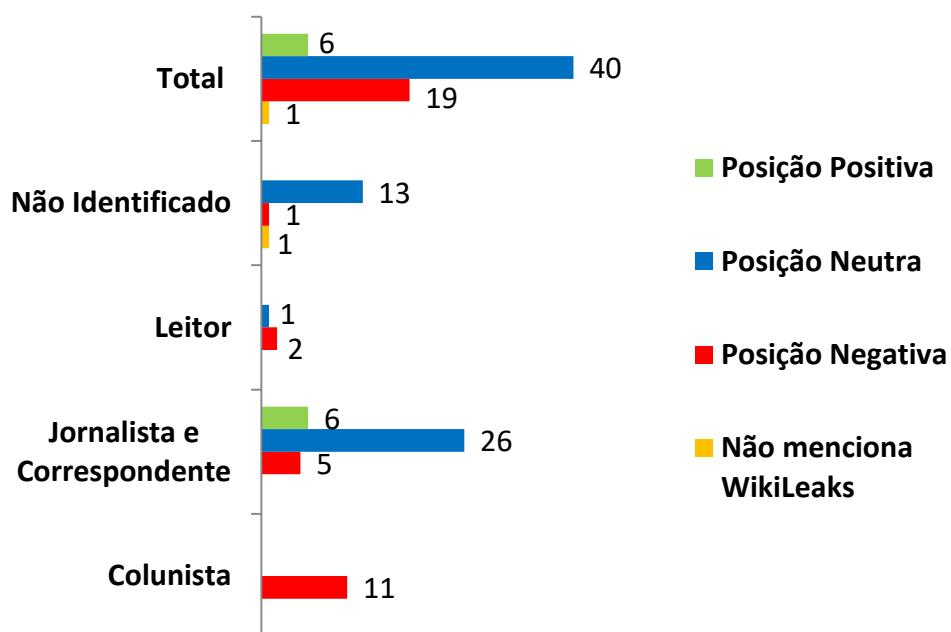


Figura n.º 12 — *Expresso*, 2010 — Posição sobre a *WikiLeaks* por tipo de autor¹⁰⁰



Os autores Não Identificados foram o segundo tipo mais representado no *Público* produzindo 75 artigos (38,7% dos 194). Neste grupo encontrámos o maior de número de posições neutras (70), três artigos positivos e dois artigos negativos. O

⁹⁹ Ver Anexo 12, p.153

¹⁰⁰ Ver Anexo 13, p.154

mesmo grupo também ocupou a segunda posição no *Expresso* com 15 artigos (22,7% de 66). O maior número destes artigos foi de posição neutra (13), seguindo-se a posição negativa (1), e o artigo que Não menciona *WikiLeaks* (1), não havendo posições positivas.

No *Público* e no *Expresso* os colunistas ficaram em terceiro lugar. No diário publicaram 24 artigos (12,4% dos 194). Houve menos neutralidade (1) e produziram mais opiniões negativas (13) do que positivas (10), ainda que tenham sido o grupo mais positivo do jornal. Já no semanário os colunistas produziram 11 artigos (16,7% dos 66), todos negativos, sendo por isso, o grupo mais negativo do jornal.

Restam o Provedor do Leitor (com um artigo neutro no *Público*) e os leitores que já escrutinámos no subcapítulo anterior. No que diz respeito a estes últimos, no *Público* encontramos cinco artigos (2,6%) (dois de posição positiva, três de posição neutra) e no *Expresso* três (4,5%), (uma posição neutra e duas negativas).

Concluindo, os Jornalistas e Correspondentes foram os maiores produtores de artigos nos dois jornais. O seu número de posições positivas e negativas explica-se pelo facto de os jornalistas também serem autores de textos de opinião. Por exemplo, o género Análise do *Público* contou com três artigos negativos escritos pelo jornalista Jorge Almeida Fernandes: “WikiLeaks falha *big bang* mediático”, (*P2*, 31-07-2010, pp.4-5); “O admirável mundo de Assange”, (*P2*, 30-10-2010, p.12); e “O aspirante a ‘inimigo público’ da América” (*Público*, 24-10-2010, p.13). No caso dos jornalistas do *Expresso*, encontramos entre outros, por exemplo, o texto de Fernando Madrinha: “Danos colaterais”, também de posição negativa, (*Expresso*, 18-12-2010, p.11).

6.8. Fontes de informação

As fontes foram identificadas apenas nos artigos noticiosos. Ou seja, nas notícias e nas reportagens no *Público*, correspondentes a 146 artigos (71,6% do total de artigos do jornal — 204); e nas notícias, entrevista, perfil, reportagem e investigação no *Expresso*, correspondentes a 31 artigos (45,6% do total de artigos — 68). A *WikiLeaks* corresponde à organização enquanto fonte, englobando os seus membros, como o fundador Julian Assange ou os seus advogados. Outros Órgãos de Informação correspondem a organizações jornalísticas, como os jornais *The Guardian* e o *The New York Times*, ou as agências como a *Lusa* ou a *Agence France Presse*. Os Órgãos de

Soberania, correspondem às fontes oriundas de governos, parlamentos, deputados, diplomatas ou porta-vozes, por exemplo. Outras, dizem respeito a indivíduos ou grupos não enquadrados nos tipos de fontes anteriores, como membros de organizações não-governamentais, professores ou cientistas políticos. As fontes destes quatro tipos foram agregadas tendo em conta as quatro categorias aqui apresentadas. Para o seu registo, bastou que no artigo constasse pelo menos uma fonte das categorias apresentadas, pois há diversas fontes, como é evidenciado pelos quadros 5 e 6.

No *Público* identificámos fontes em 141 artigos noticiosos (dos 146), e não identificámos fontes em cinco artigos.

Quadro n.º 5 — *Público*, 2010 — Fontes de Informação

<i>Público</i>			
Artigos Noticiosos	Artigos - Fontes Identificadas		Artigos - Fontes Não Identificadas
146	141		5
Artigos por tipos de Fontes			
<i>WikiLeaks</i>	Outros Órgãos de Informação	Órgãos de Soberania	Outras
52	98	65	35

Quadro n.º 6 — *Expresso*, 2010 — Fontes de Informação

<i>Expresso</i>			
Artigos Noticiosos	Artigos - Fontes Identificadas		Artigos – Fontes Não Identificadas
31	29		2
Artigos por tipos de Fontes			
<i>WikiLeaks</i>	Outros Órgãos de Informação	Órgãos de Soberania	Outras
16	15	14	13

A organização *WikiLeaks* foi fonte em 52 artigos (36,9% dos 141), Outros Órgãos de Informação em 98 artigos (69,5% dos 141 com fontes identificadas), os Órgãos de Soberania em 65 (46,1% dos 141), e Outras fontes em 35 (24,8% dos 141). Esta distribuição leva a admitir que as 16 posições negativas nas 143 notícias (126 neutras e 1 positiva), e uma posição negativa nas três reportagens, das quais duas foram neutras, poderão ter sido influenciadas pelo maior número de artigos com fontes de

outros *media* e órgãos de soberania, contando-se ainda o número significativo de artigos com outras fontes, apesar de a *WikiLeaks* surgir como fonte em mais artigos que este último grupo.

No semanário *Expresso* identificámos fontes em 29 artigos noticiosos (dos 31), e não identificámos fontes em dois artigos. A organização *WikiLeaks* foi fonte em 16 artigos (55,2% dos 29 com fontes identificadas). Outros Órgãos de Informação em 15 artigos (51,7% dos 29), os Órgãos de Soberania em 14 (48,3% dos 29), e Outras fontes em 13 artigos (44,8% dos 29). Os tipos de fontes do *Expresso* têm uma expressão muito semelhante: *WikiLeaks* (16 artigos), Outros Órgãos de Informação (15), Órgãos de Soberania (14) e Outras (13). Isso poderá ter também influenciado o número reduzido de posições negativas nas peças de informação do *Expresso*. Uma posição negativa em 26 notícias, e neutras que correspondem a uma reportagem, uma investigação, uma entrevista e um perfil.

Assim as posições apresentadas nos artigos de informação dos dois jornais — maioritariamente neutras, mas com tendência para a posição negativa —, podem ter sido influenciadas pelo tipo de fontes utilizadas. Embora no caso do *Expresso*, a *WikiLeaks* tenha sido o tipo de fonte predominante, continua a não suplantar os outros tipos de fontes utilizadas.

6.9. Capas por tema e posição sobre o fenómeno *WikiLeaks*

As primeiras páginas ou capas são a parte da publicação em que são colocadas referências às matérias consideradas mais importantes. São o primeiro contacto da publicação com possíveis leitores. São concebidas não só com o intuito de apresentar informação hierarquizada de acordo com a sua relevância, mas também de forma apelativa, clara com recurso à escrita, imagens e/ou infografias. Nas capas encontramos a manchete e as chamadas. A manchete contém a informação considerada mais relevante e é, por isso, apresentada com grande destaque — títulos de grande dimensão, a *bold*, ou cor diferente consoante as decisões gráficas —, contrastando com outros assuntos contidos na página. Estes, de menor destaque, são apresentados nas chamadas, sobre assuntos variados. Pode ainda haver chamadas com destaque, que ocupam um lugar de relevo, podendo equivaler à manchete (Sousa, 2001, pp.53-61, 282-297, 348-389).

O fenómeno *WikiLeaks* foi mencionado em 19 capas do *Público*, 18 no primeiro caderno, e uma no P2. Nestas identificámos cinco dos sete temas principais do conjunto de artigos analisados, ficando de fora os seguintes: *WikiLeaks*-Organização e o *Collateral Murder*. Estes dados permitem-nos concluir que o diário deu espaço de capa ao fenómeno em todas as outras revelações, e ainda a Julian Assange. Para além disso, verificámos também as posições sobre a *WikiLeaks* em cada referência nas capas, observando que elas são maioritariamente neutras (representando 78,9%, por oposição aos 15,5% de peças negativas e 5,3% positivas). Um padrão de posições semelhante foi verificado nos artigos do diário *Público*.

Quadro n.º 7 — *Público*, 2010 — Capas por tema

	Capas		
	1.º Caderno P		P2
	18		1
Tema	Manchete	Chamada	Capa
Diários do Afeganistão	-	3	-
Diários do Iraque	-	2	-
Julian Assange	-	2	-
Revelações Portugal	1	3	-
<i>Cablegate</i>	1	6	1
Total	2	16	1

Quadro n.º 8 — *Expresso*, 2010 — Capas por tema

	Capas		
	1.º Caderno E		Única
	4		1
Tema	Manchete	Chamada	Capa
Julian Assange	-	3	1
Revelações Portugal	-	1	-
Total	-	4	1

A manchete que marcou o início da cobertura do *Cablegate* foi: “Fugas do WikiLeaks lançam crise diplomática global”, (*Público*, 29-11-2010, p.1)¹⁰¹. Apresenta uma posição negativa sobre o fenómeno, tendo em conta que o título enquadra o *Cablegate* nas fugas da *WikiLeaks*, e estabelece uma relação de causalidade entre as divulgações e o que designa por uma “crise diplomática global”. Trata-se de um caso

¹⁰¹ Ver Anexo 14, p.155

diferente, por exemplo, da chamada sobre os Diários do Iraque, no mês anterior, que considerámos neutra [“EUA ignoram no Iraque tortura e morte de civis”, (*Público*, 23-20-2010, p.1)]¹⁰²; ou mesmo da manchete seguinte, sobre as Revelações Portugal, com posição neutra, que se focou no conteúdo das Revelações Portugal [“Líder do BCP propôs dar aos EUA informações sobre finanças do Irão”, (*Público*, 13-12-2010, p.1)]¹⁰³. A capa do P2 também foi neutra, referindo-se ao *Cablegate*, mais concretamente a uma reportagem do *Público* sobre a participação do *El País* na divulgação dos telegramas diplomáticos: “Espreitámos para a sala onde o El País trabalhou os telegramas da WikiLeaks” (*P2*, 18-12-2010, p.1)¹⁰⁴. Cumpre no entanto observar que, o artigo que a capa refere [“Na sala do projecto C”], afirma que as fugas da *WikiLeaks* só têm valor graças ao profissionalismo e responsabilidade dos jornalistas que participaram na parceria (*P2*, 18-12-2010, pp. 8-9).

Quanto às 16 chamadas no primeiro caderno, verificámos que quatro delas tiveram destaque e todas expressaram uma posição neutra — uma sobre os Diários do Afeganistão: “A maior fuga de informação da história militar americana chegou através da WikiLeaks e desmonta as contradições do conflito”, (*Público*, 27-07-2010, p.1)¹⁰⁵; duas sobre as Revelações Portugal: “EUA quiseram repatriar presos de Guantánamo por Portugal e Hillary lança ofensiva para atenuar danos” (*Público*, 02-12-2010, p.1)¹⁰⁶ e “Santos Ferreira nega violação do sigilo”, (*Público*, 14-12-2010, p.1)¹⁰⁷; e uma sobre o *Cablegate*: “Estivemos na sala do El País onde se tratam em segredo documentos da WikiLeaks”, (*Público*, 18-12-2010, p.1)¹⁰⁸, esta última remete para uma notícia no primeiro caderno e para uma reportagem no *P2*.

As restantes 12 chamadas foram maioritariamente neutras, ainda que seja possível detectar uma posição negativa e uma positiva (ambas sobre os Diários do Afeganistão). A negativa — “*WikiLeaks* falha o *big bang* mediático” —, é uma chamada para um artigo no *P2*, (*Público*, 31-07-2010, p.1)¹⁰⁹; a positiva — “Rui

¹⁰² Ver Anexo 15, p.156

¹⁰³ Ver Anexo 16, p.157

¹⁰⁴ Ver Anexo 17, p.158

¹⁰⁵ Ver Anexo 18, p.159

¹⁰⁶ Ver Anexo 19, p.160

¹⁰⁷ Ver Anexo 20, p.161

¹⁰⁸ Ver Anexo 21, p.162

¹⁰⁹ Ver Anexo 22, p.163

Tavares diz que as revelações do WikiLeaks não são triviais. São históricas” (*Público*, 02-08-2010, p.1)¹¹⁰ —, é uma chamada para a opinião de um colunista.

No *Expresso* encontramos referências ao fenómeno em cinco capas (quatro do primeiro caderno e uma da *Única*), nas quais identificámos dois dos sete temas principais: Julian Assange e as Revelações Portugal. Esta constatação leva-nos a concluir que o semanário só deu espaço de capa às revelações sobre Portugal e a Julian Assange, dois dos temas a que o *Público* também deu destaque, ainda que, neste caso, não houve lugar a manchetes. Julian Assange foi quatro vezes tema de capa (3 chamadas no primeiro caderno [uma com destaque] e 1 capa da *Única*), enquanto as Revelações Portugal apenas mereceram uma chamada de capa no primeiro caderno. As posições sobre a *WikiLeaks* identificadas foram maioritariamente neutras (80%), e uma negativa (20%) — uma tendência semelhante à dos artigos do *Expresso*.

Sobre Julian Assange, a capa da *Única* apresenta uma posição neutra, destacando-o como a figura central do fenómeno, mas questionando o seu carácter: “Julian Assange: herói ou vilão?”, (*Única*, 11-12-2010, p.1)¹¹¹. No primeiro caderno, a chamada com destaque é também sobre Julian Assange. Apresentou uma posição negativa, ao definir o editor-chefe da *WikiLeaks* como “o Inimigo Público do séc. XXI”, (*Expresso*, 11-12-2010, p.1)¹¹². As outras duas referências sobre o mesmo tema, ambas de posição neutra, ocorrem nas chamadas com o título: “Teixeira dos Santos Figura do Ano”, (*Expresso*, 18-12-2010a, p.1)¹¹³. Nelas o jornal antecipa as suas escolhas de figuras do ano (sendo Assange a figura internacional), e promete revelar as razões dessas escolhas na próxima edição. Essa surge na semana seguinte, com a chamada “Figuras & Acontecimentos 2010” (*Expresso*, 23-12-2010, p.1)¹¹⁴, em que Assange é uma das referências. Já a chamada com o tema Revelações Portugal, refere-se à investigação do *Expresso*, baseada nos documentos divulgados pela *WikiLeaks*, sobre a passagem de voos ilegais da CIA por Portugal para transporte de prisioneiros [“Autorização pedida a Portugal pelos EUA era para voos ilegais”, (*Expresso*, 18-12-2010b, p.1)]¹¹⁵.

¹¹⁰ Ver Anexo 23, p.164

¹¹¹ Ver Anexo 24, p.165

¹¹² Ver Anexo 25, p.166

¹¹³ Ver Anexo 26, p.167

¹¹⁴ Ver Anexo 27, p.168

¹¹⁵ Ver Anexo 26, p.167

O *Público* deu espaço de capa a todas as revelações da *WikiLeaks* após o *Collateral Murder*. As manchetes corresponderam ao *Cablegate* e às Revelações Portugal. O *Expresso* deu maior destaque ao editor-chefe da *WikiLeaks*. Considerando-o Figura Internacional do Ano. Mas mesmo assim, não escapou à simplificação, ao rotular Assange como o “Inimigo Público do século XXI”, ou em resumir um dos protagonistas de um dos casos mais complexos do século XXI à simples questão: “Julian Assange herói ou vilão?”.

Neste capítulo, já foi possível encontrar, através de um quadro geral, claras evidências de defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras. No capítulo seguinte, escrutinaremos alguns artigos, de forma a aprofundar os dados até aqui apresentados.

VII. Defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras na cobertura do *Público* e do *Expresso* sobre a *WikiLeaks* em 2010

Encontrámos vários indícios de defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras na cobertura do *Público* e o *Expresso*. Apesar do predomínio das posições neutras sobre o fenómeno *WikiLeaks* nos dois jornais, a selecção de factos e o enquadramento das questões não abonou em favor da *WikiLeaks*. É possível afirmar que o grupo não foi considerado pelo *Público* nem pelo *Expresso* uma organização jornalística. Foi, em vez disso, considerado uma organização activista. As motivações e objectivos da organização foram questionados, desde a divulgação dos Diários do Afeganistão até ao final do ano. A detenção de Assange, por sua vez, foi reprovada pelos dois jornais portugueses, se baseada nas divulgações das fugas de informação.

As divulgações das fugas de informação foram consideradas relevantes porque foram interpretadas como um ataque aos EUA e uma actividade irresponsável, que só encontrou legitimidade graças aos parceiros jornalistas.

A cobertura alterou-se durante o *Cablegate*. Após os primeiros dias, a cobertura noticiosa passou a focar-se nas informações contidas nas divulgações. As considerações sobre as motivações da *WikiLeaks* passaram a dominar os artigos de opinião. Já as Revelações Portugal foram um exemplo de uma cobertura interessada principalmente no conteúdo. O contraste entre os artigos sobre as revelações que envolveram Portugal, os artigos sobre os Diários do Afeganistão e Iraque, e as primeiras divulgações do *Cablegate*, foi notório.

A hesitação face ao fenómeno encontra-se nos artigos dos dois jornais de forma geral. O papel do jornalismo é sublinhado e constantemente mencionado, ao passo que a *WikiLeaks* não é considerada jornalismo, sendo por vezes responsabilizada pelos aspectos negativos das divulgações. Por exemplo, quando o *Expresso* declarou Assange a Figura Internacional do ano, isso não significou uma aprovação das suas acções, mas sim um reconhecimento da sua influência nos acontecimentos de 2010. Enquanto isso, o artigo não deixou de assinalar o papel dos “grandes” parceiros da *WikiLeaks* ou o facto de não haver nada de “supersecreto” nas divulgações das fugas. Foram dados alguns exemplos das revelações, omitindo, por exemplo, a ordem do departamento de Estado norte-americano para espiar membros da ONU (*Expresso*, 23-12-2010, p.17):

“Essa divulgação foi feita com a colaboração com cinco grandes órgãos de comunicação mundiais — “New York Times”, “The Guardian”, “Le Monde”, “Der Spiegel” e “El País” —, que trataram a informação recebida segundo critérios jornalísticos. Os grandes meios de comunicação acusados de terem sido pouco críticos quanto aos fundamentos da invasão do Iraque ou pouco atentos aos comportamentos da banca que levaram à crise financeira global, tiveram, como o WikiLeaks, a sua desforra. Noticiam, seleccionam e destacam acontecimentos embaraçosos para os governos nas suas edições em papel. E, em paralelo, põem os documentos originais à disposição dos internautas. Que revelam estes documentos? Nada de supersecreto, entre pormenores picarescos dos devaneios de Berlusconi ou dos ataques de raiva de Sarkozy. Mas confirmam que os governos de uma série de países islâmicos instaram em privado os Estados Unidos a bombardear o Irão. Que os voos da CIA com prisioneiros de Guantánamo não podiam ser do desconhecimento dos governos europeus. Que há corrupção e narcotráfico em Moçambique. O que põem em causa é a impermeabilidade das mensagens das embaixadas, sobretudo quando circulam em território dos EUA entre diferentes agências, sugerindo, que no médio prazo, nada pode ser feito em segredo que não venha a acabar na praça público (...) A publicação decide-se com base em critérios ‘éticos, políticos e históricos’, para que o sítio seja ‘uma forma universal de revelar injustiças abafadas e censuradas’. Contudo, parecem acentuar-se divergências dentro do *Wikileaks* e alguns ex-colaboradores de Assange já se demarcaram, uns persistindo na divulgação de informações secretas, outros criando novos sítios (...) As críticas vão da mera ausência de edição e análise crítica dos documentos, à colaboração com o terrorismo, ameaça à segurança de agentes no terreno ou soldados ou sabotagem da diplomacia. Assange tem negado que o *WikiLeaks* ponha vidas em risco e garante omitir nos documentos revelados dados que possam identificar pessoas ou pô-las em perigo (*Ibidem*).”

7.1. *Collateral Murder*: Uma revelação com pouco destaque

O *Collateral Murder* foi o primeiro assunto do fenómeno a surgir nos dois jornais portugueses. Perante o possível encobrimento de um crime de guerra, ambos dedicaram um parágrafo ao assunto. O acontecimento, ou o conteúdo do vídeo, não suscitaram maior escrutínio ou debate.

A peça do *Público* “Vídeo mostra raide aéreo dos EUA contra civis”, informa que o acontecimento tinha sido declarado pelo exército norte-americano como um ataque a uma “força hostil”. Mas “agora” o *site WikiLeaks* divulgou o vídeo captado pelo helicóptero “onde a máquina de um fotógrafo é confundida com um lança-granadas” e o resultado foram doze mortos entre os quais dois trabalhadores da *Reuters*, e duas crianças feridas (*Público*, 07-04-2010, p.13).

No *Expresso*, a peça “Vídeo de 2007 revela matança de inocentes”, diz-nos que o exército dos EUA vai analisar o “vídeo publicado na Internet” que mostra a matança de dezenas de pessoas. A tripulação confundiu a câmara do repórter com armas e decidiu abrir fogo. Depois do ataque “podem ainda escutar-se as gargalhadas” dos militares. A peça termina informando que o Pentágono anunciou que poderá retomar a

investigação sobre o “acidente”. Apesar de abrir com a palavra “matança”, que nunca atribui directamente ao exército dos EUA, utiliza também as palavras “investigação” e “analisar”. Para além disso o semanário não menciona a *WikiLeaks*, a organização que verificou e revelou o vídeo (*Expresso*, 10-04-2010, p.32).

O vídeo “*Collateral Murder*”, divulgado a 5 de abril de 2010, contém o *background* do incidente. Por exemplo, informa que, depois do sucedido, a *Reuters* pediu explicações e o acesso aos registos das forças militares dos EUA, mas sem sucesso. Cita declarações de representantes militares prestadas ao *New York Times* e ao *Washington Post*. Assim como reconhece a dificuldade das tropas em identificar os objectos na posse das vítimas¹¹⁶.

Esta informação é mencionada para contextualizar algumas peças posteriores do *Público* relembrando o detalhe da “confusão” entre a máquina fotográfica e o lança-rockets que originou o incidente (*Público*, 19-06-2010, p.21). Os nomes e idades dos dois trabalhadores da *Reuters* são mencionados, o que já era mencionado como *background* no vídeo (*Público*, 08-07-2010, p.14). Noutro texto informa-se que militares americanos mataram doze pessoas, (*Público*, 27-07-2010, p.3).

A normalização e minimização latente na cobertura do *Collateral Murder* são reconhecidas na primeira peça de opinião sobre o fenómeno no *Público*: “A angústia dos média antes do penalty”. A peça de José Vitor Malheiros relaciona o surgimento da *WikiLeaks* com o declínio económico dos *media*. Menciona uma fuga de documentos do exército norte-americano, publicada pela *WikiLeaks* em 2007, em que a organização esperava atrair o escrutínio dos *media* e que, para sua frustração, não aconteceu. Segundo o autor, a indiferença “está a tornar-se cada vez mais o comportamento-padrão dos *media* — mesmo nos países onde o jornalismo de investigação tem pergaminhos históricos”, e isso deve-se em grande parte à fragilidade económica que atravessam. As dificuldades económicas deixaram o “Jornalismo à mercê do poder”, “mais constrangido pelas autoridades” e “acrítico”. Não obstante, o autor não define a *WikiLeaks* como jornalismo, mas como “o *site* *WikiLeaks* onde é possível divulgar anonimamente documentos classificados para denunciar comportamentos criminosos e

¹¹⁶ WikiLeaks (2010) Collateral Murder. *WikiLeaks*. [Internet] Disponível em <<https://collateralmurder.wikileaks.org/>> [Consult. 6 de junho 2019].

abusos de Estados ou organizações”. Julian Assange, por sua vez, é descrito como um “*hacker*” australiano (*Público*, 06-07-2010, p.37).

Depois desta revelação que, como podemos ver, não alcançou destaque nos dois jornais portugueses, a *WikiLeaks* entrou numa parceria com organizações jornalísticas *mainstream*. A cobertura altera-se. No entanto, desde o início, existe uma clara separação entre o papel dos *media mainstream* e o papel da *WikiLeaks*. Esta começa por ser apresentada como uma parte interessada, uma fonte que visou manipular a opinião pública com as revelações, utilizando os *media* para realizar os seus objectivos, e tomar o papel central dos acontecimentos. Os seus parceiros dos *media* são apresentados como meros transmissores da informação.

7.2. Diários do Afeganistão: Propaganda contra a guerra sem novidade

Nos Diários do Afeganistão, a notícia foi a divulgação dos documentos e os conteúdos foram menosprezados. A atenção voltou-se para a dimensão das fugas e as motivações por detrás das revelações. Na peça “Uma ‘bomba’ de 91.731 documentos contra a guerra no Afeganistão”, as revelações são enquadradas como um ataque contra a guerra e os Estados Unidos:

“É a maior fuga de informação militar nos Estados Unidos. Não trazem grande novidade. Não são relatórios ‘*top secret*’. São uma massa de informação de rotina que traça um quadro devastador da guerra e aponta as contradições dos EUA, visando produzir um impacto imediato nas opiniões públicas ocidentais.” (*Público*, 27-07-2010, p.2).

O conteúdo das revelações fica para segundo plano.

O primeiro editorial do *Público* sobre o fenómeno concorda com a notícia. Em “O segredo de uma fuga de informação”, a forma como os documentos foram divulgados é considerada “a maior novidade”. O papel fundamental dos *media* convencionais não deixa de ser mencionado:

“A operação conduzida por Julian Assange, o fundador do *site WikiLeaks*, veio confirmar como os segredos passaram a ser mais difíceis de guardar na era digital. Nesta gigantesca fuga de informação, a maior revelação é a dimensão da própria fuga. São as inúmeras fontes que se dispuseram a passar informação, sabendo que ela atingiria todo o planeta através da Internet e dos *media* convencionais” (*Público*, 27-07-2010, p.30).

No dia seguinte, no *Público*, somos informados que depois da “avalancha” dos documentos, “a única ‘revelação’ do dia anterior foi um relatório” que dava conta da presença de Bin Laden no Paquistão, em 2006. Esclarece-se também que, no mês

anterior à publicação dos Diários do Afeganistão, o director da CIA disse não haver informações sobre a localização do líder da Al-Qaeda desde o início da década. A notícia desta “única ‘revelação’” tem o seguinte título: “Acusações ao Paquistão enfraquecem a posição de Obama perante o Congresso” (*Público*, 28-07-2010a, p.14).

Na mesma página, o *Público* dedica também espaço às revelações em “O lado menos visível da guerra no Afeganistão”. A entrada da peça encara a fuga de informação de forma diferente da notícia anterior: “Documentação do *WikiLeaks* revela fracassos e desafios das forças internacionais” (*Público*, 28-07-2010b, p.14). A peça prossegue desvendando algumas das revelações. Veja-se, por exemplo, a preocupação em mencionar duas revelações sobre operações de assassinato. Quase como se a peça fosse escrita por um departamento de comunicação estratégica de uma organização militar, com o objectivo de minimizar danos que possam advir da opinião pública, devido à publicitação das suas operações, afirma-se:

“Pelo menos 144 incidentes com vítimas civis. (...) A duvidosa eficácia da guerra secreta (...) Task Force 373, uma unidade norte-americana de forças especiais incumbida de capturar ou matar líderes taliban e da Al-Qaeda. A sua existência já era conhecida, mas a documentação divulgada abona pouco a favor da sua eficácia. (...) A documentação revelada pelo *WikiLeaks* indica também que a eficácia dos voos não tripulados — uma solução que tem vindo a tornar-se mais frequente — será bem menor do que o defendido pela versão oficial.” (*Ibidem*).

A notícia do *Expresso* com o título “Podres da guerra revelados na net”, informa que “Mais de 75 mil documentos secretos chegaram à Internet. Não chocam mas desmoralizam”. Assinala a dimensão da fuga (“Os Estados Unidos da América assistiram a uma das maiores fugas de informação militares da sua história”) e a sua pouca novidade (não “trouxe dados inesperados (...) Apenas deu razão ao pessimismo já generalizado, e talvez seja esse o seu aspecto mais relevante.”). As revelações “mais notáveis dizem respeito à morte de centenas de civis em acções das tropas internacionais, até agora ocultadas,” e à duplicidade do Paquistão. Para além disso, informa que a *WikiLeaks* entregou os documentos ao *New York Times*, *Guardian* e *Der Spiegel*, “que deram a notícia com omissões destinadas a proteger os soldados internacionais de vinganças” (*Expresso*, 31-07-2010, p.29).

A análise “*WikiLeaks* falha o *big bang* mediático” apresenta as divulgações como um fiasco, considerando a conduta da *WikiLeaks* irresponsável, numa clara defesa do paradigma e manutenção de fronteiras do jornalismo:

“A guerra não precisa das ‘revelações’ do WikiLeaks para ser o pesadelo da NATO e de Obama. Se o *site* pôs em risco a vida de informadores afegãos, diz o seu fundador, a culpa é da Casa Branca, que não respondeu ao seu pedido de ajuda. A ‘maior fuga de informação da história militar’ está a redundar em fiasco. Ao fim de dois dias saiu as primeiras páginas. (...) demonstra que a Internet pode mudar as regras do jogo da guerra, agravando a vulnerabilidade do ‘segredo militar’. Foi um sucesso de propaganda para Julian Assange, fundador do *WikiLeaks*. Era o esboço de uma revolução nos *media*, em que um *site* participativo ditava a sua lei de ‘transparência’ a três jornais históricos. Mas, ao terceiro dia, o tema desapareceu das primeiras páginas. Terá sido um flop?” (P2, 31-07-2010, pp.4-5).

A primeira peça de opinião do *Expresso* — “O Afeganistão depois da WikiLeaks” — do colunista Miguel Monjardino, reforça as peças do *Público*. Pode ver-se, através de um resumo, como apresentam pontos semelhantes: “Por um lado, não revelam nada de novo do ponto de vista estratégico”. É, afirma, informação que para quem tomou atenção à cobertura jornalística do conflito nos últimos anos não é surpreendente. As revelações terão “consequências estratégicas importantes na Europa”, porque “reforçam as dúvidas dos governos e eleitorados” em relação ao conflito. Para o autor, as revelações foram “legendas” que chocaram muita gente, com “violência”, “caos”, “erros” e a “destruição” que “sempre caracterizaram a guerra” (*Expresso*, 31-07-2010, p.25).

A segunda peça de opinião do *Expresso*, “Uma Guerra Imaginária” do colunista Rui Ramos, também normaliza e minimiza as fugas sobre os Diários do Afeganistão, apresentando a guerra do Afeganistão como uma guerra perdida. Estabelecendo comparações com a II Guerra Mundial e a Guerra do Vietname, Ramos observa que nem o Afeganistão é a Alemanha nazi, nem os talibãs os Vietcong, “nem os arquivos revelaram as cabalas e atrocidades que convinham à autoabjecção ocidental (92000 documentos serviram à WikiLeaks para demonstrar que no Afeganistão... há uma guerra)” (*Expresso*, 07-08-2010, p.37).

7.2.1. As divulgações colocam as operações e os operacionais em risco

A reacção dos visados – EUA - surge em harmonia com a narrativa já exposta pelo *Público* e pelo *Expresso*: não se publicou nada que já não se soubesse. Noticiado o acontecimento, e minimizadas as revelações, surgem as reacções da Administração norte-americana, que carimbam na organização o aviso de perigo: as publicações das fugas colocam em risco as operações e os operacionais no terreno. Esta posição está

patente, por exemplo, no excerto da peça “Democratas estão mais divididos mas aprovam fundos para a Guerra no Afeganistão”:

“(...) o Presidente norte-americano admitiu que a fuga ‘pode pôr em perigo indivíduos e operações’, mas garantiu que os quase 92 mil documentos ‘não revelam nada que não constasse já do debate público’. O mesmo foi dito pelo general James Mattis, nomeado para a chefia do Comando Central: ‘Não vi qualquer grande revelação’ ” (*Público*, 29-07-2010, p.17).

O risco associado à publicação das fugas de informação é retomado na peça “Pentágono teme represálias contra informadores”. Aí se informa que essa organização militar está a analisar os documentos publicados, para verificar se há informadores da Coligação, ou membros do Governo afegão, em risco. Junta-se a reacção do Presidente do Afeganistão, que considerou a divulgação “dos nomes dos afegãos que cooperam com a NATO (...) ’extremamente irresponsável e chocante’ ” (*Público*, 30-07-2010, p. 17).

Junto às alegações de irresponsabilidade e perigo, surgem as respostas dos responsáveis pelas divulgações que se demarcam de qualquer acusação. Por um lado, os jornais:

“Tanto aquele jornal [New York Times] como o britânico The Guardian e a revista alemã Der Spiegel, que também divulgaram os documentos, afirmaram ter tido o cuidado de omitir tudo o que servisse para identificar pessoas em risco” (*Ibidem*).

Por outro lado, a resposta da *WikiLeaks*: “O fundador do *WikiLeaks*, Julian Assange, afirmou que a organização não chegou a colocar em linha 15.000 dos quase 92.000 documentos que tinha no seu arquivo; e que o fez precisamente para ‘minimizar os danos’”. E em remate: “Mas mesmo assim, o material vindo a público refere as aldeias e em alguns casos os nomes dos pais dos possíveis informadores” (*Ibidem*).

A narrativa do perigo que as fugas representam para os visados intensificou-se com declarações do Pentágono; do chefe do Estado-Maior Interarmas dos EUA; e dos talibãs. Com a detenção do então alegado *whistleblower* responsável pela fuga de informação, o discurso evoluiu para as investigações e possíveis acusações-crime aos envolvidos em “Al-Qaeda planeou ataque ao estilo do 11 de setembro em Cabul”:

“(...) o Pentágono avisou que não deixará cair o caso no esquecimento e revelou ter já chamado o FBI a colaborar nas investigações. Os responsáveis ‘podem já ter nas mãos o sangue de um jovem soldado ou de uma família afegã’, disse o chefe do Estado-Maior Interarmas, Mike Mullen. Ontem, um porta-voz *taliban* ameaçou decapitar os informadores da NATO que o grupo

consiga identificar através dos documentos publicados no Wikileaks” (*Público*, 31-07-2010, p.16).

No seguimento do perigo que as fugas de informação podiam representar para os envolvidos, surge a peça “WikiLeaks mantém que vai publicar mais documentos” onde somos informados que

“O fundador do *site WikiLeaks*, Julian Assange, anunciou que dentro de semanas serão publicados mais 15.000 documentos militares confidenciais sobre a guerra do Afeganistão, a juntar aos entregues no mês passado a três jornais. Assange mantém a promessa de divulgar os documentos mesmo após um apelo do Pentágono, que diz que uma nova publicação de arquivos secretos seria ainda mais prejudicial do que a anterior. E apesar também das críticas da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), que veio acusar o fundador do WikiLeaks de ‘irresponsabilidade incrível’ por ter publicado documentos sobre a guerra do Afeganistão ‘indiscriminadamente’, uma publicação que pôs em risco a segurança de pessoas que colaboraram com as forças dos EUA e da NATO. ‘Revelar a identidade de centenas de pessoas que colaboraram com a coligação no Afeganistão é muito perigoso’, disseram os RSF numa carta aberta. ‘Não será difícil para os taliban ou outros grupos armados usar estes documentos para elaborar uma lista de pessoas a atingir em ataques de vingança mortíferos’” (*Público*, 15-08-2010, p.13).

Às declarações dos Repórteres Sem Fronteiras, segue-se a resposta de Assange:

“(…) o fundador do WikiLeaks garantiu que o seu *site*, especializado em fugas de informações, procederá com prudência, examinando ‘linha por linha’ os documentos. ‘Todos os documentos serão publicados, mas de modo a proteger os nomes de partes inocentes que possam enfrentar uma ameaça significativa, explicou Assange. Mas acrescentou que o WikiLeaks ‘não será ameaçado nem pelo Pentágono, nem por qualquer outro grupo’” (*Ibidem*).

A narrativa do perigo e da irresponsabilidade, atribuídos à *WikiLeaks*, faz a ponte entre os Diários do Afeganistão e os Diários do Iraque. O conteúdo das revelações ficou relegado para último plano.

“(…) desenham um panorama sombrio da guerra no Afeganistão (...) os serviços secretos do Paquistão, oficialmente aliado de Washington, reuniram-se com os taliban, e algumas mortes de civis em operações das forças ocidentais foram encobertas” (*Ibidem*).

7.3. Diários do Iraque: *WikiLeaks* atinge os EUA

O *Público* focou-se mais no conteúdo dos Diários do Iraque, ao contrário do que fizera nas divulgações do Afeganistão. Mas note-se o título da primeira notícia: “WikiLeaks atinge os EUA com ‘impacto máximo’”. A divulgação é representada como um “ataque” da *WikiLeaks* contra os EUA. Se, por exemplo, o *Guardian* recebesse fugas informação semelhantes de um *whistleblower* e as publicasse, dificilmente o título da notícia seria: “*Guardian* atinge EUA” (*Público*, 23-10-2010a, p.14). Cinco dias depois, encontramos o mesmo género de título, na notícia da divulgação de mais um

vídeo captado por um helicóptero no Iraque: “WikiLeaks divulga imagens de disparos ilegais” (*Público*, 28-10-2010, p.19). A *WikiLeaks* não é tratada como uma organização que veicula informação, mas sim como uma parte interessada.

O primeiro editorial sobre os Diários do Iraque — “Os riscos e a virtude do WikiLeaks” — nota os riscos que a divulgação de segredos militares pode representar para a segurança ocidental, mas afirma que é pior ocultar ou não prestar atenção a crimes graves, aprovando comedidamente as acções da *WikiLeaks*:

“O *WikiLeaks* pode ameaçar a segurança dos EUA, mas tem o mérito de denunciar a mentira e a impunidade (...) haver quem os [segredos] divulgue em massa é um assunto de extrema gravidade para os Governos e as administrações militares. Mas muito pior que esse risco é aceitar que crimes graves, cometidos ou tolerados pelo Exército de uma democracia, sejam ocultados sem que ninguém se tivesse preocupado em os julgar e, eventualmente, punir” (*Público*, 24-10-2010, p.34).

O segundo editorial — “A sentença de Aziz ou vingança inútil” — aponta para o anúncio que “surgiu em má altura para a Casa Branca”, dias depois das revelações “comprometedoras pelo *WikiLeaks*”, de que o Governo iraquiano condenou à morte um ex-vice-primeiro-ministro, e que isso prova que o novo “regime também gosta da morte, como o anterior”. É notória a diferença na forma de tratamento do Governo dos EUA, e o tratamento do Governo do Iraque, tendo em conta o contexto dos Diários do Iraque (*Público*, 28-10-2010, p.38).

No *Expresso* as peças sobre os Diários do Iraque são curtas. A primeira peça surge com o título “Revelações explosivas”:

“A organização *WikiLeaks* divulgou centenas de milhares de documentos escritos por militares norte-americanos relatando casos de abusos, tortura e morte cometidos pelas forças aliadas no Iraque. No centro da polémica esteve Julian Assange, o polémico líder da *WikiLeaks*” (*Expresso*, 30-10-2010, p.10).

Nas páginas seguintes, o *Expresso* dedica-lhe um espaço também curto, em forma de boletim, com o título: “Abusos na guerra do Iraque”. Não apresenta a narrativa da *WikiLeaks* contra os EUA, refere que as divulgações “mostram crimes cometidos pelas tropas lideradas pelos EUA”. E prossegue com as revelações de forma sumária (*Expresso*, 30-10-2010, p.33).

A cobertura dos Diários do Iraque é menos negativa para com a *WikiLeaks*, do que a cobertura da divulgação anterior, embora também tenha sido mais curta em ambos

os jornais. E no *Público*, o papel da *WikiLeaks* continuou a ser representado como ativismo contra os EUA, algo que vai continuar nos meses seguintes.

7.4. *Cablegate*: A crise diplomática global e as fugas assimétricas

O *Cablegate* foi antecipado no *Público* como uma divulgação negativa, mantendo a narrativa de ataque aos EUA, e notando os efeitos negativos que podia causar ao mundo ocidental: “Wikileaks prestes a revelar comunicações diplomáticas que podem embaraçar Obama”. A administração Obama, como surge na legenda da imagem que acompanha a peça, “está já a tentar minimizar danos”. Numa divulgação, em que estão envolvidas cinco organizações jornalísticas de cinco países diferentes, as “relações de Washington” com vários países “podem ser afectadas após a publicação em breve de nova leva de documentos secretos pelo *site Wikileaks*”. A peça desenvolve-se numa espécie de comunicado de embaixada, que visa minimizar danos:

“Serão comunicações com instruções oficiais, relatórios e comunicações do Departamento de Estado para embaixadas, consulados e missões dos EUA em países estrangeiros, bem com comunicações em sentido inverso enviadas para Washington. Podem conter comentários sobre figuras políticas dos países estrangeiros onde estão instaladas as representações diplomáticas americanas, ou sobre negociações em curso — coisas que não se dizem em on, mas que têm de se dizer quando se fala livremente para avaliar uma determinada situação, decidir políticas. E que podem ser extremamente embaraçosas, para dizer o mínimo, se vierem a ser tornadas públicas” (*Público*, 27-11-2010, p.20).

Na primeira peça desta edição com o título “WikiLeaks põe à prova relação dos EUA com os seus aliados”, encontramos as referências aos parceiros da WikiLeaks: “As revelações, adiantadas pelo *New York Times* (...) O *Guardian* refere”. A *WikiLeaks* surge como protagonista da notícia: “um lote de 250 mil entregues pelo *site Wikileaks* a um conjunto de jornais”. Nas divulgações, que o *Público* lembra incidirem “principalmente sobre o período final da Presidência de George W. Bush e o inicial de Barack Obama, surge uma revelação dos telegramas referente ao período da administração Obama, sobre a ordem de espionagem dada pelo Governo dos EUA aos seus diplomatas (“EUA pediram aos seus diplomatas, para intensificarem a recolha de informações”), e sobre os alvos da ordem:

“(...) os EUA pediram aos seus diplomatas para intensificarem a recolha de informações sobre dirigentes estrangeiros. O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e os representantes dos outros membros permanentes no Conselho de Segurança — França, Reino Unido, China e Rússia — foram também vigiados mais de perto (...) Despachos assinados pela secretária de Estado, Hillary Clinton, dão conta do tipo de elementos que devem ser recolhidos, os quais vão de dados pessoais sobre líderes estrangeiros às

opiniões que têm sobre os Estados Unidos, referem os jornais” (*Público*, 29-11-2010, pp.2-3).

O primeiro editorial do *Público* sobre o *Cablegate* “Fugas assimétricas”, declara que provavelmente a diplomacia nunca mais será a mesma, e enumera as três grandes revelações de fugas. Mas, fundamentalmente, a peça questiona a parcialidade da *WikiLeaks*, lança suspeitas sobre Julian Assange e defende a administração Obama, partindo do princípio que as fugas de informação são fáceis:

“Não é, sem dúvida, em nome das razões de Estado que o mundo deve ser privado da informação de que os EUA espiaram a cúpula da ONU, por exemplo (...) a assimetria por trás destas fugas não pode ser ignorada. Ficámos a conhecer os segredos dos EUA, mas será a *WikiLeaks* capaz de nos revelar os segredos do Irão, da China ou de qualquer outro país? A fuga assimétrica penaliza ainda mais uma administração americana que tem procurado substituir o confronto pela negociação (...) Estará Julian Assange interessado em furar os segredos diplomáticos de Teerão, Pequim ou Berlim, ou será Washington o único alvo do australiano? Neste caso, a transparência está a ser filtrada por uma intenção” (*Público*, 29-11-2010, p.38).

O *Público* ainda apresentou a *WikiLeaks* como uma força “contra o mundo”, em que os visados são “alvos” como se pode ver no título: “Vaticano, Israel e Coreia do Norte alvo da organização”. Se bem que a entrada apresente uma construção menos bélica (“Próximo megaleak revelará ‘violações flagrantes’ de banco norte-americano”), no *lead* podemos ver como a *WikiLeaks* é enquadrada:

“O Pentágono foi apenas o tiro de partida do *WikiLeaks*. Os próximos alvos estão definidos e, no início de 2011, um grande banco norte-americano vai ser a primeira de uma série de empresas privadas que poderão ver-se embaraçadas com a revelação de ‘violações flagrantes’ e ‘práticas antiéticas’ em ‘dezenas e centenas de milhares de documentos’” (*Público*, 01-12-2010, p.14).

No caso do *Público* torna-se evidente, através de um editorial sobre as Revelações Portugal, que existe ainda hostilidade em relação à *WikiLeaks*. Em “O conta-gotas do vingador do momento”, é novamente dito que a organização não “trouxe novidade”. Segundo a peça, as divulgações trouxeram “Só o peso da ‘prova escrita’ (...) Ou seja, o que dantes só se sabia passados 30 ou 50 anos, surge agora a público na exacta época em que devia ser secreto.” Pode, por isso, “baralhar o curso dos acontecimentos” e semear

“(…) o descrédito nas diplomacias, retirando-lhes o véu protector do secretismo, até aqui arma valiosa no equilíbrio entre nações. Ironia da história, o terror do momento passa pela adaptação da lógica da ‘informação aberta’, irreversível com a Internet e as redes sociais, à informação necessariamente reservada dos Estados (...) a *WikiLeaks* serve a sua vingança a conta-gotas, sem que daí se veja um contributo que beneficie o mundo” (*Público*, 02-12-2010, p.30).

No *Expresso* a peça “O 11 de setembro da diplomacia”, informa que as “revelações oscilam entre o caricato e o chocante”. O título é uma referência à reacção do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano que abre o texto. A peça afirma que a fuga agitou o mundo, e depois narra várias reacções. Informa que a *WikiLeaks* deu os telegramas com antecedência aos parceiros, mas menciona que a *WikiLeaks* assegurou que foram omitidos dados que colocassem vidas em risco. Acrescenta ainda que nenhum documento é *top secret* mas que isso não lhe retira o carácter confidencial e secreto. Depois de mencionar algumas reacções, considera como a revelação “Mais chocante” a ordem de espionagem ao secretário-geral da ONU. Informa que a “Casa Branca quer prender Assange por espionagem”, e que a Suécia o quer fazer por violação. A peça encerra dizendo que o *site* da organização foi encerrado por uma empresa norte-americana responsável por endereços de *websites* e indica o novo endereço utilizado pela organização (*Expresso*, 04-12-2010, p.32).

7.5. A fragmentação da cobertura do fenómeno *WikiLeaks*

Apesar de os jornais apresentarem a *WikiLeaks* como uma parte interessada, começam a surgir peças focadas na informação das revelações a partir do dia 29 de novembro. Veja-se, por exemplo, a peça “ONU lembra o seu estatuto de inviolável”, em que se afirma:

“A ONU não comenta o conteúdo dos telegramas divulgados pela Wikileaks por não poder confirmar a sua autenticidade, mas quis recordar que, enquanto organismo internacional, deve ser ‘inviolável’ e beneficia de ‘privilégios e imunidades’ que proíbem a espionagem e devem ser respeitados por todos os membros” (*Público*, 30-11-2010a, p.5).

Na mesma linha, ainda no *Público*, surgem várias outras notícias focadas nas revelações, como por exemplo [“China usada na rota Coreia do Norte-Irão” (*Público*, 30-11-2010b, p.5); “Rússia é um ‘Estado mafioso’ no regime de Vladimir Putin” (*Público*, 03-12-2010, p.12); “Americanos e afegãos criticam actuação britânica em Helmand” (*Público*, 04-12-2010, p.20); “Chávez e narcotráfico financiam Nicarágua” (*Público*, 08-12-2010a, p.15); “Zapatero ofereceu bases espanholas ao Pentágono” (*Público*, 09-12-2010, p.15); e “Austrália geriu Babiló com a Indonésia” (*Público*, 26-12-2010, p.16)].

No *Expresso*, verifica-se uma situação idêntica. Em “Juizes na mira”, mencionam-se revelações sobre o caso da morte de um operador de câmara no Iraque,

os voos da CIA e as denúncias de tortura em Guantánamo, e aponta-se para conivência entre a embaixada dos EUA e as autoridades políticas e judiciais espanholas (*Expresso*, 04-12-2010a, p.33). Em “‘Notre ami, Sarkozy...’”, faz-se alusão a telegramas sobre o Presidente francês (*Expresso*, 04-12-2010b, p.33). Em “Deus e Erdogan”, apresentam-se revelações sobre o primeiro-ministro e o país (*Expresso*, 04-12-2010c, p.33). “Silêncio Absoluto”, refere telegramas sobre a Presidente argentina, e faz notar o silêncio do Governo argentino perante as revelações dos telegramas (*Expresso*, 04-12-2010d, p.33). Finalmente, em “WikiLeaks: os factos da semana”, apresenta-se um apanhado de revelações relativas a várias nações, deixando patente como os EUA tiram vantagens da disputa entre os líderes europeus pela sua atenção (*Expresso*, 18-12-2010a, p.26).

Todos estes artigos demonstram uma mudança na abordagem do *Cablegate*, nomeadamente no que se refere à cobertura noticiosa. As motivações da *WikiLeaks*, o posicionamento da organização, enquanto entidade adversária e hostil sobre os visados, com o objectivo de atingir os EUA ou a comunidade ocidental, passam a ser maioritariamente matéria dos textos opinião durante o *Cablegate*. Em paralelo, outro dos temas sobre o qual os dois jornais se focaram foram as Revelações Portugal, com considerações sobre estas e sobre a própria organização, expressa em editoriais e colunas de opinião.

7.5.1. A cobertura das Revelações Portugal

As revelações sobre Portugal foram principalmente sobre os Voos da CIA e o Caso BCP. O primeiro caso refere-se à conivência entre o governo português e o governo dos EUA, que permitiu à CIA transportar presos para Guantánamo via Portugal em segredo. A prática levantou questões quanto à sua legalidade e já tinha sido investigada pelo Parlamento Europeu, tendo os telegramas trazido novos factos sobre as conversações entre os dois governos. O segundo refere-se ao presidente do BCP, que propôs fornecer informação bancária, de possíveis clientes iranianos, ao governo dos EUA, em troca de isenção de penalizações ao banco por desrespeitar o embargo norte-americano ao Irão.

7.5.2. Voos da CIA: “verdade toda só se sabe agora”

De entre os vários artigos sobre os voos da CIA, destacam-se os seguintes: um editorial do *Público* “Sócrates e as dúvidas do WikiLeaks” (*Público*, 13-12-2010, p.30);

a resposta do Provedor do Leitor a esse mesmo editorial “Fugas novas, problemas velhos (*Público*, 19-12-2010, p.35); uma reportagem “Repatriamento pedido pelos EUA destinava-se a voos ilegais” (*Expresso*, 18-12-2010, p.25) e um editorial do *Expresso* “Drama dos enganos” (*Expresso*, 18-12-2010, p.42).

Na primeira peça referida, o *Público* questiona as informações sobre os Voos da CIA, reveladas pelo *El País*:

“(…) as novas informações com origem no WikiLeaks ontem tornadas públicas pelo diário El País deixam ainda no ar pontas que devem ser esclarecidas (…) O que fica então por esclarecer é a referência ao facto de essa autorização ser considerada pelos americanos como uma “decisão difícil”, que, aliás, nunca tinha sido “tornada pública”. Difícil? Percebe-se que tenha havido alguma discrição por parte do Governo na gestão desta matéria de alta sensibilidade, mas o teor deste telegrama deixa no ar uma atmosfera de secretismo pouco conciliável com a natureza da decisão” (*Público*, 13-12-2010, p. 30).

Em resposta a este editorial, o Provedor do Leitor do *Público* observa que:

“(…) houve falta de atenção e rigor no editorial do PÚBLICO (…) Este é um tema em que a qualidade jornalística se mede sobretudo pela capacidade de clarificar o que se apresenta como nebuloso ou opaco. Se, como se lia no editorial em causa, as informações com origem na WikiLeaks sobre o envolvimento português no caso dos voos de Guantánamo “deixam ainda no ar pontas que devem ser esclarecidas”, deve salientar-se que cabe à imprensa portuguesa o esforço de procurar esclarecê-las. Cabe-lhe não desistir de buscar a verdade – para que cada leitor possa formar a sua opinião com conhecimento de causa” (*Público*, 19-12-2010, p. 35).

Por seu lado, o *Expresso* aprofunda o tema numa investigação (*Expresso*, 18-12-2010, p.25) que, segundo um editorial desse mesmo semanário, deixa patente que os EUA não contaram a história toda, e que o Governo português nunca quis saber a verdade. Os voos não eram apenas de repatriamento, mas deslocções para prisões (incluindo prisões secretas) nos seus países e, por isso, os EUA só revelaram uma parte da verdade. Segundo este Editorial, “a verdade toda só se sabe agora através do WikiLeaks” (*Expresso*, 18-12-2010, p.42).

7.5.3. Caso BCP e outras revelações: “quererá alguém saber mais sobre isto?”

Sobre o Caso BCP, vale a pena mencionar que o editorial do *Público* “WikiLeaks, à maneira portuguesa”, denuncia o empenho em minimizar as revelações, e a dificuldade em apurar “se ela [história do Caso BCP] é verdadeira”. Num registo que se assemelha ao das cartas dos leitores, afirma que essa história

“(…) não é reveladora de um padrão ético particularmente elevado. Para contornar a pressão americana sobre o Irão e seguir em frente com o negócio, oferecer-se-iam segredos como moeda de troca. Se for verdade, é uma história digna do faroeste. Mas nunca saberemos se ela é efectivamente verdadeira. Os telegramas apanhados na malha do Cablegate, diz a diplomacia americana, são “preliminares e incompletos”. Traduziriam percepções, não necessariamente realidades (...) estava em jogo uma questão de segurança global. Não se sabe que negócio era ou até que ponto avançou. Mas quererá alguém saber mais sobre isto?” (*Público*, 14-12-2010, p.30).

7.6. Pressões sobre a *WikiLeaks*; alegações suecas e a prisão de Assange

As pressões sobre a *WikiLeaks* iniciaram-se após as divulgações dos Diários do Afeganistão, no final de julho. As alegações suecas contra Assange começaram em agosto, mês em que o *Expresso* deu conta de uma medida preventiva para obviar as possíveis retaliações contra a *WikiLeaks* “Partido dos Piratas acolhe infraestrutura do WikiLeaks” (*Expresso*, 21-08-2010, p.32). No dia seguinte, o *Público* noticiou o que seria o começo do caso das acusações suecas a Julian Assange: a “Suécia cancelou em horas mandado de captura por violação contra o criador do WikiLeaks” (*Público*, 22-08-2010, p.13). Seguiram-se vários artigos sobre os acontecimentos, como por exemplo, a peça “Suécia vai pedir detenção do editor do site WikiLeaks” (*Público*, 19-11-2010, p.26); “Visa e Mastercard cancelam pagamentos” (*Público*, 08-12-2010b, p.15); “Assange livre, mas a prazo” (*Expresso*, 18-12-2010, pp.24-25).

Contudo, há casos em que a cobertura das pressões à WikiLeaks, as alegações suecas e as divulgações das fugas se sobrepõem. Podemos encontrar vestígios da defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras nesses casos. Na peça do *Público* “Extradição para a Suécia é o desfecho mais provável” afirma-se que

“O australiano Julian Assange, fundador da WikiLeaks, ficará em detenção provisória até 14 de Dezembro, decidiu ontem o tribunal de Westminster, em Londres. A justiça britânica deverá decidir o pedido de extradição apresentado pela Suécia, sob a acusação de “violação” de duas mulheres, em Agosto. Assange apresentou-se à polícia ontem de manhã, tal como na véspera haviam anunciado os seus advogados. Depois de ter produzido as mais ruidosas manchetes do ano, Assange é desta vez protagonista numa bizarra situação. Qualificado pelo semanário alemão Der Spiegel como ‘o inimigo público número um dos Estados Unidos’, está em risco de ser julgado num ‘caso de costumes’” (*Público*, 08-12-2010, pp.14-15).

O artigo desenvolve-se enquadrando as fugas de informação e reacções e apresentando o fenómeno como um problema para a administração Obama. No final observa:

“Assange escolheu como alvo os EUA, único rival à sua altura. Descreve-os como ‘uma conspiração autoritária’ que é sua missão desmontar. A próxima etapa desta saga deverá desenrolar-se na Suécia, pois a extradição parece inevitável. Derradeira ironia: é possível que no fim do ano a americana Time consagre Assange como ‘personalidade do ano’” (*Ibidem*).

Devido à exacerbação das perseguições à *WikiLeaks*, a possibilidade de haver condenação pelas divulgações começou a tornar-se mais do que uma virtualidade, e isso colocou interrogações não apenas sobre o papel dos jornais da parceria, mas também sobre o papel do jornalismo em geral. Nesse sentido, surgiram peças como “O valor da ‘bisbilhotice’”, em que o director adjunto do *El País* justifica a publicação dos telegramas:

“Tem o mesmo valor saber o que os diplomatas dos EUA pensam de líderes mundiais e que Washington tentou influenciar tribunais espanhóis para não avançarem com casos sobre os voos da CIA? Vicente Jiménez, director adjunto do *El País*, diz que não, mas defende a publicação das duas. ‘Não lhes podemos dar o mesmo valor, mas a um nível diferente, esses comentários têm relevância. Não é uma grande história que um diplomata descreva Vladimir Putin como um macho alfa... Mas diz-nos algo sobre as preocupações americanas’” (*Público*, 05-12-2010, p.18).

Três dias depois, também no *Público*, um curto artigo intitulado “New York Times pode ser investigado”, revela existir a possibilidade de os parceiros da *WikiLeaks* serem acusados de violarem o Acto de Espionagem:

“O senador norte-americano Joe Lieberman, crítico da actuação da *WikiLeaks*, acredita que os jornais que divulgaram as fugas de informação reveladas pelo site de Julian Assange podem ser investigados por incumprimento das leis de espionagem norte-americanas. Entre eles está o *New York Times*, que, para o Presidente do Comité de Segurança, cometeu desde logo um acto de má cidadania ao participar na ‘mais séria violação do Acto de Espionagem’ na história dos Estados Unidos, disse ontem à Fox News. Lieberman sugeriu que o Departamento de Justiça pode mesmo tentar a extradição de Assange do Reino Unido com base neste crime” (*Público*, 08-12-2010c, p.15).

O facto de existir a possibilidade de os jornais parceiros da *WikiLeaks* serem acusados de espionagem, como o *Público* reportou, talvez explique a posição apresentada, dois dias depois, no editorial “*WikiLeaks*, a revolta na rede”. O artigo condena a perseguição movida contra a *WikiLeaks* pelo governo dos Estados Unidos, através de empresas multinacionais, que descreve como um problema de liberdade de expressão e de informação. Contudo mantém o cepticismo face à organização dizendo que esta visa explicitamente os EUA, parecendo ignorar que outros (*New York Times*, *Guardian*, *Le Monde*, *El País*, *Der Spiegel*) também se encontravam a divulgar os segredos norte-americanos. Ou seja, desaprova as perseguições, mas isola a *WikiLeaks* como a única entidade responsável pelas divulgações:

“Já escrevemos neste espaço sobre as dúvidas que levantam os objectivos da WikiLeaks e a forma como esta acção de Julian Assange, que visa explicitamente os Estados Unidos, introduziu um desequilíbrio que favorece as potências secretivas e antidemocráticas. Nada disso, no entanto, justifica a perseguição à WikiLeaks que está a ser desencadeada por Washington junto de várias empresas. Não que a WikiLeaks seja aqui um mensageiro inocente. Mas não é isso que permite a violação da liberdade de expressão e de informação. As pressões sobre Assange e sobre a WikiLeaks são condenáveis e devem ser condenadas” (*Público*, 10-12-2010, p.40).

Um editorial do *Expresso* relaciona a acusação sueca com o acosso à *WikiLeaks*, mas também isola a *WikiLeaks* como responsável pelas divulgações: “O caso WikiLeaks assumiu esta semana provocações inesperadas. As revelações de Assange são muito parciais. Mas os ataques que sofreu em resposta são inaceitáveis”. Segundo o artigo, o fenómeno *WikiLeaks* demonstrou “enormes contradições” do lado dos EUA, e forneceu a outros Estados uma oportunidade de as expor. O texto termina lembrando que, se as liberdades e a lei devem ser respeitadas, já os Estados devem aprender a gerir os seus segredos melhor, não atropelando leis e criando inimigos públicos (*Expresso*, 11-12-2010, p.36).

No editorial “O que se joga na liberdade de Assange”, o *Público* volta a condenar as perseguições à *WikiLeaks*, mantendo, no entanto, a sua desconfiança em relação à organização:

“(…) podemos discutir e duvidar de Assange, mas não podemos admitir que ele seja censurado. Ou que as informações relevantes divulgadas pela WikiLeaks não sejam objecto do devido escrutínio público. Nesse ponto, não podem existir dúvidas. Basta olhar o caso português e os novos dados sobre a questão dos voos de e para Guantánamo para o compreender. Preso ou perseguido, Julian Assange apresentar-se-á como um mártir e fará ainda mais mal aos que se sentem prejudicados por ele” (*Público*, 17-12-2010, p.40).

Em suma, na sua maioria, as notícias separaram a questão das divulgações, a censura à organização, e as acusações suecas contra Assange, e deram prioridade à narração dos factos, tal como passaram a fazer na maioria das revelações do *Cablegate* e *Revelações Portugal*.

Os editoriais, por sua vez, condenaram as perseguições à *WikiLeaks* e Assange, caso se baseassem nas divulgações das fugas. Ambos os jornais, pode dizer-se, partilham com a *WikiLeaks* a defesa dos princípios da liberdade de expressão e de informação. No entanto, ambos estabelecem uma fronteira, excluindo a *WikiLeaks* do campo jornalístico. Como verificámos, tanto o *Público* como o *Expresso* consideraram as divulgações das fugas parciais atribuindo a culpa à *WikiLeaks* e a Assange e ilibando

os parceiros *WikiLeaks* de qualquer responsabilidade. Em nosso entender, esta condenação do acosso à *WikiLeaks*, por parte da imprensa portuguesa, foi uma forma de proteger colegas de profissão e, em termos gerais, o jornalismo.

7.7. A *WikiLeaks* não é jornalismo

Sendo o *Público* um diário e o *Expresso* um semanário, o volume de artigos sobre o fenómeno foi diferente. Mas, como pudémos verificar, ambos se eximem de considerar a *WikiLeaks* como uma entidade jornalística ou Assange como um jornalista. Encontrámos vários exemplos da forma como a organização e o editor-chefe foram apresentados ao longo do ano. Enquanto a *WikiLeaks* foi várias vezes apresentada como um *website* e um grupo de activistas, os seus parceiros são tratados com deferência.

A preocupação em estabelecer uma fronteira entre a *WikiLeaks* e o jornalismo está patente desde as primeiras peças. A *WikiLeaks* é sucessivamente identificada como um *website* [“o *site* Wikileaks.org que divulgou agora o vídeo captado por um helicóptero” (*Público*, 07-04-2010, p.13); no *Expresso*, a *WikiLeaks* não é mencionada, a notícia refere “um vídeo de Julho de 2007 publicado 2.^a feira na Internet”, (*Expresso*, 10-04-2010, p.32)]. Noutras edições do semanário, a organização é referida como “portal *WikiLeaks*” [(*Expresso*, 21-08-2010, p.32), ou “sítio *WikiLeaks*” em (*Expresso*, 30-10-2010, p.33), ou “sítio electrónico especializado na divulgação de documentos secretos”, (*Expresso*, 04-12-2010, p.2)].

Em julho, o *Público*, cita uma entrevista de Assange à BBC, onde este definia o papel da organização:

“Nós tratamos [do anonimato] da fonte, agimos como um intermediário neutro e publicamos o material, enquanto o jornalista que tiver sido contactado fica com a verificação” – foi assim que Assange (um australiano com um grande historial de activismo on-line) delineou a estratégia do site, numa entrevista à BBC, em Fevereiro” (*Público*, 27-07-2010, p.3)

No entanto, na mesma peça, atribui-se à WL um trabalho de selecção da informação que obtém:

“O *site* é gerido por uma organização sem fins lucrativos chamada *Sunshine Press*, que inclui activistas dos direitos humanos, entusiastas da tecnologia e jornalistas. Qualquer pessoa pode enviar material informativo, mas uma equipa selecciona aquele que é publicado.” (*Ibidem*).

Na cobertura dos Diários do Afeganistão, uma peça publicada no primeiro caderno do *Público* Caderno, refere a *WikiLeaks* como uma rede e um *site*, e define Assange como um hacker anarquista que pratica pirataria:

“Os analistas começaram entretanto a reflexão sobre os efeitos de redes como o WikiLeaks na paisagem da segurança. Ao contrário dos media clássicos, não tem territorialização nem responsabilidade perante um Estado ou um ‘interesse nacional’. Onde passa a fronteira entre o jornalismo de investigação e a ‘pirataria’ de um ‘hacker anarquista’ como Julian Assange, o fundador do site?” (*Público*, 28-07-2010a, p.14).

Em “O lado menos visível da guerra no Afeganistão” acentua-se a ideia de que a “Documentação do WikiLeaks revela fracassos e desafios das forças internacionais” (*Público*, 28-07-2010b, p.14). A *WikiLeaks* é identificada como sendo umas das responsáveis pela divulgação dos documentos. Ao jornal *The Guardian* não foi atribuída a mesma responsabilidade, como podemos ver na seguinte passagem:

“A documentação divulgada pelo WikiLeaks confirma o lado mais negro da guerra. O *Guardian* refere a existência de informação sobre (...) um relatório dos serviços secretos divulgado pelo WikiLeaks refere (...) A documentação revelada pelo WikiLeaks indica” (*Ibidem*).

No *Expresso* surge uma posição semelhante, explicando que antes da divulgação, o “sítio WikiLeaks” revelou as fugas de informação “aos jornais ‘The New York Times’ (americano), ‘The Guardian’ (britânico) e à revista alemã ‘Der Spiegel’. Que deram a notícia com omissões destinadas a proteger os soldados internacionais de vinganças” (*Expresso*, 31-07-2010, p.29).

Quando a questão do risco associado às divulgações das fugas foi colocada em conjunto com a questão da investigação em curso pelas autoridades, a distinção entre os parceiros começou a delinear-se. A *WikiLeaks* é considerada irresponsável por ter publicado nomes de informadores e de locais. Aos jornalistas, por seu lado, é reconhecido o mérito de terem protegido as fontes. A *WikiLeaks* terá publicado nomes de informadores e de aldeias no seu *website*. Os jornais por sua vez foram cuidadosos. A irresponsabilidade começa a atribuir-se à *WikiLeaks* que poderá ser considerada uma organização criminosa. Os jornais conseguem retirar da “maior fuga da história” a informação relevante.

A peça intitulada “WikiLeaks falha *big bang* mediático” (P2, 31/7/2010) é explícita na forma como retrata a *WikiLeaks* e Assange, considerando a primeira um grupo propagandista e o seu fundador como um *whistleblower*. Em algumas passagens

parece denotar-se o desejo do autor da peça em glorificar o jornalismo e alguns casos anteriores de fugas de informação:

“(…) As fugas de informação são o nervo do jornalismo político desde que a liberdade de imprensa se afirmou. Há pequenas e grandes fugas, as de revolta moral, as de ressentimento e as de intoxicação. E há fugas que marcam a História. Dois exemplos americanos clássicos são os ‘*Pentagon Papers*’ e as revelações do ‘Garganta Funda’ no caso Watergate (…) Os papéis foram laboriosamente fotocopiados por Daniel Ellsberg, um analista da Rand Corporation que participou na sua elaboração. Crítico da guerra no Vietname, Ellsberg passou-os ao NY Times, em 1971. (…) Radical foi a eficácia do “Garganta Funda”, que hoje se sabe ter sido Mark Felt, subdirector do FBI: gota a gota, foi desfiando informações que culminaram na demissão de Nixon, em 1974” (P2, 31-07-2010, pp.4-5).

A análise vinca também a irresponsabilidade da *WikiLeaks*:

“Na quinta-feira, Assange defendia-se de ter divulgado, na versão bruta colocada em linha, documentos com nomes de informadores afegãos, denúncia feita pelo jornal britânico *The Times* após investigação. Argumentou que tinha pedido à Casa Branca, na semana passada, que colaborasse com o *site* de modo ‘a minimizar a possibilidade de nomes de informadores serem divulgados’. Não teve resposta!” (*Ibidem*).

A preocupação em estabelecer uma distinção entre a forma como a *WikiLeaks* e as organizações jornalísticas que tratam o caso dos Diários do Iraque está patente no artigo no artigo “Wikileaks atinge EUA com ‘impacto máximo’”. O “*site* *WikiLeaks*” deu documentos “a vários órgãos de comunicação social, incluindo o diário britânico *The Guardian* e a estação de televisão pan-árabe Al-Jazira.” A *WikiLeaks* “atinge EUA”, já os órgãos de comunicação social, “AL-Jazira comentou”, e “segundo documentos citados pela Al-Jazira (...) diz o *Guardian*”. Para além disso veja-se o *lead* da peça:

Os Estados Unidos ignoraram milhares de casos de violência sobre detidos levados a cabo pelas forças iraquianas – tortura, violação e até assassínios, dizem os documentos dados pelo site Wikileaks a vários órgãos de comunicação social, incluindo o diário britânico *The Guardian* e a estação de televisão pan-árabe Al-Jazira (*Público*, 23-10-2010a, p.14).

A análise “O aspirante a ‘inimigo público’ da América”, defende que o jornalismo tradicional foi reafirmado na colaboração dos órgãos de comunicação social internacionais com a *WikiLeaks*, e que as revelações dos Diários do Afeganistão e Iraque foram uma amostra da banalidade da guerra. A peça concentra-se nos objectivos e efeitos das publicações e tenta deixar bem clara as fronteiras entre o jornalismo e a *WikiLeaks*:

“Ao apostar na colaboração de jornais internacionais de referência – *The New York Times*, *The Guardian*, *Der Spiegel* e, agora, *Le Monde* e a ONG *Bureau*

of Investigative Journalism – visa dois objectivos: caucionar a ‘fuga de informação’ e potenciar o seu impacto; por outro, obter a colaboração de especialistas para descodificar o calão militar, já que em bruto os documentos são ilegíveis. (...) Diz Assange que nos dá ‘a verdade’ sobre a guerra do Iraque. Fala em “jornalismo científico”. Longe disso, fornece relatórios, testemunhos, listas de acontecimentos, informação em bruto e parcelar. Criou-se o neologismo “datajournalism”. O WikiLeaks fornece fontes. O jornalismo de investigação recolhe dados e análises para construir uma trama capaz de fazer entender o encadeamento e a lógica dos acontecimentos” (*Público*, 24-10-2010, p.13).

A dependência da *WikiLeaks* dos *media* tradicionais é também abordada em “O admirável mundo de Assange”, com uma demonstração do papel dos jornais e da *WikiLeaks* na parceria:

“Os jornais que com ele colaboram podem controlar a autenticidade dos documentos, mas não a sua selecção nem a sua origem. Isto cria uma dupla dependência. O WikiLeaks percebeu que não é eficaz sem os grandes media, sobretudo os jornais. Por sua vez, estes funcionam como subcontratantes de Assange.” (*P2*, 30-10-2010, p12).

Enquanto as acusações de irresponsabilidade contra as divulgações se estendem aos jornais parceiros da *WikiLeaks* (organização que, até aqui, tinha sido apresentada como a única portadora de comportamentos e práticas questionáveis) o *Público* aprofunda a questão da participação dos jornais na divulgação do *Cablegate*:

“Todos os jornais parceiros da WikiLeaks na divulgação dos telegramas do Departamento de Estado puseram dezenas de jornalistas a trabalhar o conteúdo desses documentos e defendem ter feito um tratamento rigoroso da informação. (...) A revista alemã Der Spiegel, por exemplo, montou uma equipa com 50 pessoas. No El País (na foto) há uns 30 jornalistas envolvidos nesta tarefa gigantesca, incluindo editores, especialistas em diferentes áreas e alguns dos correspondentes que o diário tem pelo mundo (...) Alguns críticos têm apontado que os jornais se limitaram a servir de megafone, publicando o conteúdo dos telegramas sem o questionar, mas Jiménez Navas assegura que os critérios foram os de sempre. (...) ‘É difícil para um jornal como o El País verificar uma informação sobre um país asiático, por exemplo’, diz. ‘Mas nos temas nacionais demos directamente a possibilidade às pessoas a quem são atribuídas declarações de nos darem a sua versão dos acontecimentos e dos factos ali descritos’, explica. (...) A veracidade dos documentos, acrescenta, não estava em causa – ‘São documentos oficiais que sabíamos serem verdadeiros.’ Mas isso não isenta os jornalistas de sentido crítico. ‘O que podemos fazer, e fizemos sempre, é um exercício de responsabilidade, o que pode significar até excluir factos que nos pareçam que não têm veracidade’” (*Público*, 05-12-2010, pp.18-19).

Numa outra peça, publicada no mesmo dia “Jornais dizem não ter posto vidas em risco”, refere declarações do director adjunto do *El País*, e do director do *New York Times*, defendendo-se das acusações de que os jornais colocaram vidas em risco com as divulgações do *Cablegate*:

“Enviámos os telegramas ao Departamento de Estado e às embaixadas envolvidas para que nos dessem a sua opinião sobre quem era preciso proteger”, explicou ao PÚBLICO numa conversa por telefone Vicente Jiménez Navas, director adjunto do diário espanhol *El País*” (*Público*, 05-12-2010, p.19).

O director do *New York Times* acrescenta que as críticas e acusações devem ser dirigidas à *WikiLeaks* e a quem “roubou a informação”, defendendo o trabalho jornalístico do seu jornal:

“Bill Keller, director do jornal *The New York Times*, diz que o seu diário tomou precauções idênticas. ‘Retirámos qualquer informação que pudesse identificar fontes confidenciais – informadores, dissidentes, académicos e activistas de direitos humanos – ou qualquer dado que pusesse em risco a segurança nacional. E fizemo-lo em consulta com o Departamento de Estado’, explicou num chat na Internet com leitores. ‘Penso que as afirmações de Washington não são dirigidas aos jornais mas à própria *WikiLeaks* e a quem roubou a informação. É evidente que, em bruto, os telegramas contêm dados que põem pessoas em risco. Mas nós fizemos um bom trabalho’” (*Ibidem*).

Questões como o papel do jornalismo e a competência para trabalhar informação de forma responsável são retomadas numa reportagem sobre o trabalho do *El País* no *Cablegate* “Na sala do projecto C”. O secretismo nas operações do *El País* é visto como uma necessidade e com normalidade, tendo em conta a natureza sensível da informação:

“Os documentos da *WikiLeaks* só são compreensíveis e úteis depois de trabalhados pelos jornalistas dos cinco órgãos de comunicação que a eles tiveram acesso. Espreitámos como o diário espanhol *El País* se organizou para descobrir verdades bem diferentes das oficiais. (...) É sabido que as redacções dos jornais são espaços abertos. Não apenas fisicamente, mas também de comunicação. De fluxo intenso, constante e mesmo avassalador de notícias. Esta forma consagrada de trabalho tinha de ser alterada. Era preciso mudar hábitos, impor novas regras e decretar o rigor do sigilo e a promessa de reserva. ‘Escolhemos um local discreto no próprio edifício do jornal, mas isolado da redacção’, diz o subdirector” (*P2*, 18-12-2010, pp.8-9).

Depois de vários comentários do sub-director do *El País*, a peça encerra com a distinção dos papéis dos jornalistas e da *WikiLeaks*:

“Quem possibilitou o reencontro com a verdade foi o trabalho jornalístico. ‘A filtragem de documentos só foi possível pelas novas tecnologias, o correio foi a *WikiLeaks*, não fomos nós, mas sem o trabalho dos jornalistas isto seria impossível’, acrescenta o subdirector. Um trabalho de jornadas intensas, de memória, confirmação e contextualização, tudo para ‘contar o que se passou nas datas dos telegramas’” (*Ibidem*).

Com uma investigação em curso nos EUA às fugas de informação, a cobertura dos dois jornais apresenta a *WikiLeaks* como uma fonte de informação irresponsável e parcial. Ao mesmo tempo que valoriza o trabalho da cobertura desenvolvido pelas organizações jornalísticas.

7.7.1. Julian Assange não é jornalista

As primeiras primeiras referências, da imprensa portuguesa, a Julian Assangem apresentam-no como um indivíduo pouco confiável e agressivo. Mesmo quando somos informados sobre a sua participação na criação de um projecto de lei para tornar a Islândia num país imune à censura, é-lhe assinalado um certo egocentrismo. Como se pode verificar na peça do *Público* “Este homem pode estar prestes a revelar um quarto de milhão de segredos dos EUA na Net”, Assange é apresentado como um ex-hacker, de paradeiro desconhecido, que originou um "complicado policial *high tech*" (*Público*, 19-06-2010, p.21).

Na peça “Uma ‘bomba’ de 91.731 documentos contra a guerra no Afeganistão” (1.º Caderno, 27/7/2010), Assange assume de novo o protagonismo

“Numa entrevista à Spiegel, o fundador do site, o australiano Julian Assange, foi explícito quanto ao seu objectivo: ‘Estes ficheiros são a mais global descrição de uma guerra no decurso de uma guerra. (...) Mudarão a nossa perspectiva, não apenas sobre a guerra no Afeganistão, mas sobre todas as guerras modernas.’ Defendeu a legitimidade de publicitação dos documentos e observou: “Adoro esmagar patifes.” (Fernandes, 2010, p.2).

Noutra peça do *Público* dá-se conta que Assange “diz ter outras munições na manga” (*P2*, 31-7-2010, pp.4-5), enquanto que no *Expresso*, no mesmo dia, outra peça tem contêm a afirmação que Assange “está longe de ser neutro” (*Expresso*, 31-07-2010, p.29).

Já na cobertura sobre os Diários do Iraque, o título do artigo “Assange, a alma de um projecto de denúncia” revela-se enganador. Ao invés de um retrato positivo, o fundado da WL merece fortes críticas

“(...) durante estes meses, Assange, que sempre cultivou o segredo e exprimiu opiniões polémicas, perdeu algum do tom de figura talvez positiva – por defender a liberdade de expressão, embora com métodos e resultados discutíveis – na opinião pública. Tentou obter residência na Suécia, mas não a conseguiu, após ter sido acusado de assédio sexual e violação. Ele defende-se das acusações dizendo serem falsas – fazem parte da guerra que lhe tem sido movida pelo Pentágono, e que ele diz que tem posto até em causa financeiramente a existência do Wikileaks. Mas alguns colaboradores abandonaram o Wikileaks, como Daniel Schmitt, um alemão que muitas vezes actuou como porta-voz, alegando desentendimentos com Assange.” (*Público*, 23-10-2010b, p.14).

A saída de Assange a meio de uma entrevista da CNN é noticiada em “Assange volta a gerar polémica”, peça em que o director da *WikiLeaks* é apresentado como misterioso e vaidoso: “O novo ‘furo mediático’ do WikiLeaks colocou de novo Julian

Assange sob a luz dos holofotes e, apesar do secretismo que alimenta, o editor do site não rejeita as atenções (...)” (*Público*, 25-10-2010, p.11).

É também de assinalar o diferente tratamento dado ao presidente norte-americano Barack Obama e ao fundador da *WikiLeaks* Julian Assange, na peça “Acusações ao Paquistão enfraquecem a posição de Obama perante o Congresso”. Nela, Assange é apresentado como um “*hacker* anarquista” que contribuiu para criar novas dificuldades à administração Obama (*Público*, 28-07-2010a, p.14).

Outro exemplo do contraste entre o tratamento de Obama e Assange no *Público*, surge durante o *Cablegate* em “Um embaraço diplomático para Obama?”:

“Há dois dias Barack Obama levou 12 pontos no lábio, mas os jornalistas que o acompanham testemunharam ontem a sua resiliência: o Primeiro Lábio não tinha sequer sinais de inchaço. Os documentos secretos revelados pela *WikiLeaks* foram ontem descritos como chocantes e perigosos, mas Obama não reagiu. Em vez dele, o seu porta-voz Robert Gibbs emitiu um comunicado condenando a revelação de informação diplomática que ‘não é filtrada e é muitas vezes incompleta’ (...) [*Cablegate*] podem ter o efeito de retrair a cooperação entre aliados ao nível dos seus serviços secretos ‘em operações como o Afeganistão’. Ou seja: a resiliência de Obama voltará a ser testada” (*Público*, 29-11-2010, p.2).

O *Expresso* publica também, na revista *Única*, um perfil de Julian Assange com o título “Assange o denunciador”. A peça informa que o “ativista” avisou que tem um plano de contingência caso o *site* seja encerrado. Designa Assange como um “pirata ético”, e traça o seu percurso até ao momento. E, numa declaração menos contida do que as que constatámos no *Público*, observa que a detenção em Londres por causa das acusações suecas foi uma “Coincidência suspeita”. Assinala também que “Assange é o mais cotado na lista de candidatos a Personalidade do Ano da revista ‘Time’” e cita o descontentamento do editor-chefe da *WikiLeaks* com os *media* (*Expresso*, 11-12-2010, pp. 42-46,48).

Em “Assange livre, mas a prazo” somos informados sobre os contornos que o caso da detenção de Julian Assange tomou. O texto, que menciona críticas à acusação sueca e também aos EUA, aborda o estatuto dos membros da organização sob o entretítulo “Convém ser jornalista”. Nele se informa que a *WikiLeaks* procura ser considerada uma organização jornalística, para obter a protecção conferida a essas organizações pela Constituição dos EUA (*Expresso*, 18-12-2010, pp.24-25).

Na peça que notícia a escolha de Assange como Figura Internacional do Ano pelo *Expresso* (“O homem que revela os segredos dos poderosos”), antetítulo resume a posição do semanário: “Começou como hacker mas depressa ganhou notoriedade como rosto mais visível do sítio WikiLeaks. Herói ou vilão, publicou documentos sobre Iraque e Afeganistão e, agora, telegramas das embaixadas dos EUA”. Em nenhuma parte da notícia Assange é considerado um jornalista (*Expresso*, 23-12-2010, p.17).

7.8. O fenómeno WikiLeaks nas Colunas de Opinião

As colunas de opinião foram um espaço de discussão sobre o fenómeno *WikiLeaks*, onde foram debatidas as publicações, o carácter da *WikiLeaks*, a censura, os ataques à organização, o papel do jornalismo, assim como a qualidade das informações contidas nos telegramas diplomáticos e a pertinência da sua publicação. Deve dizer-se que os conflitos que envolvem as forças ocidentais ou as condutas dos visados, apresentados nos documentos, não são a grande preocupação dos colunistas.

7.8.1. Transparência: a ameaça às democracias

Algumas peças de opinião colocaram a questão do fenómeno *WikiLeaks* no plano da transparência praticada sem limites, e na ameaça que isso representa para as sociedades democráticas. Por exemplo em “A quem serve a ‘transparência’?”, Teresa de Sousa afirma estarmos “perante uma realidade nova que coloca problemas muito sérios às democracias. E que coloca problemas igualmente muito sérios à imprensa livre das democracias” (*Público*, 30-11-2010, p.3). Em sequência disso, o colunista Pedro Lomba defendeu “O direito a não saber”. Primeiro estabelecendo uma diferença entre a divulgação do *Collateral Murder*, dos Diários do Afeganistão e dos Diários Iraque, dizendo que constituíram um processo de denúncia de “erros de guerra ou manipulação da opinião pública na guerra”. Por outro lado, para o colunista,

“O que não pode, em absoluto, ser confundido com estas revelações são os milhares de comunicações diplomáticas que foram entregues pela WikiLeaks a alguns jornais ocidentais, que ontem fizeram a primeira página deste jornal, e das quais se podem inferir opiniões de diplomatas ou governantes americanos sobre líderes estrangeiros, bem como o tipo de acções de espionagem que os Estados Unidos têm andado a desenvolver no mundo” (*Público*, 30-11-2010, p.40).

Para além de criticar a cobertura do *Público* — jornal onde escreve — sobre o *Cablegate*, Pedro Lomba defende o direito à privacidade e à hipocrisia política:

“De permeio, destruímos um valor capital: a privacidade de um político, incluindo o seu respeitável direito à hipocrisia (...) Não são só as pessoas que gozam do direito à hipocrisia. Também os Estados podem ter razões legítimas para se relacionarem com outros na base dessa relação de confiança e desconfiança, fazendo política dupla e gerindo as suas alianças com cautela e suspeição” (*Ibidem*).

Na mesma linha, o colunista do *Expresso*, Rui Ramos, defende que “Os bastidores da política não são o domínio dos factos ou da sinceridade. Também não são a caverna de conspirações e de verdades ocultas imaginada nas caixas de comentário da Internet” (*Expresso*, 04-12-2010, p.45). José Cutileiro condenou as publicações e estabeleceu uma linha entre história e política: “História é uma coisa; a política de hoje é outra”. Justifica também o segredo de Estado, e os mecanismos necessários para manter relações entre países e declara que a divulgação dos telegramas diplomáticos em praça pública lesa os países. Sobre a transparência diz que não é uma “virtude, é um estratagema de comunicação” (*Expresso*, 04-12-2010b, p.33).

Para o colunista Henrique Raposo, “Assange quer abolir a diplomacia, que é a ‘privacidade’ da política internacional”. Para além disso, a *WikiLeaks* é um sintoma de uma sociedade sem limites e critérios morais:

“A coscuvilhice pseudo-libertária da Wikileaks tem como pano de fundo uma das marcas das nossas sociedades pós-moderninhas: a ausência de privacidade; a ausência de fronteiras entre o público e o privado; a ausência de critérios morais para se definir o que é ‘interesse público’” (*Expresso*, 11-12-2010a, p.37).

Para Fernando Madrinha, o ministro dos Negócios Estrangeiros português “teve um comportamento exemplar no ‘escândalo’” sobre o caso dos voos da CIA em Portugal. O “(...) ministro deve ser felicitado”, porque envolvido num caso complexo, com fugas de informação sobre o seu alegado conhecimento dos voos ilegais da CIA — que tinha negado, e que agora voltava a negar em público, tendo inclusive, sido convocado pelo Parlamento para voltar a esclarecer a questão — conseguiu gerir o assunto sem grandes problemas. Posto isto, para Madrinha a *WikiLeaks* e as suas revelações não passam de um ‘mexerico em larga escala’” (*Expresso*, 04-12-2010, p.11). Já Miguel Monjardino, sobre a divulgação dos telegramas diplomáticos por exemplo, deu os parabéns aos diplomatas dos EUA (*Expresso*, 11-12-2010, p. 29).

Manuel Ennes Ferreira aponta para os efeitos do Cablegate nas relações de Portugal com países lusófonos:

“(...) torrente de telegramas está aí e assim continuará (...) mesmo com algum voyerismo à mistura, possivelmente algumas ondas sentir-se-ão. Espero que em 2011 não tenha surpresas desagradáveis a partir dali com consequências nas relações do mundo lusófono e nos próprios países (...) Para já o caso de Moçambique lançou no mínimo alguma incomodidade” (*Economia*, 18-12-2010, p.31).

Mas apesar de demonstrar preocupação com futuras revelações, por poderem vir a afectar negativamente a política externa portuguesa, o colunista não se coíbe de utilizar a informação que reconheceu conter “algum *voyeurismo* à mistura”:

“Quanto a Angola, apenas realçar a passagem curiosa das palavras (segundo o embaixador americano) do embaixador chinês neste país, para quem os dirigentes angolanos estavam a interpretar mal quão severa era a crise económica global e os seus efeitos na capacidade da China providenciar fundos privados para projectos em Angola” (*Ibidem*).

Segundo Esther Mucznik, Assange declara-se um pioneiro de uma transparência radical, mas não é um praticante porque pouco ou quase nada se sabe sobre a *WikiLeaks* e os seus integrantes. Escreve a colunista em “Mercenário da informação”:

“Assange não passa de um agitador de águas turvas e no limite de um bandido da informação que se aproveita da gula das sociedades democráticas pela destruição dos “mitos”. Corroídos pelo vírus do “igualitarismo”, nada nos dá tanto prazer como ver cabeças a rolar, políticos “desmascarados”, elites desacreditadas (...) um grupo [WikiLeaks] liderado por um homem que oscila entre o fanatismo purificador e o banditismo. Estranho é que este homem, segundo informação veiculada pelo PÚBLICO, tenha sido galardoado em Londres pela Amnistia Internacional de Londres. Porque afinal o seu trabalho apenas está a contribuir para tornar a política e a diplomacia mais opacas. Não é certamente uma vitória para a democracia” (*Público*, 02-12-2010, p.31).

Em “A nova ordem mundial”, José Cutileiro compara a divulgação dos telegramas diplomáticos a uma espécie de informação produzida “por revistas tontas contando fofocas de sociedade e revistas espertas investigando insolências e abusos crapulosos de governos, de bispos, de plutocratas e de quem mais for manda-chuva”. Por isso, escreve o colunista,

“Está a criar-se mais um mercado e proliferam novos produtos, como se diz agora. Rapaziada (e raparigada) competente em informática e com acesso a correio electrónico trocado dentro de instituições de governança e de paragovernança (e entre elas) arma as suas chafaricas para promover galhardamente fugas de informação e com elas salvar o mundo” (*Expresso*, 18-12-2010b, p.26).

O jornalista Jorge Almeida Fernandes sugeriu que a *WikiLeaks* mata a transparência, porque “introduz um obstáculo à diplomacia e não só à americana. Sem segredo, a diplomacia não é possível. Nenhum processo de paz ou nenhuma grande negociação foram feitos na praça pública.” (*P2*, 04-12-2010, p.16). O jornalista Miguel

Gaspar declarou que “A máxima transparência conduz à máxima opacidade”. Para além disso, a cobertura do *Público* sobre o fenómeno pode resumir-se com a seguinte afirmação do jornalista:

“Na questão do Cablegate (...) o importante não é o conteúdo dos segredos revelados, o importante é os segredos terem sido revelados. Ou seja, mais do que revelar informações ‘secretas’ sobre a diplomacia americana, a verdadeira notícia é que esses segredos podiam ser violados. Não é despiendo que o alvo tenha sido a América e não outro país qualquer: só o ataque à América pode garantir uma atenção global. Embora pertença ao mundo dos ‘novos’ media, não é de afastar a hipótese de existir na WikiLeaks a atracção pelo espectáculo que caracteriza os velhos media” (*Público*, 07-12-2010, p.39).

José Manuel Fernandes diz que só foram divulgadas fugas de informação dos EUA, porque essa é a agenda política da *WikiLeaks*: “Devem, pois, desiludir-se os que pedem à WikiLeaks que revele também segredos da Rússia, da China ou do Irão: isso não faz parte da sua agenda política.” Para Fernandes, o debate sobre a *WikiLeaks* omitiu aquilo que considera o seu ponto central: as motivações de Assange. Escreveu o jornalista:

“O debate sobre o WikiLeaks tem, a meu ver, omitido um ponto central: o das motivações do seu fundador, Julian Assange. Parece ser dado por adquirido que o australiano tem como objectivo uma maior transparência no funcionamento das nossas democracias, quando isso não é verdade. Assange, na verdade, nem pensa que vivamos em democracia (...) Olhando para o impacto das revelações da WikiLeaks e para o que se prevê que aconteça no apertar das regras nas comunicações internas nos Estados Unidos, Julian Assange está a conseguir atingir estes seus objectivos (...) fingir que Julian Assange é um campeão da liberdade quando, na verdade, é um anarquista que manipula sem grandes escrúpulos enormes quantidades de informação e promove violações de comunicações secretas não em nome da transparência mas para tentar destruir o tipo de sociedade em que vivemos” (*Público*, 10-12-2010, p.38).

Em “A sociedade devassa”, Miguel Sousa Tavares deixa também patente a sua posição neste debate:

“O WikiLeaks era o passo seguinte e previsível desta filosofia de que vale tudo, nada é segredo, nada é reservado, tudo é devido, tudo é interesse público, tudo é liberdade de informação (...) o WikiLeaks mexe com coisas mais sérias e é tudo menos inocente. O seu objectivo é claramente o de desarmar a única superpotência ocidental, num mundo tripolar, onde esse desarmamento unilateral não passará sem consequências” (*Expresso*, 11-12-2010, p.7).

Miguel Monjardino afirma que Julian Assange é “um sofisticado guerrilheiro político” numa campanha “contra os EUA”. E que por sua vez o ritmo de inovação tecnológica vai permitir que se multipliquem os novos atores na política internacional, ou seja, para o colunista, a *WikiLeaks* é um ator político contra os EUA (*Expresso*, 18-12-2010c, p.26). Em “A transparência está a Oeste, o segredo a Leste”, Teresa de Sousa

escreveu que as democracias ocidentais praticam a transparência, e que estão a ser vítimas de uma “guerra assimétrica”:

“(…) estamos perante uma nova forma de ‘guerra assimétrica’ que as democracias têm de enfrentar. Hoje, em circunstâncias totalmente distintas, poder-se-ia dizer sobre a WikiLeaks qualquer coisa de parecido com o que disse Mitterrand. A transparência está a Oeste, os segredos estão a Leste. Ignorá-lo tem consequências” (*Público*, 08-12-2010, p.41).

Numa posição que se caracteriza sobretudo pela sua originalidade, Henrique Monteiro observa que “Tirando um ou outro pecado, um ou outro abuso ou mesmo alguns crimes menores, o que o *WikiLeaks* revelou até agora é um mundo bastante mais decente do que já foi — pelo menos deste lado do hemisfério”. Apesar disso, o jornalista escreve que a censura que está a ser imposta a Assange é ineficaz, e sugere que “algo de tenebroso ainda pode ser revelado (*Expresso*, 11-12-2010, p.3).

Para Rui Tavares, as divulgações das fugas de informação foram “Um inestimável serviço à democracia”. O colunista nota as tentativas de desvalorização que se sucederam ao longo do ano, aludindo às contradições de argumentos apresentados:

“(…) desde os que dizem que ‘isto tudo já se sabia’ até àqueles que acham que ‘há segredos importantes que é preciso guardar’. Reparem como estes argumentos são contraditórios: se ‘isto tudo já se sabia’ é porque não são ‘segredos importantes’, sacou?” (*Público*, 01-12-2010, p.40).

As divulgações significaram para José Vitor Malheiros, um “arejar da democracia”. Escreve o colunista que “Na democracia, a actividade do Estado é levada a cabo em nome do povo, com o dinheiro do povo e para benefício do povo”. Posto isto sobre as críticas feitas à divulgação diz que:

“(…) suscitou uma vaga quase unânime de condenação – mais à direita, mas até à esquerda – perante a ‘irresponsabilidade’ de colocar na praça pública aquilo que devia estar resguardado do olhar da plebe e em defesa da necessidade de discrição nas tarefas da governação” (*Público*, 07-12-2010, p.37).

Rui Tavares deixou também um reparo em relação à qualidade da democracia e às revelações nas fugas em “Tudo se desconjunta”:

“(…) passei uma vida a evitar teorias da conspiração e equivalências entre democracias e ditaduras. Passei uma vida a dizer ‘que não era bem assim’ a todos os taxistas, e a todos os bêbados em bares, e a todos os paranóicos. É pena que, no momento em que se revela a nossa verdadeira face, eu não tenha razão” (*Público*, 08-12-2010, p.44).

O colunista escreveu ainda que o mercado livre em democracia não é imune a interferência política, como se pôde verificar na campanha sincronizada de empresas privadas para censurar a *WikiLeaks* (*Ibidem*).

7.8.2. A relevância das fugas de informação

A relevância dos documentos foi um dos pontos mais referidos nas colunas de opinião. Temos por exemplo a opinião de Bruno C. Reis que, após os Diários do Afeganistão, questionou a verdade contida nos documentos divulgados: “Não é pelo fato de uma informação ser classificada como secreta que se torna automaticamente (mais) verdadeira”. O colunista prossegue com uma justificação dos conteúdos dos Diários (“Não existem guerras sem crimes de guerra”) e exerce uma defesa dos resultados da guerra do Iraque:

“Convém ainda sublinhar que os documentos agora revelados também contêm referências a crimes de guerra por parte dos *taliban* que, por exemplo, não hesitam em raptar e assassinar ou manter em cativeiro líderes locais (...) O Iraque, hoje, não é, nem será a Suíça, mas tornou-se um país mais ou menos governável, com um nível de violência menor, e em que a presença da Al-Qaeda é residual” (*Público*, 04-08-2010, p.29).

As divulgações funcionaram, segundo o colunista, como propaganda anti-guerra, que visa acicatar os sentimentos dos cidadãos ocidentais exasperados com a presença das forças da NATO no Afeganistão: “É, aliás, a este nível, do minar do apoio dos cidadãos do Ocidente à continuação da presença de forças da NATO no Afeganistão, que este *WikiLeaks* poderá ter um real impacto” (*Ibidem*).

Ao longo do mês de dezembro de 2010, encontramos nas páginas do *Público* diversas tomadas de posição sobre a relevância das revelações do *Cablegate*. Jorge Almeida Fernandes não encontra nelas qualquer novidade (*Público*, 04-12-2010, p.16). Miguel Esteves Cardoso considera-as banais e sem novidades (*Público*, 03-12-2010, p.41). Rui Ramos argumentou que o número elevado de informações abafou as fugas mais relevantes, dando como exemplo a ordem de espionagem contra os aliados dos EUA dada pela secretária de Estado, Hillary Clinton (*Expresso*, 04-12-2010, p.45).

Martim Avillez Figueiredo também valorizou as divulgações dos telegramas diplomáticos. Deu como exemplo um telegrama secreto nazi, de 1943, sobre o holocausto, apenas descoberto em 2000, para demonstrar a importância das divulgações do *Cablegate*. Sobre as motivações e objetivos de Assange, Martim Avillez Figueiredo

disse que pouco importam: “O que interessa é que os segredos de Estado podem e devem (muitas vezes) ser revelados. Esqueçam a liberdade de imprensa – é muito mais do que isso que está em jogo” (Expresso, 18-12-2010b, p.44).

7.8.3. O papel do jornalismo

O papel do jornalismo foi um dos temas que despontou com as revelações do *Collateral Murder* na coluna de José Vitor Malheiros intitulada “A angústia dos média antes do penalty”. Uma reflexão sobre os problemas financeiros das organizações jornalísticas, e em como esses se reflectem numa imprensa mundial acrítica e apática. O colunista apontou para a falta de interesse na divulgação do vídeo militar, e para o descontentamento da *WikiLeaks* com o cinismo da imprensa. Apesar de demonstrar simpatia pela causa da *WikiLeaks*, Malheiros também não considerou a organização como jornalística, enfatizando, no entanto, o seu papel enquanto *watchdog*, que os jornalistas não estavam a cumprir (*Público*, 06-07-2010, p.37).

Rui Tavares respondeu aos críticos que disseram não haver novidades nas divulgações dos Diários do Afeganistão em “E se a verdade não for novidade?”. De acordo com o colunista, ao menosprezar a verdade, “os jornalistas prestam um favor ao comando de guerra e um “mau serviço à sociedade”:

“(…) Mas não é por isso que estas revelações deixam de ser históricas. Aqueles que agora as desprezam como sendo triviais são os mesmos que antes se recusavam a admitilas. Dizer que a verdade é trivial é apenas a nova forma que encontram de continuar a recusá-la (...) Estranhamente, esta resposta tornou-se também opinião convencional entre os jornalistas. ‘Isto é verdade’, dizem, ‘mas não é novidade’. E então? Ao escolher a novidade contra a verdade, os jornalistas prestam um favor ao comando de guerra e um mau serviço à sociedade” (*Público*, 02-08-2010, p.32).

Após a divulgação dos Diários do Iraque, José Vitor Malheiros voltou a escrever sobre o papel do jornalismo, deixando patente como, em sua opinião, as dificuldades económicas atravessadas pelos *media* estavam a condicionar a sua independência:

“Tivemos há dias um exemplo de grande impacto do que pode ser esta fiscalização dos poderes com a publicação pelo site WikiLeaks de milhares de casos de abusos perpetrados pelas tropas americanas e iraquianas no Iraque. Curiosamente, o líder do WikiLeaks, Julian Assange, não só não se considera um jornalista como recusa com veemência o rótulo, que considera “ofensivo”. Porquê? Porque Assange pensa que a esmagadora maioria da imprensa, premeditadamente ou não, não só não fiscaliza os poderes como colabora activamente com eles, escamoteando ou maquilhando as suas práticas mais criticáveis. Um exagero? Talvez. (...) A verdade é que a maioria dos media se encontra ou acantonada num confortável conformismo ou numa quase paralisia imposta por uma draconiana redução de despesas, que impede qualquer

atividade de investigação. Só que, sem essa investigação, sem essa função irreverente de watchdog, os media apenas repetem as versões que interessam aos poderes. Sobrevivem, mas isso não é vida. A crise que os media estão a atravessar não é alheia a esta situação. Os media parecem empenhados em provar a sua irrelevância, sem perceberem que é esse o caminho que os está a levar à cova” (*Público*, 26-10-2010, p.37).

Teremos, no entanto, de esperar pelo *Cablegate*, para que o papel do jornalismo se transforme no tema dominante das colunas de opinião. A jornalista Teresa de Sousa referiu que Assange disse querer “‘revolucionar’ o jornalismo”, mas contrapôs dizendo que “Não há jornalismo sem regras”. Para a jornalista, a divulgação dos telegramas diplomáticos, não foi jornalismo, mas sim “voyeurismo” (*Público*, 30-11-2010, p.3). No mesmo sentido, Fernando Madrinha descreve a *WikiLeaks* como um “mexerico em larga escala”, manifestando a sua indignação com o facto de “os seus mentores se arvoreem em último farol do jornalismo quando mais não fazem do que espionagem e contrabando político” (*Expresso*, 04-12-2010, p.11). Miguel Gaspar, por seu lado, defende ser “absurdo perseguir Julian Assange” e igualmente “absurdo achar que ele tem a cura para os males do jornalismo” (*Público*, 07-12-2010, p.39).

Henrique Monteiro escreveu que não existe um jornalismo, mas sim jornalisimos. Referiu que os jornais que participaram com a *WikiLeaks* nas divulgações negaram ter sido “apenas correias de transmissão do *WikiLeak*”. Criticou também o que considerou ser uma nova tendência de classificar o jornalismo que não agrada, como “não jornalismo”:

“(…) existem equipas a trabalhar e a confirmar o que publicam. Mas tornou-se moda catalogar o que não gostamos como ‘não jornalismo’. Peço desculpa, mas a verdade é que nas sociedades abertas não há um só critério para jornalismo. Há múltiplos e de alguns deles não gostamos. Eu posso dizer que há por aí muito de que não gosto” (*Expresso*, 11-12-2010, p.3).

José Vitor Malheiros (1.º CadernoP, 7/12/2010) assinalou que a divulgação dos telegramas foi feita de forma responsável. Começando pela responsabilidade demonstrada pela *WikiLeaks* ao entregar as fugas de informação a órgãos de comunicação social respeitáveis:

“(…) entregue os dados a media respeitáveis, que tiveram, por sua vez, o cuidado de não divulgar informações que pudessem pôr pessoas em risco e a máxima lealdade em relação às fontes citadas, avisando-as do que iam publicar e, em certos casos, negociando a protecção de certos dados” (*Público*, 07-12-2010, p.37).

Segundo o colunista, a divulgação de informações que não deveriam ter sido tornadas publicas representa “vicissitudes normais da actividade jornalística”, e que não deve servir para justificar o “fim da imprensa livre” (*Ibidem*).

Fernando Madrinha refuta as ideia de Malheiros, escrevendo que:

“Um dos argumentos mais invocados para legitimar o processo de descredibilização da diplomacia dos EUA ensaiado pelo WikiLeaks (...) é o de que, desta vez, os seus mentores não se limitaram a pôr na Net os telegramas pirateados. Parte deles foram entregues a jornais de referência que os divulgam em primeira mão” (*Expresso*, 18-12-2010, p.11).

Este jornalista do *Expresso*, foi o único a criticar abertamente os *media* tradicionais parceiros da *WikiLeaks*, observando que o seu prestígio não torna a divulgação dos telegramas diplomáticos numa acção de “jornalismo de alta craveira”. Para Fernando Madrinha o tratamento jornalístico das divulgações foi mínimo:

“Os textos são resumidos e enquadrados, mas nem os visados nem os autores, nem outras figuras da notícia são confrontados com eles. E nenhuma investigação adicional acrescenta o que quer que seja aos documentos originais (...) Uma vez que a autenticidade dos telegramas parece não estar em causa, é certo que dificilmente algum jornal desprezaria a oferta de Julien Assange. Mas, sendo praticamente nulo o seu contributo jornalístico para a procura da verdade, esses prestigiados meios acabam, afinal, por se reduzir à condição pouco prestigiante de megafones da WikiLeaks” (*Ibidem*).

Segundo José Pacheco Pereira, as divulgações foram apenas um começo. Ou seja, não foram um produto final, apenas constituíram uma parte do processo jornalístico, só podendo considerar-se jornalismo após o tratamento da informação:

“Nos documentos revelados há muitas ‘histórias’ jornalísticas fidedignas e muita história para fazer a prazo. Mas isso só é válido se os documentos forem entendidos como ‘fonte’ e não como produto final, porque entender os documentos em si mesmo como sendo as ‘revelações’ é o mesmo que considerar que imagens não editadas são jornalismo televisivo. Este trabalho começa agora” (04-12-2010, p.37).

Na sua perspectiva, o principal perigo da situação decorre do facto de as revelações serem por muitos consideradas como jornalismo, escamoteando a sua verdadeira essência:

“elas são em princípio e na sua essência um acto político um acto político contra os EUA e os seus aliados, inserido num processo em que o *WikiLeaks* já tem precedentes nas anteriores fugas de informação sobre a guerra no Afeganistão. E face a este acto político cada um toma a posição que entende, sendo claro que a discussão ganha em começar na centralidade do seu significado político antes de mais nada” (*Ibidem*).

Sobre a pressão dirigida à WikiLeaks, Pedro Lomba escreveu que as tentativas de a silenciar “Não são estimáveis” e “significam uma compressão da liberdade na Internet”. Não deixa, no entanto, de observar que o mesmo princípio também é válido para a organização que “tem de aprender que na Internet se aplicam as regras de um ‘jornalismo’ editado e responsável” (*Público*, 07-12-2010, p.40).

Para além de salientar que estava a decorrer uma campanha de censura contra a *WikiLeaks*, Daniel Oliveira criticou a imprensa em geral, e a imprensa portuguesa em particular, na peça intitulada “A verdade doi”. Segundo o autor, o fenómeno *WikiLeaks* resultou das falhas de uma imprensa americana e europeia leniente e, por vezes, cúmplice do poder:

“Toda a informação do ‘Cablegate’ é credível e todos os jornais de referência que a estão a publicar a consideram relevante. Estranhamente, o sentimento de muitos jornalistas e colunistas portugueses é o contrário. Em Portugal, o respeitinho ainda vale mais do que o compromisso com o dever de informar. Sobretudo quando a informação revelada desmente o que se andou a defender durante anos. A *WikiLeaks* resulta de um falhanço: a imprensa americana e europeia passou anos a comprar a propaganda que lhe vendiam. E a comprar, antes de mais, o ‘estado de exceção’ permanente em que estamos a viver. Seja por causa do terrorismo, da guerra ou da crise financeira, há sempre razões superiores para ser cúmplice da mentira. Porque vive paredes meias com o poder, a imprensa aceitou capitular a bem dos interesses do poder. Felizmente, outros foram à procura da verdade. Felizmente temos outros instrumentos. Era melhor que esse trabalho fosse feito por profissionais com critérios jornalísticos e regras deontológicas? Sim. Mas então porque não o fizeram?” (*Expresso*, 11-12-2010b, p.37).

Na semana seguinte, em “Jornalismo Suave”, Daniel Oliveira criticou a cobertura das divulgações dos telegramas diplomáticos, que considerou desvendar os meandros da *realpolitik*, mas também os meandros de um jornalismo de salão: “Ao mesmo tempo que foram usando toda a informação, muitos jornalistas não deixaram de mostrar algum nojo por quem lhes deu as manchetes”. Oliveira assinala que, quando a *WikiLeaks* e Julian Assange começaram a ser perseguidos, ao invés de um movimento pela liberdade de informação se assistiu à formação de:

“(…) um movimento de jornalistas pelo silêncio. Desenvolveram-se quatro argumentos: a irrelevância da informação, a ausência do papel mediador dos jornalistas, a ilegitimidade dos meios usados e a defesa do segredo de Estado. Já tudo era sabido, explicou-se. E ficamos perplexos: se as mentiras de Sócrates sobre os voos de Guantánamo, a disponibilidade do principal banco privado português para violar o sigilo bancário ou o envolvimento da CGD em negócios pouco claros em Moçambique já se sabia porque ninguém noticiou?” (*Expresso*, 18-12-2010, p.43).

Reconhecendo que “alguns jornais internacionais de referência fizeram bem o seu trabalho”, Daniel Oliveira critica duramente a imprensa portuguesa que acusa de ter dado a mesma importância às “banalidades” e às “informações sobre a espionagem ou ilegalidades”. O que, significa: “quando o papel de mediador dos jornalistas se fez sentir, o resultado foi o habitual: critérios comerciais à frente do interesse público” (*Ibidem*).

Outro argumento refutado no texto, é o de que “revelar mensagens secretas de diplomatas será uma forma ilegítima de obter informação”. O autor escreve que um jornalista que recolhe informação junto de pessoas que trabalham para o Estado faz “exactamente o mesmo”. E sobre a defesa do segredo de Estado, outro argumento levantado pelos críticos do fenómeno *WikiLeaks*, Daniel Oliveira diz ser compreensível quando é defendido por indivíduos ligados ao poder, porque está na natureza do poder “preferir o segredo sem escrutínio”. Como acrescenta “o poder quer esconder, a imprensa quer revelar” (*Ibidem*).

Conclusão

A *WikiLeaks* foi, desde o início, enquadrada pela imprensa de referência portuguesa como um caso anómalo, sobre o qual foram estabelecidas as devidas distâncias. Tanto para o *Público* como para o *Expresso*, a *WikiLeaks* pôs em causa a natureza e princípios basilares do jornalismo. Foi considerada irresponsável, por colocar vidas em risco, e por revelar segredos que não devem ser tornados públicos. Não respeitou o carácter institucional da profissão, a relação com as fontes e o valor da objectividade. Embora a organização tivesse obtido e divulgado documentos secretos, demonstrando características jornalísticas como a de dizer a verdade, ou a de denunciar abusos de poder, estas foram praticamente ignoradas da discussão sobre o caso, sendo excepção no caso dos Diários do Iraque (*Público*, 24-10-2010, p.34; *Público*, 28-10-2010, p.38), e nas Revelações Portugal (*Expresso*, 18-12-2010, p.42), ainda que timidamente.

No caso do *Expresso*, foram o dever de dizer a verdade e denunciar abusos de poder que acabaram por determinar um certo apreço pelas revelações, e até por Julian Assange. Para além de nomearem Assange figura do ano, escreveram por exemplo num editorial sobre os Voos da CIA: “a verdade toda só se sabe agora através do *WikiLeaks*” (*Expresso*, 18-12-2010, p.42). No caso do *Público* isso não aconteceu. Exemplo de um editorial datado a 18 de dezembro, para além do já exposto neste trabalho:

“A escolha das figuras do ano ou da década é um dos exercícios favoritos dos jornalistas. Esse exercício está longe de ser consensual: basta ver a polémica gerada pela escolha da revista Time, que preferiu Mark Zuckerberg, o fundador do Facebook, a Julian Assange, o pai da *WikiLeaks*. Este ano, no PÚBLICO, seguimos outro caminho. Escolhemos dez figuras portuguesas que mais se afirmaram no ano passado e, ao mesmo tempo, questionámos os últimos dez anos em busca de lições que caibam na bagagem que levaremos para os próximos dez anos.” (*Público*, 18-12-2010, p.46)

Em termos de rotinas de trabalho, a *WikiLeaks* foi criticada por publicar segredos de Estados, e pelo secretismo que cultivava, mas no caso do El País, o secretismo foi enunciado como uma necessidade, devido à natureza da informação:

“Os documentos da *WikiLeaks* só são compreensíveis e úteis depois de trabalhados pelos jornalistas dos cinco órgãos de comunicação que a eles tiveram acesso. Espreitámos como o diário espanhol El País se organizou para descobrir verdades bem

diferentes das oficiais. (...) É sabido que as redacções dos jornais são espaços abertos. Não apenas fisicamente, mas também de comunicação. De fluxo intenso, constante e mesmo avassalador de notícias. Esta forma consagrada de trabalho tinha de ser alterada. Era preciso mudar hábitos, impor novas regras e decretar o rigor do sigilo e a promessa de reserva. ‘Escolhemos um local discreto no próprio edifício do jornal, mas isolado da redacção’, diz o subdirector” (P2, 18-12-2010, pp.8-9).

O secretismo, que serviu para criticar a *WikiLeaks* e Assange, foi reportado com normalidade no *Público* quando se tratou de ser o *El País* a praticá-lo, dando uma imagem responsável do diário espanhol. Para além disso, como pudemos ver no excerto anterior, logo nas primeiras linhas, surgiu uma interpretação sobre o trabalho do jornalista no processo das revelações, que o coloca como indispensável. Pois segundo a afirmação, os documentos só seriam compreensíveis e úteis depois do escrutínio dos jornalistas.

A parcialidade da *WikiLeaks*, a sua ausência de objectividade, foi a base de toda a cobertura. A organização foi personificada, tornando-se sinónimo de Assange, e isso acabou por funcionar como um factor de descrédito da *WikiLeaks* enquanto organização. Percepcionada pela imprensa de referência como um grupo misterioso, liderado por um *ex-hacker*, igualmente misterioso, activista, ameaçador, egocêntrico, irresponsável e polémico, liderando uma espécie de *vendetta*, ou ajuste de contas, contra os EUA, sem respeito pelas regras elementares do jornalismo e colocando a segurança internacional em risco. Implicitamente, o fenómeno *WikiLeaks* foi coberto como se fosse uma acção terrorista. Assange chegou a ser classificado como um “mercenário da informação” que “oscila entre o fanatismo purificador e o banditismo” (*Público*, 02-12-2010, p.31), ou um “sofisticado guerrilheiro” (*Expresso*, 18-12-2010c, p.26).

No caso do *Collateral Murder*, o interesse de ambos os jornais portugueses foi quase nulo. A sua cobertura foi uma espécie de marcar de ponto jornalístico, sobre o qual foi feito o mínimo. Quando não foi possível ignorar, passou-se a minimizar as revelações, em artigos que deixam patente um elevado grau de desprezo e cinismo. É o caso da peça “O lado menos visível da guerra no Afeganistão” no *Público* onde é utilizado jargão militar ou termos como “eficácia” para referir os resultados de operações relativas a esquadrões da morte e assassinatos por via de *drones* que redundaram na morte de inocentes nas imediações, (*Público*, 28-07-2010b, p.14). É também notório o recurso a eufemismos para referirem estas revelações sobre o

Afeganistão (*Público*, 04-08-2010, p.29). O caso dos abusos cometidos no Iraque, levou a deixar de parte o cuidado e os eufemismos — o governo do Iraque acabou por receber as críticas mais duras (*Público*, 24-10-2010, p.34; *Público*, 28-10-2010, p.38). No *Cablegate*, a necessidade do segredo e da privacidade, foram justificadas na cobertura, dado que as revelações das comunicações diplomáticas representavam um risco para a segurança mundial (*Público*, 27-11-2010, p.20; *Público*, 29-11-2010, p.38; *Público*, 02-12-2010, p.30; *Expresso*, 04-12-2010b, p.33; *Expresso*, 11-12-2010a, p.37). Uma ordem de espionagem contra membros da ONU foi ignorada, com ou sem intenção, para dar espaço a críticas sobre a banalidade das revelações, ou *voyeurismo* que significavam (*Expresso*, 18-12-2010b, p.26; *Público*, 07-12-2010, p.39; *Expresso*, 11-12-2010, p.7).

No caso das “Revelações Portugal”, os dois órgãos de imprensa analisados não minimizaram as revelações da mesma forma. O *Expresso* conduziu uma investigação sobre os voos da CIA e, com base nos documentos na *WikiLeaks*, revelou que os voos violavam as convenções internacionais, e os direitos humanos, pois destinavam-se a deslocações ilegais de prisioneiros dos EUA. O semanário concluiu que o governo português não sabia, mas que também nunca quis saber. No *Público* foram questionadas as revelações dos voos da CIA e o Caso BCP com um tom derrotista, dizendo que nunca se saberia a verdade (*Público*, 13-12-2010, p.30; *Público*, 14-12-2010, p.30). Este posicionamento motivou uma intervenção do provedor do leitor (*Público*, 19-12-2010, p. 35).

Nos dois títulos analisados, mesmo as opiniões mais favoráveis à *WikiLeaks* revelam uma separação clara entre a organização ou Assange, e o jornalismo. Utilizaram o caso *WikiLeaks* para criticar o estado do jornalismo, e a imprensa portuguesa, assim como algumas opiniões veiculadas contra as revelações. Daniel Oliveira por exemplo disse que ao divulgar as fugas de informação, a *WikiLeaks* estava a cumprir o dever dos jornalistas que, durante vários anos, se acomodaram e aceitaram acriticamente acções do poder (*Expresso*, 11-12-2010b, p.37).

Por fim, enquanto o *Público* se manteve firme na defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras, até ao final de dezembro, o *Expresso* também, mas passou a demonstrar alguma afinidade pela *WikiLeaks*.

Em suma os dois jornais efectuaram uma defesa do paradigma do jornalismo e manutenção de fronteiras face ao fenómeno *WikiLeaks*, e a cobertura foi fundamentalmente semelhante.

Num estudo centrado na cobertura feita pelo *New York Times* e o *Guardian* do caso *WikiLeaks*, Coddington demonstra que o valor institucional acabou por verificar-se como supranacional por ser partilhado pelas duas organizações, sendo que as rotinas de trabalho, a relação com as fontes e a objectividade, surgiram como valores específicos referentes ao contexto nacional em que os jornais se inseriam. No caso de Portugal, no estudo por nós desenvolvido, o *Público* e o *Expresso* demonstraram que tanto o valor institucional, como a relação com fontes, as rotinas de trabalho e a objectividade, são apresentados como valores do jornalismo supranacionais, dado que ambos os jornais portugueses encontraram na *WikiLeaks* problemas em relação a todos estes valores, à semelhança do *New York Times* no estudo de Coddington. (Coddington, 2012, pp.389-390).

Em nosso entender, a postura do *Público* e do *Expresso* na cobertura do caso *WikiLeaks*, pode ter tido um efeito perverso, funcionando como um elemento dissuasor. Poderá inibir *whistleblowers* de procurá-los para divulgar informação semelhante à revelada pela *WikiLeaks* e até encorajar medidas mais radicais, como “despejar” informação directamente na *net*.

Finalmente, seria interessante replicar esta investigação, aplicada ao *Sol*, *Jornal I*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* e à revista *Visão*, no ano de 2010. Outras possibilidades, passariam por investigar as posições dos mesmos órgãos de comunicação social, ou os *media* portugueses em geral, sobre as divulgações da *WikiLeaks* durante as Presidenciais norte-americanas em 2016, para perceber se a percepção dos *media* portugueses sobre a *WikiLeaks* e as suas revelações, se manteve ou alterou, e em que sentido. Por fim, também seria interessante averiguar a posição dos *media* portugueses face a casos de fugas de informação e *whistleblowers*, como por exemplo as revelações do Caso *Snowden*; o *Football Leaks*; *Panamá Papers*; *Paradise Papers*; *SwissLeaks*.

Bibliografia

Almiron, N. & Segovia, I.A. (2012) Financialization, Economic Crisis, and Corporate Strategies in Top Media Companies: The Case of Grupo Prisa. *International Journal of Communications*, (6) setembro, pp. 2894-2917.

Antikainen, A. (2015) *DIPLOMATIC TRANSPARENCY: A WIKILEAKS CASE STUDY*. Bachelor thesis, Tallinn University of Technology.

Baack, S. (2011) A new Style of News Reporting: WikiLeaks and Data-driven Journalism. *Cyborg Subjects: Discourses on Digital Culture*, 1-10.

Bardin, L. (2016) *Análise de Conteúdo*. 5.^a ed. Lisboa, Edições 70.

Beckett, C. & Ball, J. (2012) *WikiLeaks: News in the Networked Era*. Cambridge, Polity Press.

Benkler, Y. (2013) WikiLeaks and the Networked Fourth Estate. In Brevini et al. ed. *Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 11-34.

Brevini, B. & Murdock, G. (2013) Following the Money: WikiLeaks and the Political Economy of Disclosure. In Brevini et al. ed. *Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 35-55.

Brevini et al (2013) Introduction. In Brevini et al. ed. *Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 1-10.

Canavilhas, J. (2012) From remediation to convergence: looking at the portuguese media. *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*, 8 (1) junho, pp.7-21.

Christensen, C. (2014a) A decade of WikiLeaks: So what?, *International Journal of Media and Cultural Politics*. 10 (3) setembro, pp. 273 – 284.

Christensen, C. (2014b) WikiLeaks and the Afterlife of *Collateral Murder*, *International Journal of Communication*. 8 janeiro, pp. 2593 – 2602.

- Coddington, M. (2012) Defending a Paradigm by Patrolling a Boundary: Two Global Newspapers' Approach to WikiLeaks. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 89 (3) maio, pp. 377-396.
- Davis, E. (1921) *History of The New York Times 1851-1921*. Nova Iorque, J.J. Little & Ives Co.
- Diamond, E. (1993) *Behind the Times: Inside the New New York Times*. Nova Iorque, Villard Books.
- Dobson, K. & Hunsinger, J. (2016) The political economy of WikiLeaks: Transparency and accountability through digital and alternative media. *Interactions: Studies in Communications & Culture*, 7 (1) setembro, pp.217-233
- Domscheit-Berg, D. (2011) *Inside WikiLeaks: My time with Julian Assange at the World's Most Dangerous Website*. Nova Iorque, Crown Publishers.
- Dunn, S. H. (2013) "Something Old, Something New...": WikiLeaks and the Collaborating Newspapers – Exploring the Limits of Conjoint Approaches to Political Exposure. In Brevini et al. ed. *Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 85-100.
- Eveno, P. (2010) *La presse*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Garcia R. M. (2012) Aproximación al análisis del fenómeno WikiLeaks como produto periodístico. janeiro, Universidad de Valladolid.
- Greenberg, A. (2012) *This Machine Kills Secrets: How WikiLeaks, Cypherpunks, and Hacktivists Aim to Free the World's Information*. Nova Iorque, Dutton.
- Hazlitt, W. (1835) *The Character of W. Cobbett, M.P.* Londres, J.Watson.
- Jefferson, T. (1899) 1820: To John Holmes, April 22d, Missouri question — Emancipation — Colonization. In Ford, L.P. ed. *The Writings of Thomas Jefferson*, Nova Iorque, The Knickerbocker Press, pp.157-158.
- Leigh, D. & Harding, L. (2011) *WikiLeaks: Inside Julian Assange's War on Secrecy*. Londres, Guardian Books.

Lynch, L. (2010) “WE’RE GOING TO CRACK THE WORLD OPEN”, *Journalism Practice*, 1-10 março, pp.1-10.

Lynch, L. (2013) The Leak Heard Round the World? Cablegate in the Evolving Global Mediascape. In Brevini et al. ed. *Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 56-77.

Mesquita, M. (2004) *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. 2.^a ed. Coimbra. MinervaCoimbra.

Mesquita, M. & Rebelo, J. (orgs.) (1994) *O 25 de Abril nos media internacionais*. Col. Textos/25, Edições Afrontamento, Porto.

Møller, J. (2012). Wikileaks and consequences for modern diplomacy – observations by a foreign policy practitioner. *Politik*, 15 (2) março, pp. 18-25.

Oliveira, D. (2012) O PODER DA INFORMAÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL: A WIKILEAKS E A REVOLUÇÃO NA TUNÍSIA. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Pacheco, L. (2011) Wikileaks e Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui. *Estudos em Comunicação*, (9) maio, pp.31-43.

Rusbridger, A. (2018) *Breaking News: The remaking of journalism and why it matters now*. Edimburgo, Canongate Books.

Sousa, J. (2001) Elementos de jornalismo impresso. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>.

Thompson, S. H. (2003) *Kingdom of Fear: Loathsome Secrets of a Star-Crossed Child in the Final Days of the American Century*. Nova Iorque, Simon & Schuster Paperbacks.

Wahl-Jorgensen, K. (2014) Is WikiLeaks Challenging the Paradigm of Journalism? Boundary Work and Beyond. *International Journal of Communication*, 8 janeiro, pp. 2581-2592.

ANEXOS

Anexo 1

Artigos citados no trabalho — *Público*

A.F.P. (2010) Al-Qaeda planeou ataque ao estilo do 11 de setembro em Cabul. *1.º Caderno Público*, 7422, 31 de julho de 2010, p.16.

Barata, C. (2010) Este homem pode estar prestes a revelar um quarto de milhão de segredos dos EUA na Net. *1.º Caderno Público*, 7380, 19 de junho, p.21.

Barata, C. (2010) Soldado que terá dado documentos ao WikiLeaks acusado. *1.º Caderno Público*, 7399, 8 de julho, p.14.

Barata, C. (2010) Suécia vai pedir detenção do editor do site WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7533, 19 de novembro, p.26.

Barata, C. (2010) WikiLeaks prestes a revelar comunicações diplomáticas que podem embaraçar Obama. *1.º Caderno Público*, 7541, 27 de novembro, p.20.

Cardoso, E.M. (2010) Que belos uiquilicos. *1.º Caderno Público*, 7547, 3 de dezembro, p.41.

C.B. (2010b) Assange, a alma de um projecto de denúncia. *1.º Caderno Público*, 7506, 23 de outubro, p.14.

Custódia, H. (2010) Alegre diz que mudança das leis laborais não promove o crescimento económico. *1.º Caderno Público*, 7562, 18 de dezembro, p.5.

Fernandes, A.J. (2010a) Acusações ao Paquistão enfraquecem a posição de Obama perante o Congresso. *1.º Caderno Público*, 7419, 28 de julho, p.14.

Fernandes, A.J. (2010) Extradicação para a Suécia é o desfecho mais provável. *1.º Caderno Público*, 7552, 8 de dezembro, pp.14-15.

Fernandes, A.J. (2010) O admirável mundo de Assange. *P2*, 7513, 30 de outubro, p.12.

Fernandes, A.J. (2010) O aspirante a ‘inimigo público’ da América. *1.º Caderno Público*, 7507, 24 de outubro, p.13.

Fernandes, A.J. (2010) Uma ‘bomba’ de 91.731 documentos contra a guerra no Afeganistão. *1.º Caderno Público*, 7418, 27 de julho, p.2.

Fernandes, A.J. (2010) WikiLeaks falha *big bang* mediático. *P2*, 7422, 31 de julho, pp.4-5.

Fernandes, A.J. (2010) WikiLeaks mata a transparência. *P2*, 4 de dezembro, p.16.

Fernandes, M.J. (2010) De que falamos quando falamos de Assange e da WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7554, 10 de dezembro, p.38.

Ferreira, R.A.M. (2010) Quem tem “medo” da WikiLeaks?. *1.º Caderno Público*, 7566, 22 de dezembro, p.38.

Furtado, D. (2010) Rússia é um ‘Estado mafioso’ no regime de Vladimir Putin. *1.º Caderno Público*, 7547, 3 de dezembro, p.12.

Furtado, D. (2010) Suécia cancelou em horas mandado de captura por violação contra o criador do WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7444, 22 de agosto, p.13.

Gaspar, M. (2010) WikiLeaks: transparência, segredo e opacidade. *1.º Caderno Público*, 7551, 7 de dezembro, p.39.

Gomes, K. (2010) Um embaraço diplomático para Obama?. *1.º Caderno Público*, 7543, 29 de novembro, p.2.

Guimarães, J.M. (2010a) WikiLeaks atinge os EUA com ‘impacto máximo’. *1.º Caderno Público*, 7506, 23 de outubro, p.14.

J.P.P. (2010) Director promete revelar mais segredos. *1.º Caderno Público*, 7418, 27 de julho, p.3.

Lomba, P. (2010) WikiLeaks: a terceira via. *1.º Caderno Público*, 7551, 7 de dezembro, p.40.

Lomba, P. (2010) O direito a não saber. *1.º Caderno Público*, 7544, 30 de novembro, p.40.

Lorena, S. (2010) Um trabalho jornalístico com o ‘rigor de sempre’. *1.º Caderno Público*, 7549, 5 de dezembro, pp.18-19.

Lorena, S. (2010) Jornais dizem não ter posto vidas em risco. *1.º Caderno Público*, 7549, 5 de dezembro, p.19.

Malheiros, V.J. (2010) A angústia dos média antes do penalty. *1.º Caderno Público*, 7397, 6 de julho, p.37.

Malheiros, V.J. (2010) Abril a janela e arejar a democracia. *1.º Caderno Público*, 7551, 7 de dezembro, p.37.

Malheiros, V.J. (2010) Memórias de uma imprensa bem-comportada. *1.º Caderno Público*, 7059, 26 de outubro, p.37.

Moreira, C.M. (2010) WikiLeaks à portuguesa. *1.º Caderno Público*, 7556, 12 de dezembro, p.38.

Mucznik, E. (2010) Mercenário da informação. *1.º Caderno Público*, 7546, 2 de dezembro, p.31.

P.C. & M.J.G. (2010) Vaticano, Israel e Coreia do Norte alvo da organização. *1.º Caderno Público*, 7545, 1 de dezembro, p.14.

Pereira, F.A. (2010) Democratas estão mais divididos mas aprovam fundos para a guerra no Afeganistão. *1.º Caderno Público*, 7420, 29 de julho, p.17.

Pereira, P.J. (2010) As fugas do WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7548, 4 de dezembro, p.37.

Público (2010) Vídeo mostra raide aéreo dos EUA contra civis. *1.º Caderno Público*, 7304, 7 de abril, p.13.

Público (2010) O segredo de uma fuga de informação. *1.º Caderno Público*, 7418, 27 de julho, p.30.

Público (2010b) O lado menos visível da guerra no Afeganistão. *1.º Caderno Público*, 7419, 28 de julho, p.14.

Público (2010) Pentágono teme represálias contra informadores. *1.º Caderno Público*, 7421, 30 de julho, p.17.

Público (2010) WikiLeaks mantém que vai publicar mais documentos. *1.º Caderno Público*, 7437, 15 de agosto, p.13.

Público (2010) Os ricos e a virtude do WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7507, 24 de outubro, p.34.

Público (2010) Assange volta a gerar polémica. *1.º Caderno Público*, 7508, 25 de outubro, p.11.

Público (2010) WikiLeaks divulga imagens de disparos ilegais. *1.º Caderno Público*, 7510, 28 de outubro, p.19.

Público (2010) A sentença de Aziz ou vingança inútil. *1.º Caderno Público*, 7510, 28 de outubro, p.38.

Público (2010) Fugas assimétricas. *1.º Caderno Público*, 7543, 29 de novembro, p. 38.

Público (2010a) ONU lembra o seu estatuto inviolável. *1.º Caderno Público*, 7544, 30 de novembro, p.5.

Público (2010b) China usada na rota Coreia do Norte-Irão. *1.º Caderno Público*, 7544, 30 de novembro, p.5.

Público (2010) O conta-gotas do vingador do momento. *1.º Caderno Público*, 7546, 2 de dezembro, p.30.

Público (2010) Americanos e afegãos criticam actuação britânica em Helmand. *1.º Caderno Público*, 7548, 4 de dezembro, p.20.

Público (2010) O valor da ‘bisbilhotice’. *1.º Caderno Público*, 7549, 5 de dezembro, p.18.

Público (2010a) Chávez e narcotráfico financiam Nicarágua. *1.º Caderno Publico*, 7552, 8 de dezembro, p.15.

Público (2010b) Visa e Mastercard cancelam pagamentos. *1.º Caderno Público*, 7552, 8 de dezembro, p.15.

Público (2010c) New York Time pode ser investigado. *1.º Caderno Público*, 7552, 8 de dezembro, p.15.

Público (2010) Zapatero ofereceu bases espanholas ao Pentágono. *1.º Caderno Público*, 7553, 9 de dezembro, p.15.

Público (2010) WikiLeaks, a revolta na rede. *1.º Caderno Público*, 7554, 10 de dezembro, p.40.

Público (2010) Sócrates e as dúvidas do WikiLeaks. *1.º Caderno Público*, 7557, 13 de dezembro, p.30.

Público (2010) WikiLeaks à maneira portuguesa. *1.º Caderno Público*, 7558, 14 de dezembro, p.30.

Público (2010) Competição renhida. *1.º Caderno Público*, 7560, 16 de dezembro, p.17.

Público (2010) O que se joga na liberdade de Assange. *1.º Caderno Público*, 7561, 17 de dezembro, p.40.

Queirós, J. (2010) Fugas novas, problemas velhos. *1.º Caderno Público*, 7563, 19 de dezembro, p.35.

Público (2010) Austrália geriu Babiló com Indonésia. *1.º Caderno Público*, 7569, 26 de dezembro, p.16.

Reis, C.B. (2010) O significado dos WikiLeaks e a guerrilha no Afeganistão. *1.º Caderno Público*, 7426, 4 de agosto, p.29.

Ribeiro, N. (2010) Na sala do projecto C. *P2*, 18 de dezembro, pp.8-9.

Rocha, M.J. (2010) Francisco Lopes acha que Portugal devia ser indemnizado pela entrada no euro. *1.º Caderno Público*, 7561, 17 de dezembro, p.8.

Rocha, M.J. (2010) WikiLeaks põe à prova relação dos EUA com os seus aliados. *1.º Caderno Público*, 7543, 29 de novembro, pp.2-3.

Silvares, R. (2010) O sintoma. *1.º Caderno Público*, 7559, 15 de dezembro, p.38.

Sousa, T. (2010) A quem serve a ‘transparência’?. *1.º Caderno Público*, 7544, 30 de novembro, p.3.

Sousa, T. (2010) A transparência está a Oeste, o segredo a Leste. *1.º Caderno Público*, 7552, 8 de dezembro, p.41.

Tavares, R. (2010) E se a verdade não for novidade? *1.º Caderno Público*, 7424, 2 de agosto, p.32.

Tavares, R. (2010) Tudo se desconjunta. *1.º Caderno Público*, 7552, 8 de dezembro, p.44.

Tavares, R. (2010) Um inestimável serviço à democracia. *1. Caderno Público*, 7545, 1 de dezembro, p.40.

Artigos citados no trabalho — *Expresso*

Brás, M. (2010) WikiLeaks: Fim do Mundo?. *1.º Caderno Expresso*, 1992, 30 de dezembro, p.38.

Calle, L.A. (2010a) Juizes na mira. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.33.

Coelho, L. (2010a) WikiLeaks e a ética da informação. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.44.

Cordeiro, P. (2010) Podres da guerra revelados na net. *1.º Caderno Expresso*, 1970, 31 de julho, p.29.

Cordeiro, P. (2010) O homem que revela os segredos dos poderosos. *1.º Caderno Expresso*, 1991, 23 de dezembro, p.17.

Cordeiro, P. (2010) O 11 de setembro da diplomacia. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.32.

Cordeiro, P. (2010) Assange livre, mas a prazo. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, pp.24-25.

Cordeiro, P. (2010) Assange o denunciador. *Única*, 1989, 11 de dezembro, pp.42-46,48.

Cordeiro, P. (2010a) WikiLeaks: os factos da semana. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.26.

Cunha, M. (2010) Brincar com o fogo. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.46.

Cutileiro, J. (2010b) A nova ordem mundial. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.26.

Cutileiro, J. (2010) WikiLeaks e decência. *1. Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.33.

Expresso (2010) Vídeo de 2007 revela matança de inocentes. *1.º Caderno Expresso*, 1953, 10 de abril, p.32.

Expresso (2010) Partido dos Piratas acolhe infraestrutura da WikiLeaks. *1.º Caderno Expresso*, 1973, 21 de agosto, p.32.

Expresso (2010) Abusos na guerra do Iraque. *1. Caderno Expresso*, 1983, 30 de outubro, p.33.

Expresso (2010) WikiLeaks: A enciclopédia das fugas. *1. Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.2.

Expresso (2010) Segredos na era da Internet. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.36.

Expresso (2010) Drama dos enganados. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.42.

Ferreira, E.M. (2010) Sortido de natal. *Economia*, 1990, 18 de dezembro, p.31.

Figueiredo, A.M. (2010b) Telegramas trazem boas notícias. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.44.

Henrique, M. (2010) WikiLeaks e a sociedade decente. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.3.

Madrinha, F. (2010) Danos colaterais. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.11.

Madrinha, F. (2010) O ‘ESCÂNDALO’ AMADO. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.11.

Monjardino, M. (2010) O Afeganistão depois da WikiLeaks. *1.º Caderno Expresso*, 1970, 31 de julho, p.25.

Monjardino, M. (2010) Parabéns aos diplomatas americanos. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.29.

Monjardino, M. (2010c) WikiLeaks e a revolução tecnológica. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.26.

- Oliveira, D. (2010) A verdade doi. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.37.
- Oliveira, D. (2010) Jornalismo Suave. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.43.
- Pereira, M. (2010) Repatriamento pedido pelos EUA destinava-se a voos ilegais. *1.º Caderno Expresso*, 1990, 18 de dezembro, p.25.
- Ramos, R. (2010) Uma guerra imaginária. *1. Caderno Expresso*, 1971, 7 de agosto, p.37.
- Ramos, R. (2010) WikiLeaks: A arte da fuga. *1. Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.45.
- Raposo, H. (2010) Paredes de Vidro. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.37.
- Resende, M. (2010d) Silêncio absoluto. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.33.
- Ribeiro, D. (2010b) “Notre ami, Sarkozy...”. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.33.
- Silva, M. (2010) Revelações explosivas. *1.º Caderno Expresso*, 1983, 30 de outubro, p.10.
- Tavares, P.J. (2010c) Deus e Erdogan. *1.º Caderno Expresso*, 1988, 4 de dezembro, p.33.
- Tavares, S.M. (2010) A sociedade devassa. *1.º Caderno Expresso*, 1989, 11 de dezembro, p.7.

Anexo 2

Quadro n.º 9 - *Público*, 2010 - Artigos por trimestre/caderno

<i>Público</i>	Trimestres				Artigos	%
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre		
1.º CadernoP	-	3	24	169	196	96,1
P2	-	-	1	5	6	2,9
Pública	-	-	-	2	2	1
Total Artigos	-	3	25	176	204	100

Anexo 3

Quadro n.º 10 - *Expresso*, 2010 - Artigos por trimestre/caderno

<i>Expresso</i>	Trimestres				Artigos	%
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre		
1.º CadernoE	-	1	6	53	60	88,2
Única	-	-	-	5	5	7,4
Economia	-	-	-	3	3	4,4
Total Artigos	-	1	6	61	68	100

Anexos 4

Quadro n.º 11 – *Público*, 2010 - Temas dos artigos

<i>Público</i>		
Temas	Artigos	%
<i>Cablegate</i>	104	51,0
Julian Assange	28	13,7
<i>WikiLeaks – Organização</i>	25	12,3
Revelações Portugal	18	8,8
Diários do Afeganistão	18	8,8
Diários do Iraque	10	4,9
<i>Collateral Murder</i>	1	0,5
Total Artigos	204	100

Anexo 5

Quadro n.º 12 – *Expresso*, 2010 - Temas dos artigos

<i>Expresso</i>		
Temas	Artigos	%
<i>Cablegate</i>	34	50
<i>WikiLeaks</i> – Organização	12	17,6
Revelações Portugal	9	13,2
Julian Assange	7	10,3
Diários do Afeganistão	3	4,4
Diários do Iraque	2	2,9
<i>Collateral Murder</i>	1	1,5
Total Artigos	68	100

Anexo 6

Quadro n.º 13 – *Público*, 2010 - Temas dos artigos por dimensão

<i>Público</i>				
Temas	Dimensão Artigos			Total
	Grande	Média	Pequena	
<i>Collateral Murder</i>	-	-	1	1
Diários do Afeganistão	3	13	2	18
Diários do Iraque	3	3	4	10
Julian Assange	4	19	5	28
Revelações Portugal	1	17	-	18
<i>Cablegate</i>	13	65	26	104
<i>WikiLeaks-Organização</i>	3	13	9	25
Total Artigos	27	130	47	204

Anexo 7

Quadro n.º 14 – *Expresso*, 2010 - Temas dos Artigos por Dimensão

<i>Expresso</i>				
Temas	Dimensão Artigos			Total
	Grande	Média	Pequena	
<i>Collateral Murder</i>	-	-	1	1
Diários do Afeganistão	1	1	1	3
Diários do Iraque	-	-	2	2
Julian Assange	1	2	4	7
Revelações Portugal	1	4	4	9
<i>Cablegate</i>	3	16	15	34
<i>WikiLeaks-Organização</i>	-	5	7	12
Total Artigos	6	28	34	68

Anexo 8

Quadro n.º 15 – Público, 2010 - Temas por Posição sobre a *WikiLeaks*

<i>Público</i>				
Temas	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>			Total
	Negativa	Neutra	Positiva	
<i>Collateral Murder</i>	-	1	-	1
Diários do Afeganistão	6	11	1	18
Diários do Iraque	3	5	2	10
Julian Assange	4	23	1	28
Revelações Portugal	-	18	-	18
<i>Cablegate</i>	25	68	11	104
<i>WikiLeaks</i>-Organização	5	19	1	25
Total Artigos	43	145	16	204

Anexo 9

Quadro n.º 16 – *Expresso*, 2010 - Temas por Posição sobre a *WikiLeaks*

<i>Expresso</i>					
Temas	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>				Total
	Não menciona <i>WikiLeaks</i>	Negativo	Neutro	Positivo	
<i>Collateral Murder</i>	1	-	-	-	1
Diários do Afeganistão	-	3	-	-	3
Diários do Iraque	-	-	2	-	2
Julian Assange	-	-	7	-	7
Revelações Portugal	-	1	6	2	9
<i>Cablegate</i>	-	13	17	4	34
<i>WikiLeaks</i> - Organização	-	2	9	1	12
Total Artigos	1	19	41	7	68

Anexo 10

Quadro n.º 17 – *Público*, 2010 – Posição sobre a *WikiLeaks* por género dos artigos

<i>Público</i>				
Género Artigos	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>			Total
	Negativa	Neutra	Positiva	
Análise	3	-	-	3
Carta do Leitor	-	1	2	3
<i>Chat com os Leitores</i>	-	2	-	2
Editorial	3	6	1	10
Notícia	16	126	1	143
Opinião	20	8	12	40
Reportagem	1	2	-	3
Total Artigos	43	145	16	204

Anexo 11

Quadro n.º 18 – *Expresso*, 2010 – Posição sobre a *WikiLeaks* por género dos artigos

<i>Expresso</i>					
Género Artigos	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>				Artigos
	Não menciona <i>WikiLeaks</i>	Negativa	Neutra	Positiva	
Carta do Leitor	-	2	1	-	3
Editorial	-	-	1	1	2
Entrevista	-	-	1	-	1
Investigação	-	-	1	-	1
Notícia	1	1	24	-	26
Opinião	-	16	11	6	33
Perfil	-	-	1	-	1
Reportagem	-	-	1	-	1
Total Artigos	1	19	41	7	68

Anexo 12

Quadro n.º 19 – *Público*, 2010 – Posição sobre a *WikiLeaks* por tipo de autor

<i>Público</i>				
Tipo de Autor	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>			Total
	Negativa	Neutra	Positiva	
Colunista	13	1	10	24
Jornalista e Correspondente	25	64	-	89
Leitor	-	3	2	5
Provedor do Leitor	-	1	-	1
Não Identificado	2	70	3	75
Total Artigos	40	139	15	194

Anexo 13

Quadro n.º 20 – *Expresso*, 2010 – Posição sobre a *WikiLeaks* por tipo de autor

<i>Expresso</i>					
Função dos Autores	Posição sobre <i>WikiLeaks</i>				Total
	Não menciona <i>WikiLeaks</i>	Negativa	Neutra	Positiva	
Colunista	-	11	-	-	11
Jornalista e Correspondente	-	5	26	6	37
Leitor	-	2	1	-	3
Não Identificado	1	1	13	-	15
Total Artigos	1	19	40	6	66

Anexo 14

Público (2010) Fugas do WikiLeaks lançam crise diplomática global. 1.º Caderno *Público*, 7543, 29 de novembro, p.1.

Seg 29 Nov Edição Lisboa
Segunda-Feira, 29 de Novembro de 2010, Ano XXI, nº 7543, 1€
Diretora: Bárbara Reis
Diretores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Diretora de Arte: Sílvia Matos
www.pUBLICO.pt

Nova Coleção Filmografia completa de Michel Giacometti

2.º Livro + DVD Hoje por mais 8,90€

Fugas da WikiLeaks lançam crise diplomática global

250 mil documentos, alguns dos quais secretos, entregues a cinco jornais

Mais de 700 telegramas oficiais enviados a partir da embaixada em Lisboa

EUA não acreditam que atacar o Irão o afaste do nuclear e receberam pedido para cortar "a cabeça da serpente"

Líder da ONU e de vários Estados espíados

Págs. 2/3 e Editorial

Público 20 anos

Assumpt, fundador da WikiLeaks, está há meses escondido

Zona euro pede mais reformas a Portugal

● A pressão sobre Portugal para recorrer ao fundo de estabilização do euro atenuou-se. No entanto, os ministros das Finanças do Eurogrupo pediram a Teixeira dos Santos o compromisso de realizar reformas significativas nos sectores da saúde e dos transportes e no quadro orçamental. Os países da zona euro procuraram travar os riscos de crise sistémica que pesam sobre a moeda única com a aprovação de uma ajuda de 85 mil milhões de euros à Irlanda e a clarificação das regras do seu futuro mecanismo de gestão de crises. Os Dezasseis decidiram, em concreto, abandonar a ideia que penalizava os investidores privados, através do seu envolvimento automático em futuros processos de reestruturação da dívida soberana dos países em risco de insolvência. A ideia tinha sido defendida pela Alemanha e França. → Economia, 20

Crise

Dívidas são 70% dos processos em tribunal

● Em 1,6 milhões de processos pendentes nos tribunais portugueses, 1,1 milhões são acções de execução de dívidas, muitas de valor irrisório. A situação piorou com a crise económica e tende a agravar-se ainda mais. O grande grupo de exequentes é constituído por empresas de telecomunicações e sector financeiro → Portugal, 4

Eric Cantona

O polémico ex-futebolista quer esvaziar os bancos. Faz sentido?

P2

Director-geral das Artes

Sócrates "não tem estratégia" para a Cultura

● João Aidos, director-geral das Artes desde Julho, declara que há "uma falta de estratégia política do primeiro-ministro" para a Cultura. Em entrevista, faz um diagnóstico pessimista do sector, atribui responsabilidades ao Governo, artistas e autarquias e diz que se sente uma grande impotência perante uma máquina "difícil de contrariar". → Portugal, 10/11

A revolução de Ana Maria de nas Empresas: Livrar-se do papel! Criação de novos modelos de negócio:

- Facturação Electrónica
- Contratação Pública Electrónica
- Compra Electrónica

www.saphety.com

saphety 210 114 620

FESTA DOS LIVROS GULBENKIAN HOJE APRESENTAÇÃO ÀS 18H30 REVISTA COLÓQUIO LETRAS Nº 175 José Carlos Seabra Pereira, Eduardo Lourenço e Nuno Júdice

Anexo 15

Público (2010) EUA ignoram no Iraque tortura e morte de civis. 1.º Caderno Público, 7506, 23 de outubro, p.1.

Sáb 23 Out Edição Lisboa
Sábado, 23 de Outubro de 2010, Ano XXI, n.º 1906, 600€
Direção: Barbara Deix
Diretores adjuntos: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Diretora de Arte: Sónia Mateus
www.publico.pt

Colecção Animação
Vol. 5 As Fantásticas Viagens dos Gótimos
Hoje por apenas mais 1,95€



Público 20 anos

Fugas A Tailândia que não aparece nos roteiros

Governo quer tirar benefícios a igrejas, mas não à Igreja Católica

PSD garante que só razões políticas impedirão um acordo no Orçamento

- O Governo quer retirar os benefícios fiscais concedidos em 2001 às instituições religiosas não católicas e às instituições particulares de solidariedade social, mas mantendo os apoios concedidos desde 1990 à Igreja Católica. A iniciativa não foi comunicada às diversas comunidades e aparece na proposta de Orçamento do Estado de 2011, que hoje começa a ser discutida entre o Governo e o PS. Sobre esta negociação, o secretário-geral e porta-voz do PSD, Miguel Relvas, garantiu ontem ao PÚBLICO que só motivos políticos podem impedir um entendimento com o Governo sobre o OE. "Com esta equipa de negociadores, não será por razões técnicas que não se chegará a uma solução." → Portugal, 6, e Economia, 30

Três laboratórios dão um milhão de euros em prendas a médicos

- Entre 2006 e 2007, um único laboratório da indústria farmacêutica gastou 2,6 milhões de euros com viagens de médicos a congressos no estrangeiro e outros três ofereceram prendas de quase um milhão de euros. Estes dados constam de um relatório de auditoria que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) realizou em 2009 ao sistema de controlo da indústria farmacêutica, e a que o PÚBLICO teve acesso. → Portugal, 6

383 mil afectados Cortes a abonos de família já em Novembro

- Em Novembro avançam já os cortes nas prestações sociais. As famílias com rendimentos mensais superiores a 629 euros vão deixar de receber abono e os beneficiários dos escalões mais baixos perdem a majoração de 25 por cento. → Economia, 21

Acordo para dois anos Aumentos de 3,9 por cento na Autoeuropa

- Os 3000 trabalhadores da Autoeuropa vão ter um aumento salarial de 3,9 por cento, para vigorar até ao fim de Setembro de 2012, e a empresa compromete-se a não fazer qualquer despedimento colectivo até ao fim desse ano. → Economia, 22

Pelé faz hoje 70 anos "Em vez de 15 minutos, terá 15 séculos de fama", disse Warhol



PELÉ/AGF

Wikileaks denuncia EUA ignoram no Iraque tortura e morte de civis

- Os Estados Unidos ignoraram milhares de casos de violência sobre detidos levados a cabo pelas forças iraquianas — tortura, violação e até assassinatos, dizem os documentos dados pelo site Wikileaks a vários órgãos de comunicação social. → Mundo, 14

Reportagem O drama dos 33 mineiros chilenos não comoveu a Panasqueira P2



Nuno Ramos O artista que perturba o Brasil P2

Bombarral PJ detém capo da máfia em fuga há vários anos

- A PJ deteve no Bombarral um capo siciliano há vários anos em fuga das autoridades do seu país. Este homem, juntamente com mais seis pessoas, será responsável por crimes de furto, branqueamento de capitais e associação criminosa. → Portugal, 11

Pelé no Mundial de 1966, após a dicrota com Portugal (3-1). Pág. 22

Anexo 16

Público (2010) Líder do BCP propôs dar aos EUA informações sobre finanças do Irão.
1.º Caderno *Público*, 7557, 13 de dezembro, p.1.

Seg 13 Dez Edição Lisboa
Segunda-Feira, 13 de Dezembro de 2010, Ano XXI, n.º 7557, 8€
Directora: Bárbara Reis
Directores adjuntos: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho
& Miguel Casqueiro. Directora de Arte: Sónia Mateus
www.publico.pt

Nova Coleção Filmografia Completa de Michel Giacometti 4.º Livro+DVD
Hoje por apenas mais 8,90€

Público 20 anos

10 livros para oferecer neste Natal P2

Escolhas

Ted Hughes
Um poema inacabado que é uma longa confissão P2

Salazar

Líder do BCP propôs dar aos EUA informações sobre finanças do Irão

Telegramas do WikiLeaks revelam estratégia de Carlos Santos Ferreira para poder negociar com Teerão. Sócrates autorizou repatriamentos via Lajes

● O presidente do Banco Comercial Português (BCP), Carlos Santos Ferreira, propôs informar a Administração norte-americana sobre as actividades financeiras do Irão como contra-partida a que os Estados Unidos não penalizassem a entidade portuguesa por querer negociar com o regime de Teerão. Esta revelação surge na edição de hoje do diário *El País*, citando telegramas da embaixada dos EUA em Lisboa enviados ao Departamento de Estado e que constam da documentação do WikiLeaks. Em outra série de telegramas, os diplomatas americanos congratulam-se com o facto de José Sócrates ter autorizado a utilização da base das Lajes para repatriar prisioneiros de Guantánamo. → Destaque, 2/3

Druga
70% da cocaína adulterada com medicamentos

● Setenta por cento das amostras de cocaína analisadas desde Abril de 2009, no âmbito de um projecto nacional de teste de drogas, continham analgésicos ou desparasitantes para disfarçar a sua reduzida pureza e aumentar o seu preço. As 531 análises feitas em laboratório a droga proveniente de grandes eventos musicais comprovam que aquela é o produto mais adulterado. → Portugal, 4

Dados do IEFP
Desemprego aumenta entre imigrantes

● Entre Janeiro e Outubro deste ano, o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional registou uma subida de 18 por cento no número dos desempregados imigrantes, mais quatro por cento do que o aumento do desemprego geral em Portugal. Esses dados evidenciam que os trabalhadores vindos do estrangeiro estão a ser os mais afectados pela crise - que afecta o país. → Economia, 18

Crosse Vitória de Jéssica Augusto contribui para o "tri" da selecção feminina nos campeonatos da Europa no Algarve Pág. 28



Jéssica na liderança da corrida, ontem, no Algarve

RECICLA

HOJE NO PÚBLICO
SOLIDARIEDADE ONLINE.
A INTERNET É UMA PODEROSA ARMA
DE INTERVENÇÃO SOCIAL.

bizdirect
DÁ UM IMPULSO AOS NEGÓCIOS.

portoverde

Anexo 17

P2 (2010) Espreitámos para a sala onde o *El País* trabalhou os telegramas da WikiLeaks. *P2*, 18 de dezembro, p.1.



Anexo 18

Público (2010) A maior fuga de informação da história militar americana chegou através da WikiLeaks e desmonta as contradições do conflito. *1.º Caderno Público*, 7418, 27 de julho, p.1.

Ter 27 Jul Edição Lisboa
Preço única, 27 de julho de 2010, Ano XXI, n.º 7418, 6,99 €
Diretora: Barbara Reis
Direções adjacentes: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho
& Miguel Casqueiro. Direção de Arte: Sílvia Maia
www.publico.pt

Colecção BD Gaston

Vol. 4 Festival de Broncas
Amanhã por apenas
mais 6,40 euros

Público 20 anos

Livro
Nascemos para correr mas estamos a morrer parados P2

Bayreuth
Ano de transição e Lohengrin como aposta P2

Daniel Schorr
O jornalista que irritava presidentes P2

Love Parade
O fim da festa que celebrava a queda do Muro de Berlim Pág. 14



Períodos de calor intenso coincidiram com mil mortes acima do esperado este ano

Secretário de Estado da Saúde lembra que períodos mais quentes "têm impacto sobre a mortalidade" • Temperaturas mínimas elevadas dificultam recuperação do stress térmico

Afganistão A maior fuga de informação da história militar americana chegou através da WikiLeaks e desmonta as contradições do conflito Págs. 2/3 e Editorial



Crise financeira

Teste mais duro deixaria 22 bancos de fora

• Se os testes de resistência tivessem incluído um cenário de incumprimento parcial de um Estado europeu, seriam 22 e não sete os bancos que fariam falha. → Economia, 16 e 17

Camboja

A sentença de Duch: 11 horas por cada morto

• O responsável pela pior prisão dos Khmer Vermelhos, Duch, foi condenado a 35 anos pela morte de 14 mil pessoas: o equivalente a 11 horas por cada morto. → Mundo, 10 e 11

Atletismo

Naide Gomes é figura de cartaz dos Europeus

• A atleta portuguesa é a mais popular figura da delegação portuguesa em Barcelona, que recebe os Europeus de atletismo. Nelson Évora falha a prova por lesão. → Desporto, 26



Algarve

Projecto PIN na Quinta do Lago em tribunal

• Sete ingleses que compraram apartamentos de uma unidade de luxo na Quinta do Lago, no Algarve, levam a empresa a tribunal por promessas não concretizadas. → Local

Anexo 19

Público (2010) EUA quiseram repatriar presos de Guantánamo por Portugal e Hillary lança ofensiva para atenuar danos. *1.º Caderno Público*, 7546, 2 de dezembro, p.1.

Qui 2 Dez Edição Lisboa
Quinta-feira, 2 de Dezembro de 2010, Ano XXI, n.º 7546, 1€
Direção: Barbara Heit
Diretores adjuntos: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho
e Miguel Casquilho. Diretora de Arte: Sílvia Mafra
www.publico.pt

Série Ipsilon - **Grandes Realizadores - Vol. 9**
Os Tempos De Harvey Milk, de Rob Epstein

Amanhã
por apenas
mais 1,95€

Público 20 anos

Teatro São Luiz
O novo ciclo que se abre com José Luís Ferreira P2

d'Orfeu
A associação de música que pôs Águeda no mapa P2

Arquitectura
Filipe Balestra quer hiperaldeias auto-suficientes P2



Patrões admitem um aumento do salário mínimo em 1,7 por cento

Juros da dívida aliviam, na expectativa de novas medidas de apoio do BCE

● A CIP recusa que o salário mínimo nacional chegue aos 500 euros em 2011, como pretendem os sindicatos, mas pondera um aumento para os

483 euros. O tema vai ser hoje discutido na Comissão Permanente de Concertação Social. A "saída da crise não se faz comprimindo os salários", diz,

em entrevista, João Rodrigues, investigador do Centro de Estudos Sociais, no dia em que os investidores aliviaram ontem a pressão sobre os juros

das dívidas soberanas europeias, na perspectiva de que o Banco Central Europeu anuncie novas medidas de apoio. → *Economia*, 10/10

Mundial de 2018

Corrida renhida a três e no meio de suspeitas

● Entrar no restrito lote dos organizadores de Mundiais de futebol, mas quase sem investir. É esta a estratégia de Portugal, que concorre à organização do Mundial de 2018 em parceria com Espanha e numa versão *low cost* para o lado nacional. Uma corrida que disputa com a Rússia e a Inglaterra e de que hoje se saberá o desfecho. → *Destaque*, 2 a 5

WikiLeaks EUA quiseram repatriar presos de Guantánamo por Portugal e Hillary lança ofensiva para atenuar danos Págs. 12/13



Hillary Clinton na clowira da OSCE, ontem, no Cascais

Em dois anos e meio

Só um condutor perdeu a carta por infracções

● A lei que prevê a retirada da carta de condução até à realização de um novo exame por via da acumulação de um certo número de infracções data de 1994, mas, até agora, contam-se pelos dedos das mãos os automobilistas a quem tal sanção foi aplicada. Nos últimos dois anos e meio, apenas um condutor foi objecto da cassação da carta. → *Portugal*, 6

Entrevista

"Não faz sentido" contribuintes pagarem a ADSE

● Desde há dois meses a presidir à Entidade Reguladora da Saúde, Jorge Simões volta a defender que não faz sentido que os contribuintes paguem a ADSE. Em entrevista, diz que é preciso rever as convenções e contrair a atenção nos hospitais empresarializados (EPE) e não que estão a ser geridos em parceria público-privada (PPP). → *Portugal*, 10/11

FESTA DOS LIVROS GULBENKIAN HOJE APRESENTAÇÃO ÀS 18H30 A NOVA HISTÓRIA DA ARTE Fernando António Baptista Pereira



Anexo 20

Público (2010) Santos Ferreira nega violação do sigilo. *1.º Caderno Público*, 7558, 14 de dezembro, p.1.

Ter 14 Dez Edição Lisboa
Terça-feira, 14 de Dezembro de 2010, Ano XXI, n.º 7558, 8€
Direção: Bárbara Reis
Diretores adjuntos: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Diretora de Arte: Sílvia Mateus
www.publico.pt

Hoje Coleção Pintores Portugueses
Vol. 15 Júlio Pomar por mais 6,90€ euros

Público 20 anos

Imperador Berlusconi refém de sete votos

No Parlamento de Roma a moção de desconfiança será disputada até ao fim. Se Berlusconi não sobreviver será o fim de uma época *Mundo, 10/11*



Sindicatos preparam providências cautelares contra cortes salariais

Tribunal Constitucional será chamado a apreciar cortes na função pública

- Os sindicatos estão a preparar-se para, logo nos primeiros dias de Janeiro, contestarem os cortes nos salários dos funcionários públicos. A estratégia seguirá dois caminhos. O primeiro passa por fazer por providências cautelares que travem a redução dos salários. O segundo é conseguir que o Tribunal Constitucional aprecie os dois artigos do Orçamento do Estado para 2011 que prevêem cortes salariais de 3,5 e 10%. A violação do princípio da igualdade e a prática de confisco são dois dos argumentos que os sindicatos estão a explorar para conseguirem convencer os tribunais. → *Economia, 15*

Partidos financiamento
Alterações à lei vão contra elogios europeus

- As alterações à lei de financiamento partidário ontem promulgadas pelo Presidente da República mexem na área em que Portugal é mais elogiado no mais recente relatório do Grupo de Estados contra a Corrupção. PS e PSD não se revêm nas preocupações de Cavaco Silva. → *Portugal, 4/5*

Wikileaks
Santos Ferreira nega violação do sigilo

- O presidente do BCP, Santos Ferreira, confirmou ontem ter tido conversações com o Irão, como referem os indólgos artigos diplomáticos citados pelo Wikileaks, mas nega ter-se disponibilizado para partilhar informações confidenciais com a embaixada americana. → *Destaque, 2/3*



Relatório da OMS
Afinal, os jovens são bem-comportados

- Não sabem à noite, não fumam, não bebem e começam a vida sexual mais tarde, mas o consumo de drogas aumentou ligeiramente entre os adolescentes e jovens portugueses dos 6.º, 8.º e 10.º anos. Estes são os resultados de um estudo apresentado hoje em Lisboa. → *Portugal, 10/9*

Escolhas
Hoje dez DVD para este Natal P2



bizdirect
REMAMOS TODOS PARA O SEU LADO.

FESTA DOS LIVROS GULBENKIAN HOJE
APRESENTAÇÃO ÀS 18H30
PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA NO MUNDO - ARQUITETURA E URBANISMO
José Mattoso e Mafalda Soares da Cunha



Anexo 21

Público (2010) Estivemos na sala do *El País* onde se tratam em segredo documentos da WikiLeaks. 1.º Caderno *Público*, 7562, 18 de dezembro, p.1.

Sáb 18 Dez Edição Lisboa
Sábado, 18 de Dezembro de 2010, Ano XXI, n.º 7562, LRBH
Direção: Bárbara Reis
Direções Adjuntas: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Direção de Arte: Sónia Mata
www.publico.pt

DVD Inédito – Fantasia Lusitana,
De João Carrijo

Hoje
por apenas mais 9,99€

Público 20 anos

10 Figuras de 2010

Hoje: Teixeira dos Santos, o homem no centro do furacão

10 Lições da década

Aprendemos como os mercados condicionam a política
Págs. 12/13 e Editorial



Sócrates admite ir ainda mais longe nas medidas para combater a crise

Primeiro-ministro acredita, porém, que o que já fez chega e que o país será olhado “finalmente com objectividade”

- O primeiro-ministro garantiu ontem que o Governo tomará no futuro as medidas adicionais de consolidação orçamental ou estímulo ao crescimento “que as circunstâncias impuserem”, embora mostrando-se convicto de que “os mercados olharão para a situação portuguesa finalmente com objectividade”. José Sócrates reagiu assim ao comentário feito na véspera por Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, sobre as reformas anunciadas pelo Governo na quarta-feira. Este parate foi explicado pelo primeiro-ministro aos seus pares durante o jantar de quinta-feira dos líderes da União Europeia reunidos numa cimeira de dois dias, suscitando alguns comentários aprovadores. Angela Merkel, chanceler alemã, e Jean-Claude Juncker, o seu homólogo luxemburguês que preside ao eurogrupo (os países da moeda única), afirmaram ter ficado impressionados com as reformas anunciadas. → Economia, 20 a 22

Mercados mantém receios face à evolução do euro

Consumo privado afunda e já está a crescer menos do que a actividade económica

Estivemos na sala do *El País* onde se tratam em segredo os documentos da WikiLeaks

Fora da prisão, Assange disse temer a extradição para os EUA P2 e pág. 18



Debate com Nobre

Cavaco: revisão das leis laborais não resolve crise

- Na qualidade de candidato a novo mandato como Presidente da República, Cavaco Silva declarou ontem que “não é pela via da alteração da legislação laboral” que se resolve a crise em Portugal, algo que foi uma das críticas que fez ontem ao Governo de José Sócrates, ao intervir no frente-a-frente com Fernando Nobre, na SIC. → Portugal, 4/5

Consumo no Natal

Lojas com muita imaginação para segurar clientes

- Com o consumo privado a recuar e um estudo a dizer que mais de metade dos portugueses vai gastar menos este ano, o que está a segurar as vendas no Natal são os esforços de última hora das empresas, que, em jeito de prenda, oferecem aos clientes reduções de preços, descontos a utilizar em compras futuras, serviços complementares. → Destaque, 2/3

Avaliados pelo PISA

Maioria espera vir a concluir um mestrado

- Os alunos portugueses que realizaram os testes PISA esperam, na sua maioria (51,5 por cento), concluir um mestrado ou doutoramento. Entre os 6292 alunos avaliados em 2009, 15 por cento tinham ficado retidos numa vez no 3.º ciclo do ensino básico, que engloba o 7.º, 8.º e 9.º ano. Porcentagem idêntica ficou para trás logo no 1.º ou no 2.º ciclo. → Portugal, 10

Escolhas Hoje, dez sugestões pop para este Natal

P2



Israel Terra Santa ou Jesus Cristo superstar? Fugas

Anexo 22

Público (2010) WikiLeaks falha o *big bang* mediático. 1.º Caderno, 7422, 31 de julho, p.1.

Sáb 31 Jul Edição Lisboa
Sábado, 31 de julho de 2010, Ano XXI, nº 7422, L694
Direcção: Bárbara Reis
Directores adjuntos: Paulo Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Directora de Arte: Sílvia Mateus
www.publico.pt

Hoje 5.º Livro de Passatempos

Exercite a sua mente
Não perca por + €1,40

P **António Feio (1954-2010)**
O homem que levava o teatro às pessoas P2
Guerra do Afeganistão
WikiLeaks falha *big bang* mediático P2



Estado gastou mais e recebeu menos das empresas do sector público em 2009

Prejuízos diminuíram mas dotações de capital mais do que duplicaram, com um acréscimo de 752,9 milhões de euros ● Empréstimos dispararam de quase zero para 133,8 milhões Pág. 19

Zona ribeirinha do Tejo Arquitecto Carrilho da Graça vence concurso internacional para novo terminal de cruzeiros de Lisboa. Obra custará 25,5 milhões de euros Local



Caso Freeport

Processo pode ser reaberto caso haja factos novos

● A confusão e a polémica instalaram-se no caso Freeport. Pinto Monteiro desdobra-se em críticas aos procuradores que conduziram a investigação e muitos magistrados não procuram acusações à alta hierarquia do Ministério Público. → Portugal, 4



Seleccionador nacional

Futuro incerto de Queiroz a um mês do regresso

● Dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol aguardam que Queiroz seja ouvido pelo Conselho de Disciplina e só depois debatam a sua continuidade. Gilberto Madal não é claro face ao futuro do técnico: "Não sei, vamos ver". → Destaque, 2/3

Biologia e Geologia

Novas dúvidas nos exames da segunda fase

● É a segunda dúvida levantada sobre os critérios de correção elaborados pelo Gabinete de Avaliação Educacional para o exame da segunda fase de Biologia e Geologia (732), do 11.º ano. O ministério garante que as soluções estão correctas. → Portugal, 10/11

Estados Unidos

Um xerife em guerra contra a imigração ilegal

● O xerife Joe Arpaio, que fez da perseguição aos imigrantes ilegais uma cruzada pessoal, levou a cabo um dos seus ataques – as "operações de supressão de crimes", como lhes chama. Reportagem de Kathleen Jones, em Phoenix, Arizona → Mundo, 14/15

Anexo 23

Público (2010) Rui Tavares diz que as revelações do WikiLeaks não são triviais. São históricas. *1.º Caderno Público*, 7424, 2 de agosto, p.1.

Seg 2 Ago Edição Lisboa

Segunda-feira, 2 de Agosto de 2010, Ano XXI, nº 7424, Portugal, DC, Espaço 20
Direcção: Bárbara Reis
Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Casqueiro
Directora de Arte: Sílvia Martins
www.publico.pt



Rui Tavares diz que as revelações do WikiLeaks não são triviais. São históricas.

Público 20 anos

O ataque de Saddam ainda não foi perdoado

Kuwait, 20 anos depois da invasão

Págs. 2 a 4 e Editorial

Primeira de uma série de reportagens de Sofia Lorena e Nuno Ferreira Santos (fotos)

Combate à evasão fiscal das empresas sem resultados visíveis em quase duas décadas

Cresce o número de companhias que declaram prejuízos, o que pode condicionar a receita no futuro próximo, uma vez que eles podem ser diferidos nas contas dos próximos anos

● O número de empresas que pagava IRC (Imposto sobre o rendimento colectivo) no início dos anos 90 era cerca de um terço das que estavam registadas em Portugal. Passadas

quase duas décadas, a percentagem aumentou de forma muito residual, para 36 por cento. Confirmaram-se os riscos para que, à época, alertavam os dirigentes da administração

fiscal. A cobrança do imposto continua concentrada num número muito reduzido de grandes empresas e a receita de IRC mantém-se condicional por uma aparente subfatura-

ção das companhias e por situação de chamado planeamento fiscal. Cresce, por outro lado, o número de empresas que apresentam prejuízos. Este facto pode vir a condicionar a

colecta do imposto no futuro, porque as empresas podem reportar estes prejuízos nas contas que irão apresentar nos próximos anos. → *Economia*, 14/15

Doenças contagiosas

Laboratórios obrigados a declaração

● Até agora, só os médicos tinham o dever de declarar diagnósticos de doenças contagiosas. Mas segundo o novo Sínave, que entrará em vigor em Janeiro, também os laboratórios serão obrigados a fazer a notificação, designadamente no caso de doenças sexualmente transmissíveis. → *Portugal*, 6

Fernando Nobre

“Presidências abertas” a partir de Setembro

● Uma semana em cada distrito, o candidato presidencial Fernando Nobre vai debater temas como a habitação, Saúde e Justiça junto das populações. Além das redes sociais, estas “presidências abertas” serão a prioridade da pré-campanha de Nobre, entre Setembro e Novembro. → *Portugal*, 8

Festivais Sines e Paredes de Coura fecharam em grande P2

Juárez Rap e circo numa cidade desfeita Reportagem de Alexandra Lucas Coelho, no México P2



Europeus de atletismo

Bronze de Sara Moreira e quarto pódio de Portugal

● O último dia dos Campeonatos da Europa de atletismo rendeu mais uma medalha para Portugal. Aos terceiros lugares de Jéssica Augusto e João Vieira e ao segundo posto de Naidé Gomes juntou-se, ontem, o bronze de Sara Moreira. No total, Portugal deixa Barcelona com quatro medalhas ao pescoço. → *Desporto*, 24/25

Anexo 24

Única (2010) Julian Assange: herói ou vilão?. *Única*, 1989, 11 de dezembro, p.1.



Anexo 25

Expresso (2010a) Assange, o Inimigo Público do séc. XXI. 1.º Caderno Expresso, 1989, 11 de dezembro, p.1.

NATAL MAIS VERDE
HOJE LIVRO por apenas 1€ (cont.)

Por cada livro que comprar estará a ajudar as crianças do Hospital D. Estefânia. Projeto de solidariedade que já fez mais de 50 milhões de euros. Com apenas 1 euro está a ajudar quem mais precisa.

VALE 5€ ATUAL

VALE POR LIVROS E FICÇÃO

HOJE OFERTA VALE FNAC 5€

de desconto numa seleção de mais de 3000 livros para toda a família e amigos

Vale impresso Atual 20

11 de dezembro de 2010
1989
€2,05

Expresso

www.expresso.pt

Directo: Henrique Monteiro
Lectores e editores: Helena Santos
Vice-director: João Garcia e João Viana Pereira
Diretor de Arte: Marco Gomes

24h

Gordon Brown elogia Durão Barroso

O ex-chefe do Governo britânico elogia o papel de Durão Barroso durante a crise financeira. No seu livro biográfico "Beyond the Crash", Brown diz que Barroso "deu a ser elogiado por manter a Europa unida de crise em crise, sem perder de vista a justiça e a prosperidade do continente".

Sócrates recusa Financial Times

O primeiro ministro demarcou a presença na primeira recepção mais pequeno almoço, organizado pelo Financial Times, em Nova Iorque e que contou com a presença de representantes de bancos americanos e académicos de renome. O gabinete de José Sócrates justificou a ausência com a sua presença no Conselho Europeu.

Atentado a "espíões"

Uma equipa portuguesa de militares de inteligência da Sotmil foi alvo de um atentado a 27 de novembro, em Cabul, quando civis armados vestiram máscaras e atacaram a viatura blindada. A viatura foi alvo de rajadas de metralhadora, mas do incidente não resultaram quaisquer feridos.

EDP não pagou prejuízos de 2009

A EDP não indemnizou os clientes que há um ano ficaram sem electricidade durante vários dias no regime Orçamento, segundo a empresa, a lei da que as distribuidoras não podem ser responsabilizadas pelos danos provocados por fenómenos atmosféricos, furacões. Esta semana, um violento tornado destruiu várias casas e estruturas eléctricas no centro do país.

Metade das vagas de emprego fica por preencher

Metalgia, agricultura, vestuário e calçado sem candidatos

Govno admite escassez de mão de obra

Patrões culpam subsidios, sindicatos apontam salários abaixo do limiar de pobreza

LEIS LABORAIS

Alegre contra Governo: "Não se deve mexer mais"

Em 2008 votou contra a reforma do Código do Trabalho. Agora volta a fazer o mesmo

Miguel Alegre lamenta que o Governo, ao meser de novo nos leis do trabalho, esteja a order "avogadas" a Bruxelas, ao grato de capital financeiro". O facto de o PS apoiar na reforma do Trabalhador não o convence: "Não o que sempre disse".

Wikileaks, a primeira grande guerra da era da informação

Assange, o Inimigo Público do séc. XXI

- Opinião de Henrique Monteiro, Miguel Sousa Tavares, Miguel Monjardino, Daniel Oliveira e Henrique Raposo
- Revelações do WikiLeaks alastram aos PALOP
- A guerra digital que decide o futuro da Internet



Mariano Gago trava acesso das Novas Oportunidades ao ensino superior

O programa para adultos está a ser aproveitado para facilitar a entrada nas universidades

Há cada vez mais crianças a escrever ao Pai Natal

Livros, discos e filmes para oferecer este ano

Portugal à espera que Europa salve a moeda única

UE reúne para aprovar mecanismo de ajuda permanente. Sócrates já acertou com Brasil plano de ajuda

Mendonça lidera lista dos ministros remodeláveis

Sondagem revela que maioria quer mudanças no Executivo. Amado e Gago são os mais populares

Soluções Poupança Reforma Barclays

O que quer ser quando for mais velho?

Qualquer que seja o seu plano para o futuro, as soluções de PPR de Barclays são a forma de o alcançar. Saiba mais numa Agência Barclays.

BARCLAYS

Anexo 26

Expresso (2010a) Teixeira dos Santos Figura do Ano. 1.º Caderno Expresso, 1990, 18 de dezembro, p.1.

Expresso (2010b) Autorização pedida a Portugal pelos EUA era para voos ilegais. 1.º Caderno Expresso, 1990, 18 de dezembro, p.1.

